

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

ISSN 0034-723X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p.1-122, out./dez. 1989

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

Publicação trimestral, editada pelo IBGE, que se destina a divulgar artigos e comunicações inéditos de natureza teórica ou empírica ligados à Geografia e a campos afins do saber científico.

Propondo-se a veicular e estimular a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, privilegiando a sua dimensão espacial, encontra-se aberta à contribuição de técnicos do IBGE e de outras Instituições nacionais e estrangeiras.

Os originais para publicação devem ser endereçados para:

Revista brasileira de Geografia / Diretoria de Geociências — Av. Brasil, 15 671
— Prédio 3B — Térreo — Lucas — Rio de Janeiro — RJ — CEP 21 241
Tel.: (021) 391-1420 — Ramal 223

Os pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado devem ser endereçados para:

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Av. Beira Mar, 436 — 8º andar — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20 021
Tel.: (021) 533-3094

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Criação: Programação Visual e Capa
Pedro Paulo Machado

© IBGE

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-
Trimestral.
Órgão oficial do IBGE.
Inserito : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 — out./dez. 1976.
Índices:autor-título-assunto, v. 1-10(1939-1948) divulgado em 1950 sob o título : Revista brasileira de geografia : índices dos anos I a X, 1939-1948 — Índices anuais de autor-título-assunto.
ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/81-44

CDU 91(05)

SUMÁRIO

ARTIGOS

GRANDES PROJETOS E PRODUÇÃO DE ESPAÇO
TRANSNACIONAL:
UMA NOVA ESTRATÉGIA DO ESTADO NA
AMAZÔNIA — 7

Bertha K. Becker

A GEOGRAFIA QUANTITATIVA NO BRASIL: COMO FOI
E O QUE FOI? — 21

Speridião Faissol

UMA MEDIDA DA EVOLUÇÃO RECENTE DA
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
DO ESTADO DA BAHIA — 53

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Jaimeval Caetano de Souza

COMUNICAÇÕES

INDUSTRIALIZAÇÃO E DIFUSÃO ESPACIAL DE
UTILIDADES DOMÉSTICAS NO BRASIL:
A PROPAGAÇÃO DAS MODERNIZAÇÕES
EM REGIÃO PERIFÉRICA
(NORDESTE DO PAÍS) — 71

Nilson Crocia de Barros

PROPOSTA DE DISTRITOS ELEITORAIS PARA O
ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
SEGUNDO AS BASES TERRITORIAIS DA BANCADA
FLUMINENSE NO CONGRESSO NACIONAL — 79

Aluizio Capdeville Duarte

Rubem José Leão de Magalhães

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: AS ASSOCIAÇÕES
DE MORADORES DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO
DE JANEIRO — 97

Maria Therezinha Segadas Soares

OS CENTROS DE GESTÃO E SEU ESTUDO — 109

Roberto Lobato Corrêa

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS
ORIGINAIS — 121

ISSN 0034 — 723 X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p.1-122, out./dez. 1989.

O Projeto Editorial agradece a colaboração dos avaliadores abaixo citados e que gentilmente atuaram no decorrer do ano de 1989.

Dulce Maria Alcides Pinto
Edmon Nimer
Edgard Kuhlmann
Edna Mascarenhas Sant'Anna
Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira
Fany Rachel Davidovitch
Lourdes Manhães de Mattos Strauch
Lucia de Oliveira
Luiz Goes Filho
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill
Marilourdes Lopes Ferreira
Miguel Alves de Lima
Miguel Guimarães de Bulhões
Mitiko Yanaga Une
Ney Rodrigues Innocencio
Olga Maria Buarque de Lima Fredrich
Olindina Vianna Mesquita
Roberto Lobato Corrêa
Roberto Schmidt de Almeida
Rubem José Leão de Magalhães
Solange Tietzmann Silva
Speridião Faissol
Tereza Maria Ramos de Oliveira

GRANDES PROJETOS E PRODUÇÃO DE ESPAÇO TRANSNACIONAL: UMA NOVA ESTRATÉGIA DO ESTADO NA AMAZÔNIA*

Bertha K. Becker**

Uma das últimas grandes fronteiras para a expansão capitalista mundial, a Amazônia Brasileira é um espaço geopolítico privilegiado para a ação de corporações transnacionais¹. Grandes projetos minerais, controlados por *joint-ventures*, empresas estatais e estrangeiras, iniciam, assim, a nova fase industrial da expansão da fronteira.

A implantação de grandes projetos pelas corporações é parte da construção de uma ordem econômica planetária, mas é nossa hipótese que, simultaneamente, essa implantação é, também, parte de uma forma contemporânea de afirmação do Estado Nacional: a multinacionalização de empresas estatais, um fenômeno que ocorre em âmbito mundial nos últimos 20 anos, particularmente nos países do capitalismo periférico.

Expandem-se, assim, as proporções e o ritmo de industrialização de alguns desses países, os dotados de recursos, mercados significativos, força de trabalho barata e/ou posição estratégica, que alcançam uma nova posição no sistema econômico mundial como "semi-industrializados" ou "semipe-

riferias" (Wallerstein, 1979, cap. 4), alterando a divisão internacional do trabalho e tornando obsoleta a noção de "Terceiro Mundo", calcada numa pretensa homogeneidade dos países periféricos.

Este é o caso do Brasil, que oscila na posição de 8.^a a 10.^a economia mundial graças a uma capacidade industrial diversificada que repercute, inclusive, uma fragmentação e mobilidade social relativa, superior à observada na maioria dos países da América Latina, África e Ásia. O processo de acumulação, no país, tornou-se, portanto, diferente do que ocorria no passado. Ele se baseia num nível de industrialização substancial, mas com forte dependência ao capital internacional, que deixou de ser, apenas, uma força externa operando localmente, e ao Estado, cujo papel cresceu drasticamente durante esse processo. Se a ação consentida entre capital internacional, Estado e, também, capital privado nacional constitui uma das bases da industrialização do país, não faltam conflitos a esse processo, conflitos de interesses entre as partes e, básica-

* Recebido para publicação em 06 de março de 1989.

Versão preliminar apresentada como Conferência sobre Grandes Projetos na Amazônia, "Ciências às 6:30", SBPC, 1986 e Simpósio da Comissão sobre a "Nova Divisão Internacional do Trabalho e Problemas Regionais", UGI, Zaragoza, Espanha, 1986.

** Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

¹ Corporações transnacionais ou multinacionais são empresas que têm pelo menos duas afiliadas e 10% de suas atividades localizadas fora do país.

mente, entre a lógica do crescimento das multinacionais e o desenvolvimento do país em termos sociais e políticos, entre os interesses gerais e os interesses privados e, portanto, entre as funções de acumulação e de legitimação do Estado.

Hoje, no momento em que a tecnologia se torna o vetor de redefinição da ordem mundial e a pressão intensificada e generalizada pela privatização evidencia a agudização daqueles conflitos, coloca-se a necessidade de encarar com objetividade o papel do Estado na própria existência dos Estados-Nação periféricos, ainda mais no Brasil, em face da nova conjuntura política. Nesse contexto, qual o significado do processo de multinacionalização da empresa estatal?

Como referido acima, a hipótese desse trabalho é a de que a imposição de uma ordem econômica planetária se efetue, simultaneamente, à transformação dos Estados-Nação, que, em alguns países periféricos, correspondem à própria construção do Estado e da Nação, num processo extremamente complexo e contraditório. Embora dependente, em grande parte, do capital internacional, é para ingressar na era tecnológica, dando continuidade ao crescimento econômico e limitar o poder de corporações estrangeiras, reservando o controle de mercados e territórios para a Nação, que no Brasil, como em alguns outros países periféricos, o Estado entra no jogo da nova ordem mundial, criando condições para a produção de espaços transnacionais pelas empresas estatais.

Nesse contexto, a exploração de recursos na Amazônia Brasileira sob controle nacional assume importância vital para o Estado, que, favorecendo a implantação de grandes projetos na região, assegura, também, a expansão de empresas estatais e, mesmo, a sua multinacionalização.

Esta é a hipótese que esse trabalho desenvolve em quatro partes: breves considerações quanto à questão da multinacionalização de empresas estatais referenciadas ao Brasil; a significância da Amazônia para as grandes corporações e para o Estado; suas estratégias na região, visando à produção de um espaço transnacional; os conflitos inerentes ao processo.

"ALTA TECNOLOGIA" E MULTINACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA ESTATAL

As características das estratégias globais das corporações transnacionais são hoje reconhecidas.

A partir dos anos 70, a revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação cria uma nova forma da produção e de organização social, baseada na informação e no conhecimento — a alta tecnologia — que reorganiza as bases do modelo de acumulação (Castells, 1985). Corporações transnacionais e organismos internacionais reforçam uma economia global, estendendo a produção industrial aos países subdesenvolvidos. A segmentação da força de trabalho, engendrada pela polarização requalificação/desqualificação em face das atividades de alta tecnologia, e a segmentação da produção, numa poderosa estratégia espacial que combina recursos em escala planetária, asseguram a globalização. A implantação da nova ordem planetária redefine o papel dos Estados Nacionais. Em face da expansão das corporações, os países deixam de ser as unidades econômicas da realidade histórica, e os Estados Nacionais perdem controle sobre a decisão das corporações sobre o processo produtivo como um todo e sobre o seu espaço (Becker, 1984).

A globalização, contudo, é bem mais complexa do que aparenta, pois que um processo de multinacionalização de empresas públicas está em curso nos últimos 20 anos, significando que a *transnacionalização é também uma forma contemporânea de construção do Estado Nacional*. Este processo corresponde a um fenômeno mundial em extensão que é muito menos discutido: o *paradoxo* de uma só e mesma empresa ser multinacional e pública. Ele manifesta a contradição entre duas lógicas numa mesma empresa — a empresarial, que visa a maximizar o lucro, e a estatal, que impõe interesses gerais à empresa —, entre interesses da Nação e interesses da empresa, que tem vantagens específicas dadas pelo Estado mas ao mesmo tempo faz investimentos fora do Território Nacional.

Outros paradoxos são intrínsecos ao fenômeno. Segundo a teoria marxista, uma empresa se multinacionaliza para exploração dos países periféricos pelos países desenvolvidos, seja pelo imperialismo seja pela troca desigual; segundo a teoria liberal no ramo da ciência da gestão, a multinacionalização é fruto da lógica de desenvolvimento da empresa, que procura explorar uma vantagem ligada a diferenças entre países — quanto a custo e disponibilidade de fatores de produção, escala de mercado, nível tecnológico —, ou responde a políticas protecionistas de outros países (Anastassopoulos, Blanc, Dussauge, 1985)². A evidência empírica, contudo, é de que a multinacionalização das empresas estatais não se restringe aos países desenvolvidos; *pelo contrário é um fenômeno crescente nos países do capitalismo periférico*.

Acresce que, segundo a teoria, a empresa pública é criada por razões ideológicas — garantir o controle de setores-chave pela Nação — e por razões econômicas — apropriação pelo Estado das atividades em que o capital se desvaloriza, permitindo a manutenção do lucro no setor privado. No entanto, a evidência nos países subdesenvolvidos é de que a *nacionalização se faz com estatização*, e de que há setores que se desvalorizam e não são nacionalizados e vice-versa.

A criação das empresas públicas e sua eventual multinacionalização não se prestam, assim, a uma pura análise econômica — sua explicação vai além do mercado e seus mecanismos, e deve ser encontrada na *finalidade da ação do Estado*, nos motivos contingentes da constituição da empresa estatal:

— econômicos, que atribuem à empresa pública uma função instrumental a serviço das políticas nacionais. As empresas estatais constituem-se como meio essencial do desenvolvimento econômico do país na medida em que dada a insuficiência da iniciativa privada nacional (fraca disponibilidade de capital, de potencial empresarial ou falta de interesse), esses países têm que recorrer à empresa estrangeira ou à pública para seu desenvolvimento. Por seu turno, a internali-

zação do capital estrangeiro só é possível, dando ao Estado uma nova posição de poder para barganhar com as multinacionais, estabelecendo-se uma situação de dependência associada ao fortalecimento do Estado;

— ideológicos; a condição de ex-colônia coloca a independência política no cerne da identidade nacional, provocando a rejeição da colonização econômica pelas multinacionais estrangeiras e fortalecendo a posição da empresa estatal, fato a que se soma, no Brasil, a ideologia militar que visualiza o país como futura potência mundial. A empresa estatal garante, assim, a apropriação pela Nação de setores considerados chave para o controle do conjunto da economia, para a substituição de importações, para o desenvolvimento tecnológico etc.; e

— políticos, referentes ao reforço da estrutura do Estado no plano interno para se liberar dos interesses particulares dos blocos regionais.

Na medida em que se configuram problemas de desenvolvimento na escala nacional, acentua-se o papel das empresas estatais e o Estado cria condições para sua expansão e eventual multinacionalização, processo que, do contrário, seria mais lento e de menor escala.

O *nacionalismo* é, pois, um importante fator de extensão do setor público nos países subdesenvolvidos e o *nível de intervenção estatal é uma condição fundamental nesse processo*. Este decorre da difícil combinação entre a doutrina e a prática; do cruzamento da ideologia — que condiciona a atitude e a doutrina do governo em face da nacionalização — e da economia, i.e., da pressão da realidade. Essa combinação se manifesta do descompasso entre uma ideologia expressa ao nível do discurso, mas que defende práticas que lhe são estranhas, resultando no *paradoxo de uma ideologia liberal com intervencionismo estatal*.

Nesse contexto, a *especificidade de gestão da empresa estatal reside na contradição contida na relação entre a empresa e o Estado que a tutela, colocando-se a questão central do grau e dos domínios da autonomia da empresa em relação ao Estado*. As

² A experiência advinda de estudos na Amazônia indica que, a essas razões, deve-se acrescentar as vantagens da apropriação monopolista do espaço para seu controle, permitindo o uso dos recursos no momento e no volume que melhor convier à empresa.

brechas de compatibilidade entre nacionalização e multinacionalização residem na coincidência de interesses da empresa e da Nação quanto a investimentos no exterior e/ou na neutralização da oposição de interesses decorrentes de irracionalidades na trama de decisões do Estado, ou da qualidade de manobra dos dirigentes da empresa, fatos que influem na trajetória das empresas. O processo de multinacionalização não é, portanto, homogêneo, dependendo do setor de atividade e das características da empresa no que tange à sua relação com o Estado através da capacidade de seus gestores, que constituem a mediação humana entre as duas lógicas, a empresarial e a estatal, e atenuam o conflito latente da criação de "um Estado dentro do Estado".

Estes fatos são patentes no Brasil, onde, apesar da ideologia liberal da livre empresa, o setor público se desenvolveu desde cedo, tem grande peso e responde em grande parte pela posição atual do país como "recém-industrializado" ou "semiperiferia" no cenário mundial.

Em face da crise mundial de 1929, o nacionalismo se firma, bem como o movimento de construção do Estado. Com a política de Getúlio Vargas, o Estado se apropria dos meios de produção essenciais ao seu desenvolvimento — energia, minas, transporte, parte da siderurgia e do crédito, paradoxalmente com o apoio do capital estrangeiro, mas reduzindo o domínio das empresas norte-americanas. A indústria de base é implantada com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, barganhada em troca do apoio brasileiro à guerra contra o fascismo; uma complexa legislação trabalhista acelera a formação de um proletariado urbano para atender ao crescimento industrial. A criação de empresas públicas e o movimento de construção do Estado Nacional são acelerados no segundo pós-guerra, quando um amplo movimento nacional exige a nacionalização do setor petrolífero, dando origem à PETROBRÁS (1956). Diversificando-se gradativamente, a PETROBRÁS em 1973 constitui uma das 200 maiores empresas industriais mundiais não americanas, e, em 1983, mantém esse lugar figurando como uma multinacional.

A nova vaga de criação de empresas públicas para controlar e desenvolver

setores-chave se inicia nos anos 70 com o governo autoritário, manifestando-se sua multinacionalização nos anos 80: é o caso da EMBRAER no setor da aeronáutica, parte do complexo militar-industrial, que, criada em 1969, exporta hoje 50% de seus negócios para os países desenvolvidos onde tem duas filiais; da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, que controla o setor de mineração do ferro e hoje se diversifica; e da SIDERBRÁS (Grupo Companhia Siderúrgica Nacional, COSIPA e USIMINAS) que controla a indústria do aço. Paralelamente o Estado desenvolve uma estratégia de "grandes zonas regionais" com países vizinhos, e de "afinidades culturais" com países africanos recém-liberados da colonização (principalmente portuguesa), ressaltando, em sua atuação, a venda de tecnologia no exterior para construção de grandes barragens através da ELETROBRÁS.

Através do desenvolvimento das empresas estatais, se assegura o controle de setores e produtos-chave para a economia nacional. Criam-se condições para acelerar: a) a formação de capital nacional (reunião de capitais privados através de ações sem direito a voto mas com isenções fiscais; b) a formação de quadros técnicos, o desenvolvimento da pesquisa e de tecnologias próprias e a participação no campo da alta tecnologia; c) a valorização dos recursos naturais nacionais no exterior, assegurando o fluxo das exportações e a substituição das importações.

É assim que o crescimento econômico do Brasil se apóia no modelo do "tripé", i.e., em três tipos de empresa: as multinacionais estrangeiras, as empresas privadas nacionais e as empresas públicas, estas realizando em média um terço da formação bruta do capital fixo cada ano. A estratégia das estatais se harmoniza em parte com a política do governo para dar continuidade ao crescimento econômico, seja como multinacional nacionalista (EMBRAER), como instrumento de política externa (PETROBRÁS), como pilar do desenvolvimento (CVRD) ou instrumento de industrialização (SIDERBRÁS) (Anastassopoulos, Blanc, Dussauge, 1985).

É lícito, portanto, admitir que as empresas estatais não são apenas um meio essen-

cial do desenvolvimento econômico do país — sua existência ultrapassa o nível econômico, identificando-se com a própria construção do Estado Nacional.

A multiplicação e multinacionalização das empresas estatais, contudo, acentuam por um lado a contradição entre um crescimento econômico nacional e a sua vulnerabilidade decorrente da dependência aos financiamentos externos que o sustentam, e, por outro lado, a contradição da relação das empresas com o Estado, na medida em que elas têm seus próprios interesses particulares. Esse processo tem uma dimensão espacial — uma crescente apropriação do espaço pelas empresas, fato que, embora parte da construção do Estado Nacional, é também contraditório na medida em que a gestão auto-suficiente das empresas em seus territórios é conflitante com o Estado, incapaz de controlar o impacto social e regional por eles gerado.

Nesse contexto, a Amazônia, como fronteira, assume especial significância, sendo aí possível visualizar a estratégia geral do Estado e de uma corporação estatal em processo de multinacionalização, no caso, a Companhia Vale do Rio Doce.

A AMAZÔNIA COMO UM ESPAÇO GEOPOLÍTICO PRIVILEGIADO PARA A AÇÃO DE CORPORações TRANSNACIONAIS: O PONTÓ DE VISTA DO ESTADO E DA CORPORação

Do ponto de vista das corporações, a Amazônia Legal apresenta, como primeira vantagem, a possibilidade de apropriação de grandes porções de espaço. Essa possibilidade é facilitada pela extensão territorial, baixa densidade demográfica e fraqueza de organizações sociais capazes de resistir à nova apropriação. Configura-se, assim, como um espaço onde é possível implantar novas estruturas, abrir mercados para investimentos e para importação e exportação de produtos de alta tecnologia e/ou tecnologia madura, bem como expandir o mercado financeiro mundial.

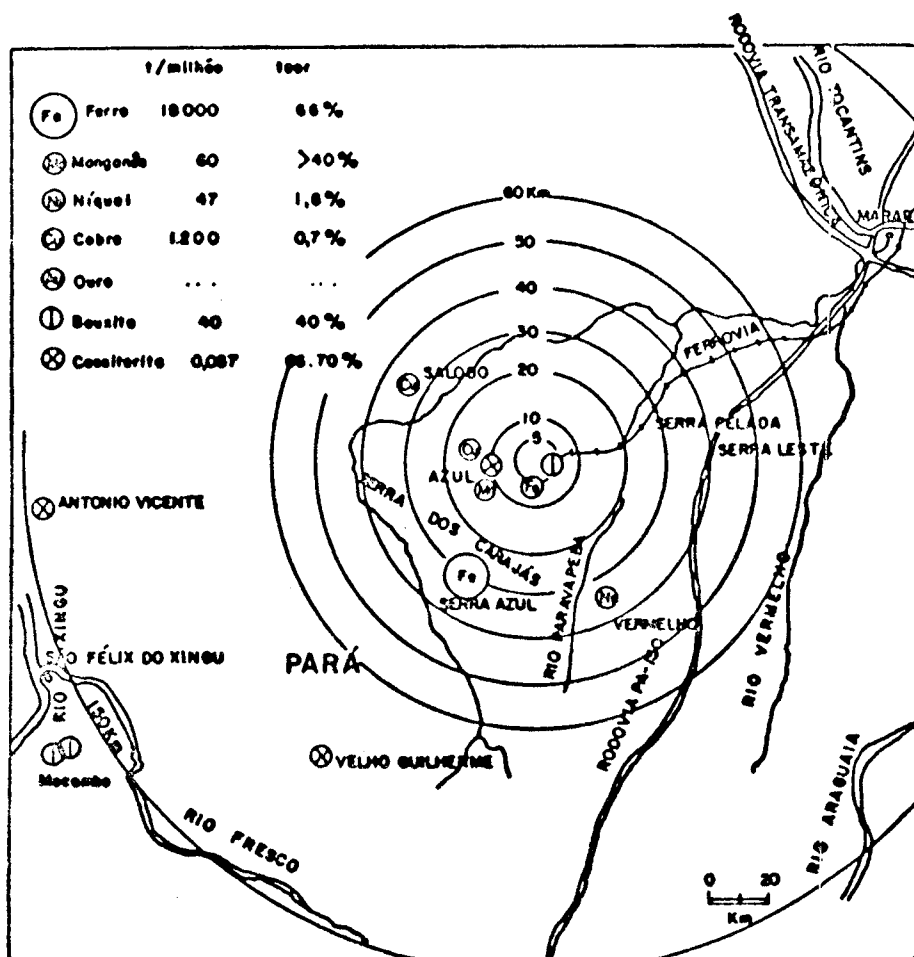
Ao lado da vantagem representada pela apropriação de territórios, a região apresenta uma fantástica riqueza mineral. A província metalogênica da Amazônia Oriental (localizada entre os rios Araguaia e Xingu), com mais de 100 000 km², é uma das grandes anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de metais de uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de 60 km a partir da Serra dos Carajás (25-30 bilhões de toneladas). Sua descoberta, em meados da década de 60, resultou de uma política de prospecção sistemática em nível empresarial e, embora apenas 20% de suas reservas sejam conhecidas, essa riqueza inclui as mais importantes reservas de ferro no mundo (15 bilhões de toneladas com 60% de teor), e grandes reservas de manganês (60 milhões com teor de 42%) e níquel (47 milhões de toneladas); a terceira maior reserva mundial de bauxita (4.7 bilhões de toneladas, incluindo as reservas exteriores à área de Carajás, das quais 40 milhões com 38-40% de alumina), além de cobre, ouro, cassiterita e wolframita. A localização próxima à costa do Atlântico favorece o acesso às jazidas, valorizando-as ainda mais (Figura 1).

Os recursos potenciais da região não se restringem ao espaço e aos minerais. A Amazônia contém a maior bacia hidrográfica do mundo, com um potencial calculado de 70 000 MW, e um imenso potencial florestal em termos de biomassa, que pode ser convertida em carvão vegetal para siderurgia, e de essências com ampla gama de usos econômicos.

Representa, assim, um espaço extremamente atrativo para as corporações transnacionais interessadas, a longo prazo, na apropriação do espaço e dos recursos como reserva e, a curto prazo, na exploração da bauxita e do ferro. Resulta daí que, entre 33 “grandes projetos” industriais e de infraestrutura³ que expressam a estratégia prioritária do Estado para a década de 80, seis foram localizados na Amazônia, onde é possível implantar projetos multissetoriais, enquanto que em outras regiões os projetos se vinculam a um único setor (Ibase, 1982). Do ponto de vista da corporação, a explo-

³ Grandes projetos são projetos patrocinados e/ou financiados em grande parte pelo Estado, cujo investimento é equivalente ou superior a um bilhão de dólares (Ibase, 1982).

FIGURA 1
RECURSOS MINERAIS DE CARAJÁS



FONTE: REV. PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

PRES. DA REPÚBLICA / SEC. DE PLANEJAMENTO

ração dos recursos regionais enfrenta, contudo um grande obstáculo: o "fator amazônico", basicamente representado pelas distâncias a vencer e pela falta de energia e de mão-de-obra.

O Estado se encarrega de eliminar esse obstáculo. Por razões econômicas e ideológicas, cria condições para a expansão das corporações na região, inclusive da corporação estatal que controla a exploração mineral no país, a CVRD que, nesse processo, tende a se multinacionalizar.

Do ponto de vista do Estado, contudo, a fronteira assume um significado diverso daquele que tem para a corporação. Ela con-

siste em um espaço não plenamente estruturado, com uma organização capitalista inacabada, formas de produção e organização social indefinidas e fluídas, que lhe atribuem um elevado potencial político. Este fato torna a integração da fronteira vital para a própria construção do Estado que se empenha em sua rápida estruturação não só para valorizá-la economicamente mas para controlá-la política e ideologicamente. Para tanto, a partir de 1970, financia a rápida apropriação da terra por grandes corporações, simultaneamente desenvolvendo programas reformistas em localizações estratégicas e implanta todos os tipos de re-

des de transporte, comunicação, urbana — que provêm as bases para a integração econômica, política e ideológica (Becker, 1984).

A criação do Programa Grande Carajás, no fim dos anos 70, configura a estratégia do Estado para a nova fase da fronteira, a da indústria de exploração mineral. Proposto pela CVRD, o programa foi endossado pelo Estado. O discurso do Estado justifica sua intervenção pela importância de desenvolver um projeto de escala nacional que, explorando ordenada e sistematicamente as riquezas naturais da região, seria capaz de suprir o país com divisas para superar o período crítico decorrente da crise mundial de modo a dar continuidade ao desenvolvimento regional e à eliminação das desigualdades regionais (CVRD, 1980).

A ambigüidade das relações Estado-empresa estatal está, contudo, presente desde a gestação do projeto⁴. A CVRD propõe a mobilização industrial do ferro e do alumínio da Amazônia Oriental numa escala planetária, sob seu controle e, posteriormente, a valorização de toda a gama de produtos locais e o beneficiamento da produção mineral, formando um imenso corredor de exportação e um parque siderúrgico que pagaria pelos custos do projeto. Fiel à sua aliança com interesses do capital privado, o Estado reduz as pretensões de amplo controle da CVRD, estabelecendo que os projetos serão implantados pela iniciativa privada, competindo ao setor público apenas a implantação de um sistema logístico de infra-estrutura suficientemente eficiente e moderno para atrair projetos industriais.

Sua prática, contudo, é mais complexa. Amplos segmentos da sociedade acusam, com razão, a iniciativa, decidida em círculo fechado sem discussão nacional, de ser, apenas, um instrumento de dependência financeira externa e perda da soberania, devido à internacionalização da região, ainda que sob a imagem do desenvolvimento de uma potência mundial. Por sua vez, a imagem de uma potência em formação, desviaria a atenção nacional da discussão da crise. Tal visão é, em nossa opinião, parcial. A realidade parece menos simplificada. A con-

tinuidade na construção do Estado Nacional, embora segundo um modelo de modernização dolorosa, está em jogo; sob esse ângulo, as questões que se colocam são a da sobrevivência e manutenção de uma posição na ordem econômica internacional, ameaçada pela acentuação da competição das corporações privadas, ainda que com altos custos sociais. Assim, sob um discurso da economia de mercado, criam-se, também, condições para a expansão das empresas estatais particularmente a CVRD, de modo que possa expandir e diversificar suas atividades e, assim, fortalecer sua competição no mercado mundial de minérios.

Criada em 1942, a CVRD é hoje uma corporação eficiente e moderna, uma *holding* que controla 86 subsidiárias, participa de outras 66, a maior exportadora individual de ferro no globo, tendo adquirido ampla experiência em navegação, metalurgia e silvicultura com os projetos desenvolvidos no sudeste do país.

A CVRD tem sido um agente governamental no desenvolvimento de uma vasta infra-estrutura de ferrovias, rodovias e portos utilizadas inclusive por outras empresas. A empresa colocou grande ênfase no processo de substituição de importações, utilizando ao máximo em seus negócios as firmas nacionais: em 1969, somente 25% de suas compras eram feitas no Brasil, enquanto que em 1975, essa proporção cresceu para 80%. Como empresa estatal, envolve-se, ainda, em complexas negociações de troca de bens e serviços, e, por vezes, mesmo negociações governo a governo (Vernon e Levy, 1982).

Não lhe faltam hoje, contudo, características de uma empresa privada dinâmica. Ela desenvolveu uma quantidade considerável de fundos gerados internamente e uma capacidade independente de empréstimo; atua com agressividade no mercado mundial e desenvolve fortes laços com clientes externos e *joint-ventures* com empresas estrangeiras.

Devido à exaustão e altos custos dos depósitos de ferro de Minas Gerais, o deslocamento do centro nacional de siderurgia

⁴ A interpretação aqui efetuada se fundamenta em estudos anteriores sobre as políticas estatais na região, e numa bibliografia que, ressalva feita a alguns trabalhos científicos, é muito fragmentada e dispersa em relatórios.

para o norte torna-se necessário para manter o nível das exportações e eliminar competidores. Acresce que a sobrevivência da CVRD no mercado mundial requer sua diversificação, principalmente pela produção do alumínio. Assim, a construção de um gigantesco corredor de exportação no Norte do país, à semelhança daquele existente no Sudeste — permitindo a circulação de produtos agrícolas e minerais desde o Planalto Central até o Porto de Vitória —, torna-se, também, meta prioritária para a CVRD e para o Estado⁵.

Uma política de mercado agressiva para a CVRD, pois, segundo nossa compreensão, está também no cerne da intervenção estatal, configurando, no caso, a coincidência de interesses entre a corporação e o Estado. Assim, embora restringindo as pretensões da CVRD, o Estado atua a seu favor, favorecendo a sua expansão. Este fato, associado à crise do final dos anos 70, que provocou a retração de interesses estrangeiros na área, explica por que, dentre os seis grandes projetos implantados na Amazônia até o momento, somente um seja totalmente controlado por corporações estrangeiras, o ALUMAR, o investimento privado mais vultoso já feito no Brasil; dois deles são exclusivamente estatais — Ferro Carajás, da CVRD, e Hidrelétrica de Tucuruí da ELETROBRÁS — e os outros três, que produzem bauxita e/ou alumina e alumínio, são controlados por *joint-ventures* em que a CVRD sozinha é a acionista majoritária (ALBRÁS e ALUNORTE) ou em que a CVRD com capital privado nacional são majoritárias (Projeto Trombetas) (Quadro 1).

ESTRATÉGIAS ESPACIAIS DO ESTADO E DAS CORPORações PARA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS TRANSNACIONAIS

O processo acima referido implica a produção de um novo espaço, transnacional. O papel do Estado nesse processo é mantido e

expandido de modo a alcançar a escala condizente com a mobilização de recursos prevista: além de criar condições de infraestrutura e apropriação subsidiada da terra como fizera na década anterior, passa também a produzir o insumo básico para a produção atual do alumínio e futura industrialização mineral, a energia elétrica.

Alguns elementos da estratégia de produção do novo espaço podem ser identificados:

1) *Institucionalização do programa: subsídios à apropriação do espaço e criação de um novo território*

O Programa Grande Carajás, o “Carajazão”, proposto pela CVRD, em 1980, e aceito pelo Estado, propõe a ser o maior projeto de desenvolvimento integrado no mundo. Visando a equacionar o problema da exploração de todos os recursos da Amazônia Oriental de modo integrado, o programa é constituído de três segmentos — minero-metalúrgico, agroflorestal e infraestrutura — prevendo-se, com seu desenvolvimento, investimentos de 61.7 bilhões de dólares (39.2 em projetos e 22.5 em infraestrutura) e ganhos no montante de 10 bilhões de dólares por ano.

Para implementá-lo, por decisão de cúpula, uma nova esfera de poder foi estabelecida para fixar as políticas — o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás junto à Secretaria de Planejamento, diretamente ligado ao Governo Federal e, assim, superposto à Superintendência de Desenvolvimento Regional — SUDAM e aos governos estaduais. O Conselho Interministerial estabelece para o programa um regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros, todas as isenções previamente definidas na legislação vigente (isenção de imposto de renda por 10 anos para os projetos em operação), além de créditos especiais e isenções na importação de equipamento, produtos industriais e circulação de mercadorias.

O “tripé” da economia foi respeitado. As intensões da CVRD foram restringidas, devendo a Companhia do Vale do Rio Doce in-

⁵ A Estrada de Ferro Norte-Sul, definida como a obra de maior vulto do atual governo, afirma e amplia a estratégia de construção do grande corredor de exportação. Ligando o cerrado do Centro-Oeste ao Norte — parte de Senador Canedo, próximo a Goiânia indo até Açailândia, onde se articula com a ferrovia Carajás — e promovendo a interligação dos sistemas rodo, ferro e hidroviário, mobilizará produtos em grande escala, principalmente para exportação. Embora o projeto seja elaborado pela CVRD, sua construção será feita através de uma nova via de capital aberto, associando governo e capital privado (*Jornal do Brasil*, 28-12-86).

QUADRO 1
GRANDES PROJETOS PRODUTIVOS NA AMAZÔNIA

DENOMINAÇÃO DOS PROJETOS	ESPECIFICAÇÃO DOS PROJETOS PRODUTIVOS DA AMAZÔNIA						
	Data da Inauguração	Acionistas		Produto	Principais Mercados	Número de Empregos Criados	Investimento (milhões de dólares)
		Empresas	Participação (%)				
Ferro Carajás	1985	CVRD	100	Ferro manganês	Japão RFA Doméstico	7 000	3 616
Trombetas	1979	CVRD Votorantim Alcan Billington	46 10 24 10	Bauxita	Canadá EUA Venezuela	1 600	500 000
Albrás	1985	CVRD (NIPPON) NAAC AMAZÔNIA ALUMINIUM LTD.)	51 49	Alumínio	Valesul (2) Japão	3 032	2 500 000
Alunorte	1988 (1)	CVRD NAAC	60.8 39.2	Alumina	Albrás Valesul	854	571
Alumar	1984	Alcoa Billington	60 40	Alumina e Alumínio	Valesul Alcan EUA Doméstico	2 000	1 500 000

Fonte: Relatórios das Empresas.
(1) Projetado, (2) CVRD e Billington.

formar sobre os termos de venda, cessão ou arrendamento dos direitos sobre suas jazidas de cobre, manganês e níquel, mantendo-os no que tange à exploração do ferro e participando na exploração do manganês (embora a industrialização do último deva caber à iniciativa privada). Em contrapartida, a empresa mantém o controle sobre o grande complexo territorial organizado em torno da exploração do ferro.

Um novo território é, assim, criado, sobrepondo-se à divisão administrativa oficial e mesmo aos territórios diretamente geridos pelo próprio Governo Central anteriormente criados. Localizado ao norte do paralelo de 8°, limitado pelos rios Araguaia, Xingu e Paranaíba, e com uma extensão de 800-900 km² (90 milhões de ha), o novo território do "Carajazão" corresponde a 10% do Território Nacional, englobando grandes porções do Estado do Pará, Goiás e Maranhão, totalizando 220 municípios e compreendendo áreas sob controle do INCRA e do GETAT (hoje extintos) (Figura 2).

No interior deste território, uma nova apropriação seletiva se efetua: a área atribuída à CVRD — cerca de 2 milhões de ha em torno da Serra dos Carajás, para a exploração de ferro e manganês, prospecção e promoção do desenvolvimento; um zoneamento agrícola para diagnóstico e regularização da propriedade da terra, visando à implantação de estabelecimentos agrícolas, zoneamento programado, embora sem nenhuma definição até o momento; um zoneamento industrial, através da criação de distritos industriais que, em contrapartida, é

FIGURA 2
PROGRAMA CARAJÁS



Fonte: REV. PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
PRES. DA REPÚBLICA / SEC. DE PLANEJAMENTO

claramente definido, expressando bem a nova fase da expansão da fronteira (Carajás-Marabá, São Luiz, Tucuruí e Vila do Conde).

2) *Elementos de integração e ordenação do espaço transnacional: redes e insumo básico*

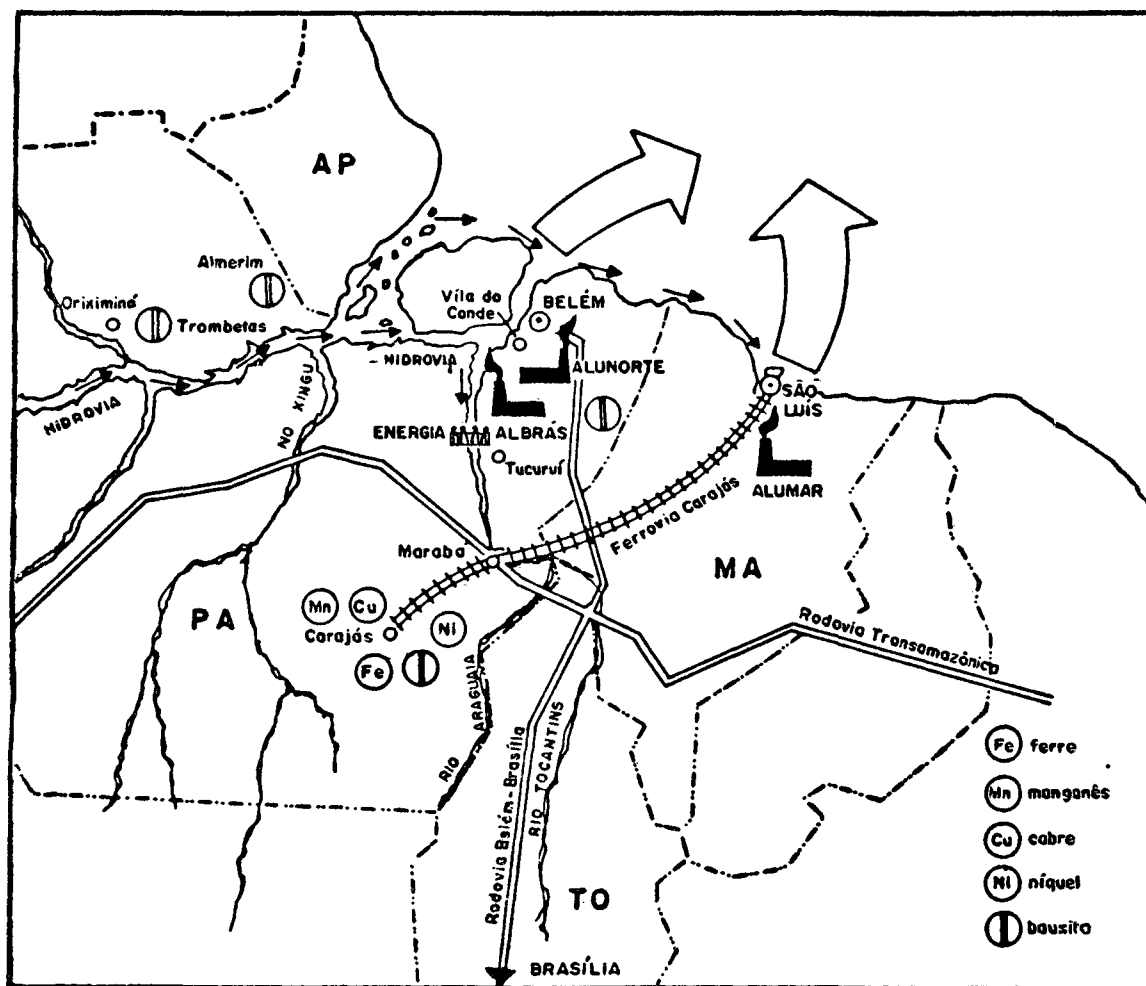
Três elementos fundamentais asseguram a produção do espaço transnacional: o sistema de transporte para exportação da produção, o insumo básico para a produção industrial — a energia hidrelétrica —, e os núcleos urbanos, base logística para a nova produção e para a organização do mercado de trabalho.

a) *Um sistema logístico global de transporte.* Nas décadas de 60 e 70, a integração da fronteira ao Território Nacional se

baseou na construção de uma rede rodoviária. Hoje, um gigantesco sistema de transporte, na forma de um Y, constituído pela interconecção hidroferroviária se implanta para alcançar a mobilização de recursos prevista e a formação de um espaço transnacional (Figura 3). A Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 1985, é a espinha dorsal do sistema, do corredor de exportação a ser desenvolvido, uma estrada moderna (controle eletrônico), com 890 km de comprimento e capacidade para transportar 35 milhões de toneladas/ano de ferro, considerada vital pela empresa para vencer a competição com a Austrália no mercado de ferro.

A hidrovia constituída pelas bacias dos rios Tocantins e Araguaia, situada próximo

FIGURA 3
SISTEMA LOGÍSTICO GLOBAL DE TRANSPORTES — PROJETO GRANDE CARAJÁS



às minas, é o outro eixo do sistema. Um conjunto de eclusas foi planejado para assegurar a navegação através de 2 046 km visando a apoiar o projeto de desenvolvimento agrícola na área, mas até o momento apenas as eclusas de Tucuruí foram construídas, na verdade, com uma outra função.

b) *A produção hidrelétrica, um insumo básico.* A construção das eclusas de Tucuruí está associada à construção da usina hidrelétrica, por si só um grande projeto de uma empresa estatal, a ELETRONORTE (subsidiária da ELETROBRÁS), executado por uma construtora privada, a Camargo Corrêa. A construção da usina foi iniciada em 1975 e teve sua primeira fase concluída no final de 1984, com uma produção de 4 GW. Quando concluída, será a quarta maior usina hidrelétrica do mundo. O discurso governamental justificou essa obra, com gastos de 6 milhões de dólares obtidos com financiamentos externos, na base de sua importância para a autonomia energética nacional, como um investimento político para a integração nacional. Na realidade, a função da usina é suprir em energia o complexo minero-metalúrgico, pois que os grandes centros regionais (Belém e São Luiz) utilizam, apenas, um décimo da sua produção. Tarifas subsidiadas (preço de venda inferior ao do custo da produção) garantem a produção de alumínio, nos grandes projetos, compromisso que não pode ser evitado apesar da crise econômica, e que prova ser verdadeira a acusação feita pela sociedade de que o Estado atua socializando perdas eventuais dos investidores, ainda que um dos principais investidores seja a CVRD.

c) *Os núcleos urbanos e a produção de um novo mercado de trabalho.* Desde o início, o projeto de integração da Amazônia previu a urbanização como base logística para a sua ocupação, sob a justificativa da necessidade de oferecer condições de vida atraentes à população migrante. Políticas de urbanismo rural e de pólos de crescimento desenvolveram-se na primeira metade da década de 70. Na verdade, o papel das cidades na integração da fronteira tem sido: assegurar as relações com centros distantes através da circulação de bens, capital e informação; organizar o mercado de trabalho

local, atuando como pontos de atração e residência de migrantes, de sua ressocialização, e de circulação intra-regional da força de trabalho, pois o mercado de trabalho ainda desorganizado requer uma força de trabalho móvel, tanto espacialmente como no que se refere à capacidade de desempenhar tarefas variadas no correr do ano.

Os núcleos urbanos tornam-se também a base de operações para os grandes projetos industriais da década de 80. Participam da produção do espaço transnacional não apenas como portos e centros industriais, mas, também, como os lugares onde a comunicação de base eletrônica se efetua, e como sede da gerência dos projetos. Atuam também como mediadores entre os espaços nacional e transnacional no que tange à organização de um mercado de trabalho que demanda mão-de-obra qualificada; constituem a base espacial da segmentação da força de trabalho, lugar onde a força de trabalho é treinada e onde se procura, através de vantagens extramonetárias (como vilas residenciais, alimentação), imobilizar essa parcela semi ou plenamente qualificada.

Assim, todos os grandes projetos têm suas cidades planejadas, base de seus territórios auto-suficientes. Em sua periferia, contudo, núcleos espontâneos multiplicam-se e crescem, por vezes temporariamente, abrigando a força de trabalho não qualificada, móvel, dispensada após o término das obras de construção dos estabelecimentos. Os dois tipos de núcleos urbanos são, assim, complementares, formando uma base logística de dupla face que atende às exigências da segmentação da força de trabalho imposta pelas necessidades da nova ordem mundial em implantação.

Diversificam-se, assim, os tipos de núcleos urbanos na fronteira, relacionados ao novo espaço transnacional em formação.

As cidades das companhias, altamente especializadas, são "distritos industriais" localizados junto às minas ou portos, por vezes constituindo extensões portuárias das metrópoles ou centros regionais. O Estado participa da construção da maior parte delas como é o caso do Porto de Barcarena, em Vila do Conde, próximo a Belém, terminal de exportação construído e gerenciado

pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena — CODEBAR sob a supervisão da SEPLAN, para atender às necessidades do complexo industrial ALBRÁS-ALUNORTE que já conta, hoje, com 12 000 habitantes; de Tucuruí, controlada pela ELETROBRÁS, porto fluvial projetado para se tornar um centro não só hidrelétrico como eletrossiderúrgico, abrigando 56 000 pessoas em 1984; de Carajás, da CVRD, localizada na Serra dos Carajás, núcleo produtor de ferro gusa e esponja, com 11 000 habitantes em 1985.

Além das cidades das companhias, o Estado provê a construção de centros habitacionais em núcleos já existentes ou novos, localizados em pontos estratégicos como portos, pólos industriais e/ou centros de atração/redistribuição de força de trabalho. A CVRD constrói dez novos centros habitacionais ao longo da ferrovia. O Governo Federal faz o mesmo em Marabá — entroncamento fluviorrodoviário localizado no contato entre a bacia de mão-de-obra nordestina e a fronteira onde se prevê o desenvolvimento da siderurgia a eletricidade e a carvão vegetal — e em São Luiz, centro industrial produtor de ligas, sede dos portos da Ponta da Madeira e Itaqui, pólo industrial ligado por hidrovias a dez cidades e centro de atração de mão-de-obra, onde núcleos habitacionais são construídos, bem como cidades operárias nas vizinhanças dos portos.

Em contraste com a ordem das cidades das companhias, os núcleos espontâneos situados na periferia ou proximidade dos grandes projetos emergem e explodem caoticamente. Abrigando a força de trabalho não qualificada, desenvolvem um comércio ativo envolvendo não apenas bens de consumo, mas contratação de mão-de-obra, prostituição, hospedarias etc. para atender o fluxo de população que vem à busca de emprego ou que reflui quando do término das obras dos grandes projetos. Exemplos desses núcleos, a outra face da moeda das cidades planejadas, são Paranapebas/Rio Verde, centro de recrutamento para Carajás hoje com 15 000 habitantes (1986) e Curiatópolis, que, localizada entre Carajás e Marabá, alcançou 65 000 habitantes em apenas seis anos.

CONFLITOS INERENTES AO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOVA ORDEM ESPACIAL VELHOS PROBLEMAS EM NOVA ESCALA

O preço para participar da nova ordem planetária é o aprofundamento de conflitos em todos os níveis, em consequência do conflito entre o espaço nacional e o transnacional.

A participação na nova ordem transnacional refere-se, por sua concepção, ritmo, destino da produção e apropriação dos resultados, a uma ligação com o exterior expressa na produção de enclaves econômicos, políticos e territoriais dentro do espaço nacional. Nesse processo, as dimensões humana e ecológicas e a identidade cultural regional são negligenciadas. A competição entre gigantescas corporações determina o processo beneficiando algumas delas, mas os conflitos inerentes ao processo se manifestam no espaço nacional em diferentes níveis, como por exemplo:

— um primeiro nível de conflito se dá entre as corporações estrangeiras e a estatal. É o caso da pressão exercida pela ALCOA sobre a ALCAN e a CVRD. Para que a ALCAN lhe venda grande quantidade de bauxita — afetando o suprimento dos projetos da CVRD — e a baixo preço, a ALCOA ameaça explorar suas próprias reservas e assim baixar o preço do minério no mercado internacional;

— conflitos entre o Estado e as corporações se configuram, inclusive com as estatais, como a CVRD. Apesar da identidade de interesses entre o Estado e a CVRD, o Estado apoiou a empresa mas restringiu suas metas; por outro lado, esta se fortalece e tende para um processo de multinacionalização, acentuando-se sua face empresarial e sua autonomia, o que implica a fragmentação do Estado e a acentuação de interesses particulares em relação aos interesses comuns; e

— conflitos entre as esferas de poder governamental resultam da redivisão territorial em curso na região. A nova malha territorial “programada” pelo Estado e superposta às

existentes representa perda de poder de decisão para os governadores estaduais e administradores locais que, no entanto, têm que utilizar seus magros recursos para atender a problemas locais decorrentes da implantação de grandes projetos.

Do impacto do espaço transnacional sobre o espaço local, vivido pela população, decorrem vários tipos de conflitos:

a) a destruição de espaços construídos, i.e., não apenas a destruição da natureza, mas também do ambiente previamente produzido pelo próprio Estado. Tucuruí é um exemplo desse processo: a barragem inundou 216 000 ha de florestas, 250 km de rodovias — dentre os quais 150 km pertencendo à rodovia Transamazônica, construída nos anos 70 —, projetos de colonização do INCRA, onde três núcleos urbanos foram submergidos, com grande impacto, portanto nas comunidades de pequenos produtores e populações indígenas, e nas relações homem-meio;

b) a revolução econômica, social e política produzida pelo impacto da ferrovia nas áreas organizadas em função da circulação fluvial que, reduzindo o tempo das relações devido à maior acessibilidade, desorganiza os laços sociais e a cultura locais; e

c) efeitos resultantes da dissociação entre grandes projetos e condições locais, como é o caso das linhas de transmissão de Tucuruí, que atravessam grandes extensões de terra sem com elas estabelecer qualquer conexão, a população permanecendo desprovida de suprimento de energia; é também o caso da apropriação especulativa da terra por empresários modernos, estranhos à região.

São ainda intensos os conflitos relacionados à segmentação da força de trabalho e intensificação da mobilidade da mão-de-obra não qualificada, e à inchação dos núcleos urbanos, um dos mais altos custos sociais da implantação da nova ordem. A mobilidade é estimulada por ação do Estado — seja indiretamente, através da imagem de acesso à terra ou emprego abundante e remunerador, seja diretamente através da desapropriação de pequenos produtores (fato que libera terra e força de trabalho para projetos públicos) e de seu reassentamento em outras áreas. O grande número

de migrantes assim atraídos, empregados e assentados apenas temporariamente, transforma-se em mão-de-obra não qualificada para as grandes obras de construção dos projetos e é dispensado quando elas terminam, refluindo para os núcleos urbanos, como no caso da Usina de Tucuruí, por exemplo, em que dos 30 000 trabalhadores empregados em sua construção somente 7 000 haviam permanecido em 1985.

OBSERVAÇÕES FINAIS PERSPECTIVAS

Devido à crise mundial e à dívida externa, os grandes projetos estão atrasados ou adiados. Existe uma indefinição quanto ao destino do Programa Grande Carajás: o capital estrangeiro se retrai; o capital nacional aguarda regulamentação governamental para investir com vantagens fiscais naqueles setores onde tradicionalmente atua, i.e., a pecuária e a especulação de terra; resta apenas o investimento estatal.

O potencial de recursos da Amazônia é um fato e constitui um dos vetores para repensar o país sob o novo regime político, uma vez que o modo pelo qual a fronteira é ocupada certamente influirá no futuro do país. Coloca-se, então, a questão: como efetuar a exploração cuidadosa desse potencial sem prejuízo das necessidades das populações presentes e futuras?

Os partidos políticos não têm uma proposta clara para a questão. A comunidade científica tem tentado ampliar o debate nacional sobre o problema, sugerindo, entre outras medidas, a ampliação do poder de barganha nas negociações externas, redução do ritmo de implementação do Programa Carajás — que deve ser integrado ao planejamento do desenvolvimento do país como um todo — e exigência de que os investimentos das corporações estrangeiras sejam em capital de risco. Movimentos sociais constituem uma resistência à estratégia do Estado e das corporações através de petições enviadas à ELETRO-NORTE e ao Governo Federal, de acampamentos de protesto em Tucuruí e Novo Repartimento (situado na Rodovia Transa-

mazônica), da ampliação da mobilização social com novas alianças entre organizações sindicais e civis, a CONTAG e a Pastoral da Terra.

As sociedades regional e nacional não participaram da decisão desse processo de construção de espaço transnacional induzido pelo Estado, dele sofrendo vários ônus. O Estado, contudo, manteve e ampliou a política de modernização ao nível nacional e obteve ganhos políticos ao nível internacional, assim como as empresas estatais, CVRD e ELETRONORTE, alcançaram ganhos em termos de empresa: nesse processo, a primeira cresceu, se diversificou, promove hoje o desenvolvimento industrial no território sob seu controle, ao longo da ferrovia, caminhando para a multinacionalização. Apoiada pelo Estado, a CVRD, por

sua vez, contribui para a afirmação do Estado Nacional.

No sentido do impacto social e ecológico causado na região e da acentuação da face privada da corporação estatal, não há coincidência entre os interesses da empresa e os interesses nacionais, pelo contrário, há conflito. Contudo, na medida em que a mobilização de tal volume de recursos demanda tecnologia moderna e exploração em grande escala, a face pública da corporação estatal prevalece: ela deve conduzir a exploração para assegurar o controle nacional sobre os recursos do país. Vale dizer que a corporação estatal se justifica contra a privatização. Uma segunda questão, então, se coloca: como exercer efetivamente o controle social sobre as corporações, inclusive estatais?

BIBLIOGRAFIA

- AMAZÔNIA Oriental. Um projeto nacional de exportação. C.V.R.D. 1980, Mimeo.
- ANASTOSSOPOULOS, G. P.; BLANC, G.; DUSSAUGE, P. Les multinationales publiques. Presses Universitaires de France, Collection IRM, Paris. 1985.
- BECKER, B. A crise do estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 48 (1), IBGE. Rio de Janeiro. 1986.
- CASTELLS. M. High technology, economic restructuring and the urban — regional process in the United States. In: High technology, space and society, ed. M. Castells, Sage, Beverly Hills.
- GRANDES Projetos, IBASE. Rio de Janeiro, 1982. Mimeo.
- PROGRAMA Grande Carajás, a internacionalização da Amazônia. IBASE. Rio de Janeiro, 1981. Mimeo.
- VERNON, R.; LEVY, B. State — Owned enterprises in the world-economy: the case of iron ore. In: Public enterprises in less developed countries, ed. L. P. Jones, Cambridge University Press. 1982.
- WALLERSTEIN, I. The capitalist world economy. Cambridge University Press, 1979.

RESUMO

A implantação de grandes projetos de exploração mineral por corporações transnacionais marca uma nova fase, industrial, de expansão da fronteira na Amazônia. Eles são expressão da nova ordem econômico-tecnológica que se impõe no planeta. Mas a hipótese básica deste trabalho é que eles são, também, parte de uma forma contemporânea de afirmação do Estado-Nação: a multinacionalização de empresas estatais. Após discutir brevemente esse processo com referência ao contexto do Brasil, estuda-se o Programa Carajás como um exemplo do processo de transnacionalização da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD.

ABSTRACT

Huge mineral projects developed by transnational corporations, are the landmark of a new industrial front in Amazonia. They are part of the new economic-technological order. However, the basic hypothesis of this paper is that they are also a contemporary practice of nation-state building: the multinationalization of state-owned enterprises. The paper discusses briefly this process in reference to Brazil and studies the Carajás Program as an example of the transnationalization process of the Companhia Vale do Rio Doce — CVRD.

A GEOGRAFIA QUANTITATIVA NO BRASIL: COMO FOI E O QUE FOI?*

Speridião Faissol **

INTRODUÇÃO

“Enquanto a memória fala, deve ser lembrado que minha memória é igual à sua. O que é crucial, não é o que ela lembra, mas o que ela esquece. A memória tem pouco a ver com o que era, mais com o que é agora e muito mais com o que é deixado para os futuros que nunca serão. Nesta perspectiva, a memória aparece como uma hipótese ainda por ser rejeitada. Sua pretensão de ser verdade, não é realmente de que seja verdade, mas o conceito de que a verdade está a serviço de uma legitimação”.

Gunnar Olsson: “Toward a Sermon of Modernity” in Recollections of a Revolution.

O objetivo do presente artigo é o de registrar e recuperar elementos do processo de implantação de métodos e conceitos da chamada Geografia Quantitativa no Brasil,

evidentemente na medida em que o próprio autor dele participou, ao longo das décadas de 60 e 70, enquanto geógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Descrever eventos contemporâneos é um exercício de memória e uma tentativa de legitimação, na medida em que procuramos descrever e entender o que aconteceu; isto é, particularmente, legitimação, quando o que estamos narrando tem fortes doses de controvertido, de ideológico por isso mesmo e, de elevado conteúdo de mudança, khuniana ou não.

Tanto que, o que não se lembra, tem muito a ver, como observa Gunnar Olsson, no parágrafo que citamos acima (40), de um artigo em um livro que trata, precisamente, de *Recollections e Reflexions*, menos com o que era, do que com o que vemos projetado para o futuro, que é, sem dúvida, uma pretensão de legitimação.

Legitimação que, certamente, estava no pensamento de Peter Gould, que inicia um capítulo de um de seus mais recentes livros

* Recebido para publicação em 09 de junho de 1989.

** Professor de Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

— *The Geographer at Work* — com as seguintes palavras: — “A menos que a mudança seja verdadeiramente catastrófica, as definições de evolução ou revolução são adotadas ao sabor de cada um, ao descrever o desenvolvimento em uma disciplina” (24). Creio ser este o sentido, também, do que Olsson quis dar com a hipótese a ser rejeitada, ou não.

O nome do capítulo é, sugestivamente, *The (r)evolution in Geography* e segue-se, ao parágrafo acima, uma referência a um aspecto do processo de mudança que me pareceu, pelo menos, curioso e em que ele diz que: “A ‘Velha Guarda’ (alguns dos quais podem ter sido, desgraçadamente, jovens) tendia a usar o termo evolução, enfatizando que todo este novo modismo é muito pouca novidade e, de qualquer maneira, era nada mais do que o desenvolvimento do que já vinha sendo feito antes, e de qualquer forma vinha se fazendo sempre. E naturalmente, de alguma forma eles tinham razão” p. 22.

E Gould prossegue dizendo que “Os ‘Jovens Turcos’ (alguns dos quais eram deliciosamente velhos), tendem a usar o termo revolução, quando estão falando sobre as mudanças que ajudaram a se tornar realidade, enfatizando as tremendas diferenças entre a velha maneira de observar as coisas e a nova, moderna, contemporânea e, obviamente, intelectualmente mais profunda que se tem hoje em dia. E, naturalmente, de alguma forma eles estão certos, também.”

O sentido destas observações é o de que os “jovens turcos”, a vanguarda das transformações científicas, sociais e políticas, no sentido que Thomas Khun deu a estas transformações de natureza paradigmática, é constituída por uma *avant garde* em geral jovem, e que na Geografia isto só aconteceu em parte, de vez que muitos dos inovadores não eram tão jovens e muitos dos conservadores não eram tão velhos.

A descrição de Peter Gould (que me pareceu curiosa mais pelo parêntesis que ele abriu do que pelo conteúdo mais ou menos de se esperar), certamente foi feita sem ter o menor conhecimento do que se passou no Brasil (tanto quanto eu possa saber e apesar da referência que Gould faz a Christofolletti, porém em outro contexto); nem faria diferença sabê-lo, mas aplica ao processo brasi-

leiro de forma bastante adequada, inclusive no que se refere à participação ou não da nossa “Velha Guarda”, como já tinha observado (18), alguns bem pouco velhos, e dos “Jovens Turcos”, alguns também não tão jovens.

A idéia do presente artigo (e a tentação de denominá-lo “A (R)evolução da Geografia Quantitativa no Brasil” foi muito forte, e não fora o receio de simplesmente fazer uma cópia, talvez o tivesse adotado) veio, em parte, da leitura deste livro e entre numerosos outros destaque, especialmente, pela oportunidade, um dos volumes da série *Critical Human Geography*, da Mac Millan Press, em 1984, editado por Mark Billinge, Derek Gregory e Ron Martin sob título *Recollections of a Revolution — Geography as a Spatial Science* (10); neste livro os editores e os vários autores de contribuições, divididas aliás em duas partes: *Recollections e Reflexions* (como de certa forma o fez a Revista Brasileira de Geografia em seu número especial de 50 anos), procuraram fazer um balanço da fase da chamada Geografia Quantitativa, de natureza quase que autobiográfica, o que reforçou, em mim, a idéia de rever os desenvolvimentos e desdobramentos, no Brasil, desta mesma impropriamente chamada Revolução Quantitativa, ou simplesmente Geografia Quantitativa; e estimulado por alguns artigos do número especial da Revista Brasileira de Geografia, ano 50, discutir, também, o — “o que foi” —, baseado, principalmente, nas minhas próprias reflexões; por outro lado, muitas críticas, algumas favoráveis outras não, mas, às vezes, injustas e facciosas, divulgadas nestes últimos quinze anos, constituíram estímulo adicional, na busca real tanto do ao” o que foi “como ao “como foi”. Claro que com as limitações do como as vejo agora e quem sabe buscando a legitimação de que fala Gunnar Olsson no artigo de que extraímos o trecho que citamos logo no início, para isso, estaria recorrendo especialmente às minhas próprias *Recollections* — o “como foi”, principalmente.

E com isto procurando, ainda, resgatar este movimento de um certo terrorismo ideológico que, tanto no Brasil como em outros países, tentou fulminar a Geografia Quantitativa como servindo a interesses e

“aparentemente preocupada com os grandes ou falsos problemas nacionais, e progressivamente inserindo-se cada vez mais como parte do aparelho ideológico de um Estado que, simultaneamente se tornou mais e mais autoritário”, como afirmou Roberto Lobato (37) p. 116, um entre numerosos críticos do movimento teórico-quantitativo, em livro organizado por Ruy Moreira, todo ele voltado para críticas, às vezes candentes, a este mesmo movimento quantitativo.

No item que se segue, procurarei fazer uma *Recollection* do o “como foi” esta transformação na Geografia, mais particularmente como ela afetou o IBGE e suas pesquisas e seu Departamento de Geografia, onde comecei minha carreira profissional, em 1942, e de onde me aposentei em 1983.

Como se trata de um depoimento pessoal, não tem a pretensão de ser exaustivo e se limita ao meu conhecimento e interpretação dos fatos, como os vejo hoje, decorridos todos estes anos. Para ser mais preciso, talvez descreva muito pouco do que foi, muito do que já esqueci, mais do que como vejo estas coisas agora e sobretudo como uma hipótese que, quem sabe, eu, mesmo, rejeite ou renegue no futuro, como Gunnar Olsson colocou no trabalho que citei, no início deste artigo. E aqui, a minha verdade e a minha pretensão de legitimação é de que o Departamento de Geografia do IBGE tem um crédito perante a Geografia brasileira, crédito que a fase quantitativa, que este mesmo Departamento implantou no Brasil, saiu acrescentado.

Em primeiro lugar, por isso mesmo, parece-me necessário destacar o papel inovador que este Departamento de Geografia do IBGE teve no desenvolvimento da Geografia brasileira, a começar pela sua própria existência, e pelo que ele se constitui como a maior massa, em quantidade e em qualidade, de pesquisa geográfica feita no Brasil.

Assim, tanto o “como foi” como “o que foi”, deveram muito à atuação do Departamento de Geografia do IBGE, nos últimos 50 anos, que muitos gostariam de esquecer. Neste particular, muitos dos críticos, até mesmo do próprio IBGE, tendem a se esquecer o que representou ter trazido homens como De Martonne, Pierre Deffontaine, Francis Ruellan, Michel Rochefort,

Preston James e Leo Waibel, para citar, talvez, alguns dos mais conhecidos, entre 1939 (quando foi publicado o primeiro número da Revista Brasileira de Geografia) e 1956, ocasião em que se realizou, no Brasil, um Congresso Internacional de Geografia.

Este Congresso contou com a presença de mais de 500 geógrafos, muitos dos quais altamente qualificados, que contribuíram significativamente para o enriquecimento da Geografia brasileira, graças à visão de Hilgard Sternberg, organizador do Congresso e que o percebeu como uma enorme alavancagem na Geografia do nosso país; e contou com o apoio de Fabio de Macedo Soares Guimarães que lhe prestou a incondicional ajuda do IBGE e a infra-estrutura física e científica, que marcou o Congresso pela sua alta qualidade. A publicação de inúmeros Livros-Guias para excursões, em inglês e francês, constitui, cada um deles, uma importante contribuição à Geografia do Brasil.

Em segundo lugar, pelo ambiente verdadeiramente acadêmico que sempre existiu — o que contraria, pela evidência, muitas críticas mais ou menos sectárias de atrelamento a uma doutrina de Estado ou de Governo. Às vezes, o patrulhamento era, ao contrário do que a crítica sugeria, em sentido oposto, e com frequência mais pessoal que institucional.

Este foi o caso da própria organização da Comissão Nacional da UGI que se fez distanciada do Conselho Nacional de Geografia, com este objetivo, a despeito do fato de que lhe cabia a representação pelo próprio decreto que criou o CNG, desde o fim da década de 30.

Nunca se fez no Departamento de Geografia do IBGE, o DEGEO, por discreta que fosse, qualquer insinuação sobre adoção de conceitos e/ou conclusões em pesquisa geográfica. Ao se organizar a Conferência Regional da UGI no Brasil, um outro evento da maior importância para a Geografia brasileira, em 1982, por um grupo de colegas que constituíram a Comissão Organizadora e, quase todos, membros da Comissão Nacional do Brasil da UGI — de diferentes partes do Brasil e de diferentes organizações —, podia-se constatar que o Temário da Conferência e os temas dos expositores continham numerosos assuntos de inspi-

ração social e mesmo marxista, sem que a isto tivesse qualquer observação nem dos organizadores, nem da direção do IBGE, que foi o principal patrocinador; o que foi até objeto de alguns comentários na crônica internacional a respeito, que ao ressaltar o alto nível profissional em que se realizou a Conferência, estranhava esta liberdade conceitual e mesmo ideológica, dado o fato de estar isto acontecendo num momento de Governo militar autoritário e de direita.

Faço estas observações por uma questão de respeito institucional e de senso de justiça e pelo conhecimento que tinha da situação, na qualidade de Secretário-Executivo da Comissão Organizadora.

A seguir, analisamos "o que foi" em geral, para discutir algumas questões que me parecem terem sido fundamentais no bojo destas transformações; mas quero deixar claro, de novo, que neste artigo se pretende, apenas, um depoimento pessoal, sem a pretensão de uma análise exaustiva que, inclusive, demandaria muito mais tempo e consultas; e aqui, mais do que apenas o "como foi" estão colocados os problemas que me parecem os mais relevantes e, ainda assim, sem a preocupação que não seja a de exemplificar.

Neste item se discutem as questões, como elas me pareceram importantes no Brasil, embora no contexto das transformações genéricas observadas num âmbito maior e com as restrições de conhecimentos defasados, parciais e parcelados.

Finalmente, umas considerações finais que procuram enxergar adiante o "depois" que, abrindo caminho para novas visões do Mundo, deixou incorporado ao patrimônio da Geografia, tanto os métodos como os desenvolvimentos teóricos e procurando colocar, a chamada Geografia Radical no Brasil, numa perspectiva evolutiva.

É que, como escreveu Pedro Geiger (23), exatamente no número especial da Revista que comemora os seus cinquenta anos, a Geografia brasileira nunca mais seria a mesma, depois da Geografia Quantitativa.

Com isto, passamos ao "como foi", que não tem nenhum sentido polêmico e sim o de um depoimento pessoal, nem mesmo quando classificamos o movimento teórico/quantitativo como revolucionário e a tendência radical, como evolutiva.

O "COMO FOI"

É muito difícil reconstituir a evolução da Geografia, num país como o Brasil, nos últimos trinta anos, em que numerosas Instituições se desenvolveram, e às vezes sim, e às vezes não publicam seus trabalhos, razão por que o conhecimento de todos eles acaba se tornando difícil.

Entretanto, dada minha participação pessoal neste — o "como foi" —, na introdução, implementação e na difusão interna, no Brasil, dos postulados e métodos da Geografia Quantitativa, pareceu-me, agora, bastante apropriado, não só um depoimento pessoal — para o qual a memória pode me trair por não ter nada escrito, pelo que me desculpo antecipadamente, mas, principalmente, uma análise crítica e reflexiva, já aí entrando, inevitavelmente, pelo "o que foi", decorridos todos estes anos. A vantagem adicional é que este tempo fez assentar a poeira e se ter uma visão menos apaixonada dos fatos e das idéias.

De um modo impessoal, o Departamento de Geografia do IBGE foi, sem dúvida, o maior centro de pesquisa geográfica no Brasil, desde a década de 40, e no caso da Geografia Quantitativa foi, também, o principal centro difusor de metodologias. E, a despeito das dificuldades, continua sendo, inclusive porque é aí que ainda se desenvolvem os grandes projetos de pesquisa geográfica no Brasil — a Geografia do Brasil e o Atlas Nacional do Brasil —, dentre outros.

O Departamento de Geografia da Universidade de Rio Claro onde se destacaram Christofolletti, Ceron e Livia de Oliveira, entre outros, foi, sem dúvida, outro importante centro, e, logo, muitos outros passaram a utilizar técnicas quantitativas, principalmente análise fatorial e/ou enveredar por elucubrações teóricas.

O Departamento de Geografia da SUDENE com Carlos Caldas à frente, foi outro centro importante e o da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, também.

Alexandre Filizola Diniz, formado em Rio Claro, hoje na Universidade de Sergipe, tem realizado, por igual, importante trabalho

nesta área, principalmente em estudos rurais.

Um curso de Métodos Quantitativos, que eu fora convidado, por Maria do Carmo Galvão, a oferecer, no Mestrado de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde sua criação, e que, aliás ajudara a processar (eu era um dos poucos colegas com Doutorado naquela época), funcionava também como importante centro de difusão. Muitos colegas ali fizeram o Mestrado, alguns dos quais alunos e alunas, outros orientados, como Marilourdes Lopes Ferreira (hoje Professora da UFRJ, cuja liderança intelectual começava a despontar), Lana Lima Moreira, Lia Osorio, Maria Luiza Castelo Branco e Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira.

Funcionava e funciona, pois, a este curso, desde aquele tempo, esteve associado Jorge Xavier da Silva, um incansável pesquisador nesta área e, agora, Marilourdes Lopes Ferreira, uma das minhas mais brilhantes alunas e agora colega, além de amiga querida, que ofereceu o mesmo curso durante algum tempo, curso, este, que continua sendo oferecido no Instituto. Além de numerosos outros colegas professores e pesquisadores do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como Mauricio Abreu, que fez um brilhante doutoramento na Universidade de Ohio, co-autor com David Vetter de um capítulo do livro "Tendências atuais da Geografia", em que discutiu uma aplicação metodológica quantitativa e, atualmente, Coordenador de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da UFRJ, e tantos outros.

Não menciono os tantos outros, inclusive de outras Instituições, para não ser exaustivo e fazer eventuais omissões indesejadas.

Um ponto importante nesta reflexão é o que se refere ao fato de que, a despeito do nome cunhado e difundido de "Revolução Quantitativa" e de "Geografia Quantitativa", a preocupação mais fundamental não foi usar o método pelo método, ou criar teoria para um dado método, mas, sim, criar a teoria e achar o método mais próprio a poder testar e validar ou não a teoria. Foi, portanto, um desenvolvimento do processo científico na Geografia, é bem verdade que ainda de base positivista, e muitas das críticas feitas, o foram às repercussões da filo-

sófia positivista em algumas teorias, mais do que na metodologia, em si mesmo, que era sempre reflexo das teorias.

Mas, certamente, esta revolução metodológica ensejou uma profunda reflexão e revisão teórica, e esta, sim, foi fundamental.

Peter Gould mostra bem isso, pois embora no livro citado tenha feito, por isso mesmo, uma opção pela idéia de "Revolução", não muito convicta, mostra que isto ocorreu porque ela se constituiu em importante inovação conceitual (e Gould salienta que não é o apelido de "Revolução" que importa), que ele descreve como tendo sido em torno das idéias contidas em cinco palavras/conceitos — espacial, modelo, regional, estrutura e planejamento —, cujo uso ele levantou em numerosas publicações acadêmicas (21 revistas nos últimos trinta anos, de 1954 a 1984); e este uso se acentuou exatamente nestes últimos trinta anos, concomitantemente com as transformações descritas.

Nos primeiros anos da década de 50, diz Gould, pouquíssimos artigos usavam a palavra espaço ou espacial (aliás, sugere-se que a noção de espaço de Fred, Schaeffer (44) que substituiu o conceito de lugar de Hartshorne — "*areal differentiation*" — tenha representado a diferença mais marcante), enquanto que, hoje, cerca de 50 a 60 artigos, anualmente, usam o conceito.

Aliás, todo o reboliço visava, em grande parte, fazer da Geografia uma ciência espacial, com formas, leis e processos espaciais de natureza explicativa. Em suma, aplicar o método científico à Geografia, como este método era agora visto a partir das ciências físicas e naturais. Mas a questão é que muito cedo se verificou que a explicação não podia se circunscrever à forma e era necessário se recorrer ao processo social.

Até o título de um dos mais interessantes livros de teoria espacial/social — *Social Relations and Spatial Structures* —, da série *Critical Human Geography* da Mac Millan Education, editado em 1985 (27), é sugestivo nesta tentativa de identificar (ou não) o espacial como objeto da análise geográfica. Neste livro, Doreen Massey (38) discute a questão do espacial e do social, nos dois planos: a — primeiro, uma busca de identidade e cientificismo, uma busca de leis espaciais,

processos espaciais; no contexto desta busca de identidade, muitos autores postularam um verdadeiro “fetichismo espacial”, *spatial laws devoid of substance or content*” e processos espaciais que se podiam arrancar de seu contexto social, como diz Doreen Massey no artigo citado acima. (Ver também a discussão em Faissol (18) e (20);

b — o segundo, uma espécie de volta ao social, ainda que se considere *The difference that space makes* (43), como Andrew Sayer discute em artigo no mesmo livro ou como descreve Edward Soja (47), ao procurar uma re teorização transformativa, que tem a ver com a tradição materialista francesa de que Henry Lefebvre é um dos expoentes. A volta ao social tem a ver com Geografia—Ciência Social e a explicação do processo espacial, por uma interação espaço-sociedade e não mais a explicação do processo espacial pela forma espacial, por uma linguagem da geometria.

Da mesma forma, a palavra teoria e o conceito de modelo e de estrutura passaram a freqüentar o vocabulário dos geógrafos humanos (desde que a estrutura era muito usada por geógrafos físicos). A palavra e o conceito de região, diz Gould, evoluiu da *checklist*, que era a definição de uma região qualquer, tratada a seguir pelo processo da lista inteira de ramos da Geografia, desde o relevo até à atividade econômica e aos transportes e comunicações. E evoluiu, porque, aí, foi introduzida a noção de espaço, mais que a de região, que era definida não pela *checklist* inteira, mas por aqueles aspectos que fossem relevantes no processo integrativo, o que faz parte, hoje, da concepção consensual da Geografia, mas surgiu neste momento e neste contexto.

A diferença foi importante porque, embutida na idéia de região, o método regional simplesmente adotava a *checklist* que, simplesmente, repetia o método sistemático para uma área considerada.

A associação do conceito de região ao de espaço deu, ao segundo, um caráter integrativo, que no primeiro fica, apenas, implícito, no sentido de que um sistema de regiões pode ser delineado à base de diferentes critérios; o espaço, entretanto, só pode ser identificado no contexto de um processo integrativo sociedade-meio físico. O

pays de Vidal de La Blache falhava, principalmente na medida em que não se conseguia identificar, claramente, *pays* por toda a extensão da terra e/ou dos países propriamente ditos, embora o conceito tivesse um caráter integrativo. Mas voltaremos a este tópico mais adiante.

Por fim, a palavra e a idéia de planejamento na Geografia vieram com a constatação de que já se dispunha de um arsenal teórico e metodológico, que permitiria fazer previsões sobre o comportamento de parte do sistema espacial, controladas algumas variáveis, como veremos no “o que foi”, mais adiante, e como relatamos em outro artigo publicado no número especial, comemorativo dos cinquenta anos desta mesma Revista Brasileira de Geografia (19).

Estas inovações são trazidas seja por uma *avant-guard* ou “Jovens Turcos”, e como tornaremos mais explícito no item seguinte, uma das figuras marcantes e mais produtivas da fase quantitativa da Geografia foi o Prof. Brian Berry, um dos famosos estudantes graduados da Universidade de Washington, em Seattle, em meados da década de 50, quando se deslanchou o processo. Brian Berry costuma colocar a questão como sendo a de uma transformação teórico-quantitativa, de natureza paradigmática, isto é, a mudança foi profunda, gerando um novo paradigma na Geografia.

O meu primeiro contato, por assim dizer pessoal, com o *establishment* da Geografia Quantitativa foi através do próprio Prof. Brian Berry, um de seus mais conhecidos expoentes, que conheci no Brasil, e ocorreu de uma forma inesperada, na primeira metade do ano de 1967.

Era diretor do antigo SERFHAU o Arquiteto Harry Cole, com quem muitos geógrafos do IBGE mantinham excelentes relações profissionais, e que havia convidado Brian Berry a vir ao Brasil, vindo do Chile, onde estava com o Prof. John Friedmann, ambos convidados do Governo Chileno para uma assessoria sobre questões de planejamento regional, naquele ano de 1967. Como Harry Cole estava deixando o SERFHAU naquele momento, com o estabelecimento de um novo Governo, ele nos oferecia a possibilidade de ter o Prof. Brian Berry por uma semana, no Departamento de Geografia do

IBGE; fui conhecê-lo, neste Departamento, para uma primeira visita e discussão, da qual participaram além de Marília Galvão, Chefe do DEGEO, Elza Keller, Olga Buarque, Roberto Lobato e eu próprio, de vez que Pedro Geiger se encontrava ausente do Brasil na ocasião. No Aeroporto do Galeão e no mesmo dia de sua chegada já nos reunimos¹.

A idéia era submeter a recém-elaborada Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, a uma análise fatorial, sugerida por Brian Berry como a fórmula adequada de testar sua validade teórica.

Naquele momento, o DEGEO já havia elaborado ou quase terminado os dois modelos de regionalização — homogêneo e funcional — e participava de uma ampla discussão (inclusive com o IPEA) sobre estas formas de organização espacial; e a apresentação da teoria de campo, por Brian Berry, soava como um elemento para o desdobramento destas discussões, e é bem provável que a metodologia estatística tenha encontrado campo fértil no DEGEO, exatamente porque o movimento teorizante estava já em andamento.

Para se ter uma idéia da importância que o IBGE deu à vinda do Prof. Brian Berry, basta mencionar que ele foi recebido em reunião do Conselho Diretor da Fundação IBGE, em que eu e Miguel Alves de Lima tínhamos assento, eu como representante do Ministério do Interior e Miguel como membro nato, pois que era Diretor Superintendente do IBG.

Posteriormente, tive novo contato com Brian Berry, em 1967, no Congresso Internacional de Geografia da Índia, em Nova Delhi, ao qual compareci juntamente com Miguel Alves de Lima; lá fui convidado, pelo Prof. Brian Berry, a ser o membro correspondente brasileiro da Comissão de Métodos Quantitativos da UGI, dando início, assim, a uma participação ativa e pessoal

nos rumos das transformações que se foram operando, na Geografia brasileira, mais particularmente a do IBGE, a partir do fim da década de 60. Era, também, minha estréia na União Geográfica Internacional, que me levou a numerosas outras participações, até ser eleito para a Vice-Presidência relativa à América Latina, em 1976, como mencionarei logo a seguir.

Uma razoável fluência na língua inglesa e um interesse e curiosidade matemática ajudavam-me, como uma vantagem comparativa de não pequena importância; mas, até aquele momento, nada havia se concretizado, além de um fervilhar de curiosidades e muita leitura da bibliografia correspondente. Além do livro de Berry sobre a Índia (2), *Essays on Commodity Flows* que lançava sua teoria de campo e que repercutiu, muito, no Departamento de Geografia — ver a observação de Geiger (23), como um possível modelo para planejamento (como já indicamos acima e como discutiremos esta questão mais adiante), outro do mesmo autor e mais Duane Marble (3) passaram a ser lidos avidamente.

Algum tempo depois, creio que no meio do ano de 1968, veio ao Brasil o Prof. John Peter Cole, geógrafo inglês, da Universidade de Nottingham, bolsista do Conselho Britânico (também autor (14) de um livro de Geografia Quantitativa), para estudar o Censo de População e que Pedro Geiger relata ter sugerido que procurasse o DEGEO, discutindo os mesmos temas com Marília Galvão, comigo e, depois, com vários outros colegas, inclusive com o próprio Pedro Geiger que havia regressado do curso que fora dar na Universidade de Columbia. Cole iria ter um papel relevante na introdução da Geografia Quantitativa no IBGE.

Em 1969, Cole voltava ao Brasil com a família, e por um período maior, de cerca de três meses. Tive o prazer de hospedá-lo em minha casa, onde passávamos longas horas

¹ Aqui parece-me necessário fazer um parêntesis, para esclarecer um ponto onde algumas das críticas mais contundentes foram feitas: a participação da Geografia do IBGE no processo de planejamento, a serviço de interesses de uma autocracia apoiada numa tecnocracia de economistas e geógrafos. Quem assistiu e participou das discussões sobre os planos de desenvolvimento nacional, regional, urbano e de regiões metropolitanas, pôde verificar o quanto foi uma conquista da Geografia se fazer presente, e, neste sentido, a contribuição de Pedro Geiger e Lysia Bernardes tem que ser considerada de forma particular; e um esforço enorme na defesa de princípios de eficiência social/regional, de descontração das regiões metropolitanas para cidades médias etc. Na realidade, ali se estava praticando o comprometimento do geógrafo com problemas da Sociedade, de forma prática e participativa, o que viria a ser norma depois. Teria sido fácil se omitir, mas seria este o caminho? Neste momento e neste contexto, a participação de Lysia e Nilo Bernardes, de Elza Keller e, sobretudo, de Pedro Geiger haviam sido decisivas, tanto na montagem do projeto de Divisões Regionais, como nas discussões com o IPEA. Neste contexto, ainda, foi montada a primeira pesquisa estatística a nível nacional, para ser usada na montagem do modelo de regiões funcionais. A experiência de Pedro Geiger e de Lysia Bernardes, tanto na montagem da pesquisa, como no contacto com os economistas espaciais do IPEA, era fundamental neste aspecto.

conversando, ora sobre um modelo de simulação do crescimento da população, usando a Cadeia de Markov como o processo gerador de um novo estado do sistema, ora sobre uma variedade de métodos estatísticos, ora sobre a prática e os conceitos da teoria dos jogos (praticávamos longas horas com um jogo — o *D day* — que simulava a invasão da França pelos aliados)².

Nesta ocasião, Cole começou a nos introduzir à Análise Fatorial, que ele mandava executar na Inglaterra, no computador da Universidade de Nottingham, até que introduzíssemos o *software* respectivo no computador da PUC, onde Nelson do Vale nos ajudava. E, a partir daí, dispúnhamos não só da Análise Fatorial, mas, também, da análise de agrupamento, entre outros.

Nestes exercícios pude apreciar, diretamente, que a especificação de um modelo tem uma enorme importância, e que o método estatístico, na realidade a revolução quantitativa, era muito mais do que um simples instrumento de análise. Aí, pude perceber, de forma ainda difusa, que a mudança não era, apenas, metodológica; ao contrário, estavam-se operando profundas transformações conceituais.

Os modelos em que eles se baseiam são um poderoso instrumento de reflexão e quando Peter Gould escreveu “então eu vou pular para o lado da revolução”, ele estava constatando que “algo muito dramático acontecera ao velho campo de estudo da Geografia no fim da década de 50 e vem acontecendo desde aquele tempo” (24) p. 22, em ambas as citações.

Nunca me havia ocorrido que a falta de teoria e modelo seria fatal (tão forte era a minha crença no que sempre aprendi como o olho do geógrafo), e que Ruellan sempre procurava mostrar no campo e com o que brincávamos ao usar a expressão *voilà l'allure de l'Algonkian*, quando ele de longe nos mostrava a crista de uma superfície de erosão, marcada ou preservada por afloramentos de rochas daquele período; e que Waibel sintetizava, sempre, com “o que es-

tamos vendo?”; mas Waibel tinha em mente, sempre, o modelo de Von Thunnen e via os anéis do modelo do “O Estado Isolado”, e Ruellan tinha, em mente, as superfícies de erosão que ele e De Martonne descreveram no Brasil Tropical Atlântico; e nós não percebíamos que o modelo abstrato era o caminho para perceber uma realidade, a qual, na verdade, nunca se alcança; o modelo era o instrumento de ver o que não se percebia, a não ser com os olhos da mente. O mais que se consegue é um conjunto de aproximações sucessivas.

Para aqueles que julgavam ser o processo quantitativo de inspiração apenas capitalista, é interessante observar que Berry era realmente (talvez ainda seja) uma pessoa com idéias bem conservadoras; mas isto não o impedia de defender idéias de melhorias na estrutura da Sociedade, enquanto Cole, na intimidade, não escondia uma tendência mais ou menos anarquista (seu pai havia sido anarquista na Austrália) e, sem dúvida, nitidamente socialista, embora não marxista. A diferença entre os dois estava não no método, mas na especificação do modelo. O modelo, na verdade, sempre existe em nossa mente, filtrado pelos nossos conceitos e preconceitos, ainda que a gente não queira ou não admita. Apenas, ele não é especificado.

E no modelo podemos ver e analisar a sua lógica e a sua consistência interna, sem o que estaríamos pensando erradamente.

A estes, seguiram-se uma série de outros desdobramentos, desde a participação em uma reunião da Comissão de Métodos Quantitativos, em Poznan, Polônia, em 1970, juntamente com Marília Galvão e Elza Keller, em que já apresentamos *papers* nos quais se usaram métodos quantitativos de análise (trazidos ao Brasil por John Cole como dissemos), até uma reunião da referida Comissão, no Brasil, a qual Brian Berry deveria ter comparecido e que nos trouxe o Prof. Akin Mabogunje, da Universidade de Ibadan, Nigéria, e, também, de destacada participação no processo. Mas aí já se ob-

² Neste jogo, Cole deixava-me fazer o papel das forças aliadas e pude aplicar a estratégia e as táticas do General Patton, mas a experiência de Cole com as várias hipóteses da teoria, nunca me permitiram ocupar Paris, como Patton o fez, na vida real. Mais tarde, eu e Pedro Geiger praticávamos o mesmo jogo, que era, também, extremamente interessante e revelava nossa preocupação com o jogo espacial-social. Isto me fez refletir muito sobre a importância da teoria dos jogos, no planejamento econômico, mas, sobretudo, na importância da reflexão teórica, no contexto desta teoria, em um outro jogo, o da construção de uma ferrovia entre um dado interior e um porto, na qual entravam múltiplas variáveis, desde as dificuldades do terreno, pântanos, montanhas etc., ou hostilidade da população indígena local, e as vantagens econômicas de se atravessar uma região fértil etc.

servava um desenvolvimento um tanto autônomo da corrente quantitativa brasileira e um livro que organizei, um pouco mais tarde, com um grupo de colegas (17), no DEGEO, para a Comissão de Geografia do IPGH, já começava a marcar uma difusão para fora do Brasil, na América Latina e foi considerado, em 1982, por esta Comissão, a melhor contribuição geográfica, divulgada na América Latina, entre 1978 e 1982.

Na Reunião de Poznan havíamos conhecido o Prof. Duane Marble, da Universidade de Northwestern, em Evanston, Illinois (co-autor com Berry do livro de *Readings Spatial Analysis*) e que se prontificou a nos dar uma fita magnética contendo os mais variados programas de análise quantitativa de que ele dispunha para seu Departamento. Creio que pouco tempo depois, quando compareci a uma reunião da CLAG em Syracuse (onde, em 1956, obtive o PhD com Preston James), juntamente com Miguel Alves de Lima e Pedro Geiger, fui à Northwestern e obtive a citada fita magnética com Duane Marble. O IBGE já tinha se equipado com um sistema de Informática e pudemos colocar a fita em seu computador e passar a usar seus programas. Entre outros, havia um que era um programa de agrupamento de lugares, com ou sem a chamada restrição de contigüidade, problema ao qual voltaremos mais adiante. Esta fita, com um variado conjunto de programas, teve grande importância na introdução de uma variada gama de técnicas, como voltaremos a mencionar.

Não é necessário enfatizar as dificuldades que todos nós encontrávamos em assimilar todo um arsenal de técnicas estatísticas, bem como descreve David H. Smith: “*Almost 30 years old and with a PhD under my belt, I had no knowledge of statistics whatsoever. In fact, when I overheard colleagues talking about chi-square, I honestly mistook it for pi.*”, p. 124; o esforço para descobrir o que os *softwares* encontrados na referida fita continham foi muito intenso e muita coisa ficou sem explicação, o que mostra como foi verdadeira a observação (no nosso caso literalmente verdadeira) de David Smith que citamos acima.

Mabogunje voltaria ao Brasil muitas vezes (a última das quais em 1982, por ocasião da

Conferência Regional da UGI, realizada no Brasil naquele ano), pois conhecendo a colonização africana em nosso país, visitou a Bahia, e de certa forma apaixonou-se pela nossa terra, a qual trouxe, inclusive, sua esposa, para uma visita mais longa. Nesta ocasião, ele não só deu um curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas trabalhou conosco no IBGE (1974/75).

Mabogunje teve uma participação efetiva, desde que era um dos Vice-Presidentes da UGI, na minha própria eleição para uma das Vice-Presidências da UGI, em 1976, em Moscou, pois incentivou muito a Miguel Alves de Lima, então Presidente da Comissão Nacional do Brasil da UGI, à apresentação de um nome brasileiro como candidato Latino-Americano à vaga deixada pelo geógrafo Argentino Guillermo Zamorano, no Comitê Executivo da UGI; eleito por indicação da Comissão Nacional do Brasil, permaneci neste Comitê Executivo até 1984, no Congresso de Paris. Devo aos dois a minha eleição, mas também ao fato de que, em 1976, se reconhecia o Brasil como uma das comunidades geográficas ativas e renovadoras no quadro mundial (e eu já era membro de uma das Comissões mais prestigiadas da União — a de Métodos Quantitativos).

Havíamos levado a Moscou uma publicação que continha numerosos artigos, de vários autores do DEGEO, já baseados em métodos quantitativos e um *paper* de minha autoria “O multiplicador urbano” havia sido aceito pela Comissão de Métodos Quantitativos do Congresso de Moscou e publicado no “Resumo de Comunicações” em língua russa, e esta publicação reforçava esta visão que já se tinha da Geografia brasileira.

Recorde-se que a eleição para cargos na UGI, embora siga critérios de representação regional, no mundo (daí um membro Latino-Americano), segue, também, critérios rígidos de qualificação profissional, pois que os Vice-Presidentes são examinados, em seus currículos, pelo próprio Comitê Executivo, que seleciona os nomes apresentados para serem submetidos à Assembléia Geral da UGI.

O Brasil teve dois Vice-Presidentes na UGI: Hildgard Sternberg, eleito em 1952,

em Washington e reeleito em 1956, época do primeiro Congresso da UGI no Brasil, e Speridião Faissol, eleito em 1976 e reeleito em 1980, quando a Assembléia Geral da UGI aceitou o convite do Governo brasileiro para fazer a Conferência Regional Latino-Americana, no Brasil, em 1982.

Esta projeção internacional, que dava força aos candidatos brasileiros na UGI, também nos ajudava a enviar para o exterior alguns geógrafos do DEGEO, seguindo, aliás, uma tradição antiga, de que eu próprio me beneficiara, obtendo o PhD na Universidade de Syracuse, no meio da década de 50³.

Assim, enviamos para Nottingham a geógrafa Olga Buarque para se aperfeiçoar com o próprio Cole e mais Roberto Lobato e Hilda da Silva, para a Universidade de Chicago, onde ensinava Brian Berry.

Infelizmente, Hilda da Silva veio a ser vítima de insidiosa doença e faleceu interrompendo brilhante carreira; Roberto Lobato regressou após o primeiro ano, por razões particulares, mas, certamente, tendo incorporado importante experiência profissional.

Além disso, Brian Berry deixava a Universidade para se tornar Diretor do Laboratório para *Computer Graphics* de Harvard e, assim, perdia-se uma fonte para aperfeiçoamento de pessoal do IBGE. De qualquer forma, obtivêramos do referido Laboratório *softwares* para produção de mapas na impressora do computador, do tipo "Symap" e "Simvu" que produziam mapas de isolinhas e choropletas.

Por outro lado, o IBGE realizava cursos de aperfeiçoamento para professores e, em muitos deles, se ofereciam disciplinas e métodos quantitativos na Geografia, do que resultou uma maior difusão de interesses. Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira, uma das jovens professoras que participava de um destes cursos, encantou-se com a nova fase e veio trabalhar no IBGE, fazendo o Mestrado na UFRJ e destacando-se,

também, no Grupo de Pesquisa do Gabinete da Superintendência de Pesquisa do IBGE.

Curiosamente, ela se interessou muito pelos processos de difusão, especialmente depois que veio ao Brasil o Prof. Lawrence Brown, da Universidade de Ohio e especialista neste assunto. Mais tarde, ficou interessada em um projeto de uso espacial de uma análise regional baseada em uma matriz de insumo-produto, com a vinda ao Brasil do Prof. Baruch Kipnis, da Universidade de Haifa, Israel, por sugestão do Prof. Arie Sachar, da Universidade Hebraica de Jerusalém, que veio, também, várias vezes ao Brasil e, quase sempre, a convite do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Paralelamente ao envio de geógrafos para aperfeiçoamento no exterior, trazíamos geógrafos qualificados do exterior, para temporadas no IBGE. Assim, vieram Howard Gauthier (que havia feito sua tese de Doutorado sobre transportes e desenvolvimento, em São Paulo) e Lawrence Brown, ambos da Universidade de Ohio e que contribuíram para a expansão do elenco de técnicas quantitativas de análise espacial.

O Departamento de Geografia do IBG — e mais tarde da Superintendência de Pes' — quisa, em seguida Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos (SUEGE, IBGE) — foi, sem dúvida, a fonte geradora mais importante, como já salientamos.

A questão do que foi esta fase quantitativa no Brasil é importante, especialmente porque passada a fase inicial, no mundo em geral e no Brasil, em certa medida, estes métodos e conceitos estão introduzidos e fazem parte das rotinas de trabalho de numerosas Instituições e Universidades.

É curioso observar que o Chefe do Departamento de Geografia da Universidade de Washington, o Prof. Donald Hudson, não quis imiscuir-se nos intrincados problemas de aprendizado de métodos estatísticos e

³ A forma usual, no IBGE, não era a de se procurar obter um grau acadêmico, mas se adquirir experiência profissional, o que talvez tenha atuado, a longo prazo, em desfavor da posição acadêmica dos geógrafos do IBGE. Fabio Macedo Soares Guimarães, sem dúvida um dos expoentes intelectuais da Geografia Brasileira de todos os tempos (e que merecidamente, ganhou a distinção de o primeiro na lista dos clássicos da Geografia brasileira no número especial, comemorativo do 50º, aniversário da Revista Brasileira de Geografia), fizera um período de estudos nos Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin, em meados da década de 40, logo após a II Guerra Mundial, onde conheceu e estudou com Hartshorne e com Leo Waibel, que teria enorme importância no Brasil. Da mesma forma, lá já havia estado Jorge Zarur, que obteve o grau de Mestre naquela Universidade, e que foi o grande incentivador da ida de uma nova leva de geógrafos do IBGE aos Estados Unidos. E, juntamente com Fabio Macedo Soares Guimarães haviam seguido Orlando Valverde, Lucio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos e José Verissimo da Costa Pereira, que formavam a linha de frente da Geografia do IBGE, naquela ocasião.

matemáticos, embora desse apoio integral aos seus companheiros que a isto se dispusessem, notadamente William Garrison que era o principal professor pesquisador desta fase, em Seattle.

No Brasil, Miguel Alves de Lima era o Diretor Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia, e embora não tenha participado do processo inovativo diretamente, deu apoio integral ao Departamento de Geografia — à Marília Galvão, Chefe do Departamento, e a mim também, no Grupo de Áreas Metropolitanas, entre outros, — que procurávamos implantar esta fase no Departamento de Geografia. Paralelamente, o Prof. Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE, no início da década de 70, um economista que sempre revelou uma ampla compreensão da dimensão espacial, dava integral apoio ao grupo, inclusive facilitando o acesso ao sistema computacional da PUC, que o IBGE estava usando para processar as tabulações avançadas do Censo de População de 1970.

Nelson do Vale, Sociólogo e Professor da PUC, foi o elemento de contato nesta Universidade e se interessou de tal forma pelo processo, que acabou ingressando no IBGE, mais tarde. Nelson foi o colega e amigo que nos ensinou a usar o computador da PUC para os algoritmos de Análise Fatorial e um modelo de Simulação (que usava cadeia de Markov) e que haviam sido introduzidos no IBGE através da vinda do Prof. John Cole.

O grupo de Estudo de Áreas Metropolitanas (GAM) de que eu era o Coordenador, e do qual fazia parte a própria Chefe do DE GEO, Marília Galvão, numa larga medida assumiu este papel de centro difusor, mas numerosos outros geógrafos participaram, de forma bem ativa; Pedro Geiger, de forma muito particular, mas, também, Elza Keller, ambos chefes de Divisão no Departamento, cada um difundindo as novas técnicas em sua área.

No Grupo de Estudo de Áreas Metropolitanas, Olga Buarque foi uma das mais ativas participantes, com apoio de Eliza Mendes de Almeida e um grupo de estagiários, onde começava a despontar a inteligência e a independência científica de Marilourdes Lopes Ferreira, que fez um mestrado brilhante na UFRJ, onde logo em seguida passou a lecionar, além de já desempenhar importante

papel na Geografia do IBGE, já agora na importante função de Diretora Adjunta da Diretoria de Geociências.

Ao longo do ano de 1972, graças ao apoio de Ney Strauch, meu antigo colega em Syracuse e editor da Revista Brasileira de Geografia, publiquei vários artigos nesta Revista (alguns em co-autoria, mas todos com a cooperação do Grupo que comigo trabalhava), consolidados em uma coletânea, "Problemas Geográficos Brasileiros — Análises Quantitativas", que registrava o progresso que foi conseguido até o ano de 1972 (16). No Instituto Pan-Americano de Geografia e História, coordenei a elaboração de um livro "Tendências Atuais na Geografia Urbano/Regional — Teorização e Quantificação" com a participação de muitos dos colegas do IBGE e da própria Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual a participação de Marilourdes foi essencial (17).

Quando, em 1973, o IBGE implementou a sua nova estrutura, criando-se a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, de natureza multidisciplinar, que tive a honra de dirigir desde sua implantação — organizei, em meu gabinete, um grupo de pesquisas, já citado linhas atrás, que também teve importante papel neste processo de difusão, já aí articulado e coordenado também por Marilourdes Lopes Ferreira e ao qual se incorporaram alguns outros geógrafos, estatísticos e economistas. Muitos dos colegas do antigo GAM fizeram parte deste grupo, a começar pela própria Marilourdes. E mais Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira, Armindo Alves Pedrosa, Lana Lima Moreira, Maria das Graças, Nadja Loureiro, Antonio Carlos Fernandes Menezes, Marília Biangolino e Rosa Maria Porcaro que, dentre outros, se constituíram em um grupo extremamente inovativo, verdadeiramente um grupo de pesquisas, onde tínhamos longas discussões sobre uma variedade de temas. Neste sentido, creio que foi único no IBGE (e posso me orgulhar de ter deixado discípulos neste grupo), nesta área, e seu papel na difusão de metodologias e enfoques novos, no próprio Departamento de Geografia do IBGE, foi muito relevante.

Entretanto, o que me parece fundamental nesta questão toda não é uma descrição

cronológica — que constitui, apenas, um depoimento pessoal —, mas uma discussão das principais questões que, segundo minha avaliação, deram o verdadeiro tom das transformações teórico/conceituais e metodológicas que se processaram na Geografia, a partir da metade da década de 50.

É o que procuraremos ver no item que se segue.

AS TRANSFORMAÇÕES NA GEOGRAFIA NAS DÉCADAS DE 50 E 60: O QUE FOI O MOVIMENTO TEORIZANTE E QUANTITATIVO; SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL

As transformações que foram se processando na Geografia nas décadas de 50 e 60 tiveram como pano de fundo as transformações mais profundas que se operavam na Sociedade como um todo, depois da II Guerra Mundial e do surgimento da energia da Era Nuclear, da eletrônica sofisticada e do computador, como não podia deixar de ser, pois nada se processa de forma isolada, especialmente nestas décadas de enorme avanço tecnológico. Em meu livro (20), resalto muito este aspecto e Peter Gould discute este mesmo assunto no capítulo 4 de seu interessante livro (25). Gould mostra a importante combinação do surgimento de novas idéias, já desde a década de 30 com Robert Dickinson, na Inglaterra, Christaller, na Alemanha, Hagestrand, na Suécia, Isard e Garrison, nos Estados Unidos; este último reuniu os *space cadets* que deram partida ao movimento na Universidade de Washington.

Sobretudo, parece-me necessário destacar que havia, antes de mais nada, uma preocupação teorizante, que o artigo de Schaeffer (44) destacava, uma evolução do idiográfico para o nomotético, uma procura de teoria, posteriormente destacada no livro de Willimam Bunge *Theoretical Geography* (11), que o grupo de Rio Claro, no Brasil, com sua revista "Geografia Teorética" encarnava de forma bem nítida. Houve muita discussão sobre o papel pioneiro deste artigo de Schaeffer, que descartava o "Excepcionalismo na Geografia" e atacava, fortemente, os conceitos de Hartshorne da Geo-

grafia Regional e do conceito de único; mas o que é importante reiterar foi o seu papel motivador e, numa grande medida, a coragem de desafiar os conceitos e o prestígio de Hartshorne.

Aquele livro que mencionamos no início as *Recollections*, contém dois artigos, no capítulo das *Reflexions*: o primeiro, de David Mercer *Unmasking Technocratic Geography* (39), que contém um ataque, até violento, à Quantitativa e o segundo, *One Man's quantitative Geography: Frameworks, Evaluations, Uses and Prospects* de Alan G. Wilson (48), que contém uma defesa apaixonada, com os quais se pode apreender, neste mesmo livro, as tendências opostas, que aparecem, também, no corpo principal do livro.

É relevante observar que Wilson, praticamente, começa seu artigo dizendo que chamar "*the (once!) 'new' geography as quantitative is misleading: the more important feature was increasing ambition in relation to the development of theory. That this theory has since been criticised by radical geographers as at best inadequate and at worst trivial is a separate issue and one to which I will return later*", p. 201 (48), na linha do que dizem Berry, Harvey, Gould e outros.

Mas o nome Geografia Quantitativa, que o artigo de Ian Burton (12) consagrava, acabou por ficar e talvez tenha transfigurado um pouco o movimento em sua base teorizante e, com certeza, afugentou muitos possíveis adeptos, com o pavor da matemática e da estatística.

Mas é importante observar, entretanto, que a própria utilização de métodos estatísticos para a análise espacial fazia surgir uma quantidade de problemas de natureza teórica que, às vezes, passavam despercebidos ou, apenas, assumidos como óbvios.

Um deles, ao qual voltaremos mais adiante, refere-se à questão da contigüidade entre unidades observacionais, que se agregam para formar uma região.

Como esta contigüidade não era gerada, nos modelos de análise, pela especificação dos atributos destas mesmas unidades observacionais, ela era forçada exogenamente ao modelo para satisfazer o requisito de unidades contíguas; como resultado, uma

questão causal, extremamente importante, ficava ambígua e sem solução. Esta questão consiste na razão pela qual unidades que se agrupam para formar uma região não serem agrupadas de forma contígua pela própria descrição de seus atributos e especificação do modelo e, sim, por uma matriz exógena ao modelo analítico. Isto significa: falta de teoria devidamente especificada sobre Região, que incluísse entre as variáveis endógenas ao modelo de análise as que fossem responsáveis por esta similaridade/proximidade.

Brian Berry sustenta, como veremos mais adiante, que um paradigma de difusão seria, em sua opinião, o que se sucederia ao do determinismo geográfico, pois que é este processo de difusão que corrige a noção do meio físico gerando uma estrutura social. E a contigüidade é uma *proxy* para a distância e para a operação do processo de difusão, tanto que um dos métodos usados na análise quantitativa, como veremos mais adiante, descreve o processo pelo qual unidades observacionais isoladas ou agrupadas dois a dois (contíguas e não-contíguas) se distribuem no espaço. O que este método procura explorar é o fato de que duas unidades observacionais contíguas, com uma mesma característica, significa então que o processo está seguindo uma linha não aleatória.

Brian Berry (5) em seu "Paradigma para a moderna Geografia", já havia colocado a questão, surgida com o que ele denominou como problema de Galton, o fantasma que ameaçaria a geografia estatística: o fato de que *"implicit in most uses of correlation, regression, factor and like modes of analysis is the assumption that the observations used are independent entities for which certain functionally necessary causal relationships between variables occurring within them are equally and generally true. An equally plausible rival hypothesis at the same aggregate level of generalization is, however, that the observations are elements set within larger systems from which they acquire common characteristics by borrowing or migration, or more generally, through the operation of some spatial diffusion mechanism"*, p. 4-5. Era o paradigma da difusão que Berry postulava e, como ve-

remos mais adiante, no qual a questão quantitativa, às vezes, tornava mais difícil a compreensão, ou exigia modelos próprios, como os que Hagestrand introduziu (uma simulação baseada na probabilidade e, por isso, denominada Monte Carlo, que introduzia a dimensão tempo).

E este processo de difusão é de natureza epidemiológica, capaz de fazer uma área ou lugar próximo se tornar semelhante, por esta mesma forma de difusão, mas onde o elemento temporal teria que ser introduzido. É isto que queremos dizer com falta de teoria sobre região, teoria que especificaria os indicadores que espelhassem o funcionamento deste processo, e geraria um conjunto de lugares semelhantes entre si e contíguos: uma região.

Voltaremos a este tópico mais adiante, mas aí está um exemplo da estreita associação entre teoria e a metodologia usada para comprová-la. Não se trata, apenas, de testar uma hipótese, como a crítica ligeira, às vezes, sugere, mas de testar uma teoria.

Chegamos, assim, ao "o que foi", propriamente dito, desta revolução teórico-quantitativa, embora "o como foi" esteja, sempre, presente.

A revolução teórico-quantitativa: "o que foi"

Seria desnecessário tornar a enfatizar o fato de que uma transformação importante, em qualquer ramo da ciência, somente se processa no contexto de transformações mais abrangentes, onde elas são concomitantes e sincrônicas.

O pós-guerra foi se caracterizando por uma fase de intenso cientificismo e tecnologia, e o computador foi um importante instrumental numa e noutra coisa.

No caso da Geografia, como de resto nas Ciências em geral e nas Ciências Sociais em particular, isto significava, como também observa Gould (24), p. 50, em que ele discute o que o computador fez:

- a — de um lado, uma imensa capacidade de armazenar dados de todo tipo; e
- b — de outro lado, uma enorme capacidade de tratar estes dados.

Decorria daí, o uso de estatísticas tanto descritivas como inferenciais, com todo o

seu conjunto de pressupostos. E em muitos casos, estas estatísticas se tornavam disponíveis através de *packages* estatísticos do tipo SPSS ou SAS, que facilitavam enormemente o seu uso por iniciantes como atualmente o *Statgraphics*, entre outros, para os próprios microcomputadores, de uso pessoal.

É importante observar que, como assinala Peter Gould no livro que tantas vezes temos mencionado, geógrafos sempre estiveram interessados em saber como “*lot of different things hang together*” no espaço geográfico, como Humboldt o fez em suas longas viagens, isto é, como eventos se correlacionam no espaço.

Mas, além disso, é ainda Gould quem observa: o computador nos permite explorar uma grande massa de dados, em busca de correlações eventualmente significativas, entre estes dados.

Como paralelamente a esta conjuntura se processava uma importante transformação na Geografia (a afirmação de Peter Gould de que o que aconteceu na Geografia, a partir do fim da década de 50, havia sido algo dramático, na realidade queria dizer que a transformação foi qualitativa e, portanto, revolucionária), naturalmente as duas coisas se uniram para completar o quadro.

Este instrumental está à disposição de um repensar na Geografia, qualquer que sejam os pressupostos teóricos ou ideológicos que se adote.

Brian Berry já havia colocado esta mesma questão do repensar, sugerindo que “*The Hartshornian mainstream had withered under theoretical-quantitative attack*” (8), e, a seguir, que “*To a new generation of young geographers, progress in Geography meant — theory-building, theory-testing, and theory-refining — (a ênfase é minha) in an accumulative and unidirectional sequence, and the theory was location theory — von Thunen, Weber, Christaller and Losch*”, pp. vii.

Isto significava que a essência desta transformação era a colocação da Geografia como a ciência do espaço, e com isto, a idéia de que forma espacial explicava processo espacial e teoria de localidade central significava que forma espacial era intrinsecamente explicativa, embora neste bojo

muitos geógrafos, procurando demonstrar este postulado, acabavam por verificar sua impossibilidade. Michael Dacey, ao tentar explicar a distribuição de cidades centrais por um modelo de distribuição de pontos — a forma — verificou que explicava, apenas, a distribuição, e que a gênese da distribuição — o processo responsável pela distribuição — podia ser mais de uma, o que invalidava a explicação (15).

O artigo de Berry “Paradigma para a moderna Geografia” constituiu (foi traduzido e publicado na RBG) o mais sério aviso de cuidado na aplicação indiscriminada de métodos estatísticos.

David Harvey, que codificou os postulados da Geografia quantitativa, em 1969, dizia (31) que: “*The quantitative revolution implied a philosophical revolution. If I did not adjust my philosophy, the process of quantification would simply lead me into a cul-de-sac. My own lack of success with the new methodology was simply the result of trying to pour new wine into old bottles*”, p. vi, do prefácio. O *new wine* era a passagem do conceito de *areal differentiation* para integração espacial, que acabaria por trazer consigo, mais tarde, a idéia da relevância social, que colocava tudo numa visão diferente daquela do mundo positivista.

Harvey em seu clássico *Explanation in Geography* e em vários outros artigos publicados no Instituto de *British Geographers* discutia muito a questão do padrão e processo espaciais, e concluía que havia uma questão de escala, quando dizia que na análise a nível micro, o espaço cedia o poder de explicação ao processo interno da firma; na análise a nível macro, cedia aos processos mais globais e que, portanto, a nível meso, o espaço era uma variável explicativa importante, o que o levava a afirmar ser o nível mesorregional, o nível de resolução da Geografia — ciência espacial.

O livro de Harvey produziu um enorme impacto no mundo geográfico e Stephen Gale fez um longo e controvertido comentário bibliográfico (22), que, inclusive, mereceu contundente resposta de Harvey no mesmo número (32), da *Geographical Analysis* que publicou o comentário. Não caberia, nos limites deste artigo, uma discussão dos te-

mas controversos entre Gale e Harvey, mas um dos temas importantes foi a separação entre Metodologia e Filosofia da Geografia, a separação entre forma e conteúdo, como Harvey coloca a questão, como sendo necessária, *"assuming a philosophical position entails a methodological position"* mas que *"the adoption of a methodological position does not entail the adoption of a corresponding philosophical position"*, P. 7. No fundo, esta é a questão mais importante colocada no contexto das críticas mais contundentes às metodologias quantitativas. As posições teórico-conceituais e filosóficas foram simultâneas, sem relação de causa e efeito.

Entretanto, Gale toca, ao final, numa questão fundamental — talvez a dicotomia quantitativa-qualitativa — quando se pergunta: *"To what extent can the methodologies developed for mathematics and the physical sciences be applied to the social sciences?"* (22) p. 317, tema que Peter Gould discute em número especial da revista *Geoforum* (25).

Harvey, nesta ocasião, já estava preparando seu novo livro *"Social Justice and the City"* e havia publicado um artigo muito debatido também, levantando a questão de *"Revolutionary and counter Revolutionary theory in Geography and the Problem of Ghetto Formation"*, realizando uma profunda guinada ideológica que o levou até seu último livro *Limits to Capital*, tornando-se um dos expoentes da Geografia Radical. E em seu comentário-resposta, Harvey sugere que a primeira coisa a fazer seria *"Perhaps the first task here is to recognize the ideological content of our own ideas and to recognize the potential for both counter revolutionary and revolutionary participation in the societal process as they unfold around us"* p. 329 (32).

Sobre este tema, Harvey teve uma acalorada discussão com Brian Berry (lembre-se que os dois eram ingleses, emigrados para os Estados Unidos), divulgada no *Professional Geographer*, *Area* e, possivelmente, em outras publicações.

É nesta linha que geógrafos — Derek Gregory entre eles — sustentavam que a instância positivista e naturalista apenas mudara a face tecnológica da Geografia, mas não alterara a sua essência que, no dizer de Gregory, continuava Vitoriana.

Derek Gregory ao fim da década de 70 (26), afirmava que: *"For the moment I simply want to assert that mid-twentieth century geography formalized the ideals of its Victorian forebears. I am prepared to accept that it may even have extended them, in so far as there were several strands to the philosophical thread spun across the intervening decades, but I am certainly not prepared to accept that it transformed them"*⁴.

Voltaremos a discutir a questão do espaço mais adiante e em diferentes contextos, pois a disputa no interior das Ciências Sociais era no sentido de saber-se o quanto o social explicava o próprio processo espacial. Na realidade, esta havia sido a disputa entre dois importantes cientistas do Século XIX, Vidal de La Blache e Durkheim; o primeiro, obviamente defendendo o primado do *pays* — a sua forma de ver o espaço, e o segundo, defendendo o primado do social.

Toda esta reviravolta na estrutura conceitual da Geografia, fazia-se sob a égide de uma visão khuniana do processo de evolução do conhecimento científico. Berry, em Introdução já citada (15), neste mesmo volume, escreve (7), que o determinismo havia sido o primeiro paradigma da Geografia moderna, que foi desaprovado sem ter sido demonstrado que estava errado (p. 29); em seu lugar surgiu o *areal differentiation* de Hartshorne, e muitos outros, inclusive geógrafos alemães como Hettner; mas já começava a surgir a insatisfação, e com ela, as idéias de difusão, já colocadas por Franz Boas, um misto de Antropólogo e Geógrafo.

Berry defende a difusão como o atual paradigma, que tem desempenhado um importante papel em *"demythologizing nature and history and revealing man's role in change"*, que marca a tendência para o poder explicativo do social. Mas esta linha já

⁴ Não creio que David Harvey tenha feito nenhuma afirmativa do tipo da que Derek Gregory fez, mas como não estamos fazendo uma seqüência cronológica dos autores, parece-me necessário mencionar que estamos citando Harvey em 1969, com seu livro *Explanation in Geography*; Harvey foi se modificando ao longo do tempo com *Social Justice and the City*, para uma posição radical, e mais recentemente para *The Limits to Capital*, que ele descreve como uma tentativa de reescrever o "Capital" de Karl Marx. É preciso cuidado nas comparações, para não interpretar autores que mudaram de posição ideológica ou conceitual, fora do contexto próprio.

vinha de Preston James quando afirmava que o significado das condições físicas da terra era uma função de objetivos e habilidades técnicas, valia dizer, do social, com toda sua complexidade, não apenas tecnológica.

Mas, nem todos aceitavam a perspectiva khuniana da ciência normal, e de mudança paradigmática, embora endossassem a idéia de que as transformações eram profundas. A divergência era quanto à interpretação de Khun do que era ciência normal e mudança paradigmática, que implicava em se assumir uma insatisfação com o estado da Geografia, na direção de uma mudança profunda.

Ron Johnston, por exemplo, um dos colaboradores no *Recollections of a Revolution*, escreve neste volume um artigo *A Foundling Floundering in World Three* em que se considerava discrepando do que ele mesmo descrevia como “*Thus the changes in methodology and philosophy which had been introduced to geography since the American based “quantitative theoretical revolutions” of the 1950’s have been interpreted as paradigm shifts or revolutions terminating periods of normal science which create disciplinary consensus over means and ends*”, p. 39 (35). E Johnston acrescenta que esta não havia sido a sua experiência e de muitos outros, segundo ele pensa.

Johnston havia estado por muitos anos fora da Inglaterra (na Austrália, no Pacífico Sul e na África do Sul) e exposto a contextos muito diferentes, como um “*foundling*” (uma espécie de bebê abandonado por pais desconhecidos), “*floundering*” (fazendo esforços para tomar pé). Estou fazendo a explicação do título do artigo (que eu mesmo tive de procurar no Dicionário da Enciclopédia Britânica), que expressa sua própria posição filosófica a respeito do processo, isto é, procurando tomar pé na situação, mas meio perdido no meio do torvelinho da disputa acirrada que se travava, “*it has 20 years of floundering*,” como ele mesmo observa.

De qualquer forma, esta transformação teórico-quantitativa precisa ser analisada sob vários ângulos, e começamos pelo contexto filosófico e suas relações com a questão metodológica, no contexto social

em que ela se processava: o sistema capitalista.

A questão ideológica: Positivismo, método científico, cientificismo e capitalismo

Uma questão de grande importância surgiu no bojo das transformações por que foi passando a Geografia a partir de meados da década de 50, nos países anglo-saxônicos e a partir do fim da década de 60 no Brasil, foi a questão ideológica, vale dizer o estabelecimento de vínculos entre a filosofia positivista de um lado, e com ela a visão naturalista da ciência e a concepção evolucionista aplicada ao Social (com a conseqüente implicação no sistema capitalista), e os modelos quantitativos, de outro lado.

Estamos usando o conceito de ideológico em seu sentido formal, sem conotação com determinada linha política, como às vezes se procura colocar, e métodos quantitativos como instrumentais, sem conotações teóricas, a não ser as premissas dos próprios métodos.

Neste particular a literatura a respeito é vasta e seria difícil sintetizá-la.

Esta utilização da visão naturalista e a conseqüente aplicação mais direta do rigor matemático deu à Geografia um cientificismo de que ela necessitava para afirmar-se, embora a linguagem matemática e a busca de uma geometria nos processos espaciais tenha lhe valido alguns exageros que foram duramente criticados e, aos poucos, sendo corrigidos. Mas, sem dúvida, significou um importante passo à frente.

Além disso, uma das críticas correntes, refere-se a questões da ligação do movimento teórico-quantitativo com temas e premissas do sistema capitalista — eficientistas — e com isso a uma inadequação das metodologias quantitativas (o que ignorava a origem capitalista das teorias e não do método), aos problemas críticos da Sociedade; tanto que a primeira reação radical incorporava a metodologia quantitativa. Por isso, parece-me importante fazer uma revisão destes postulados, a começar com a filosofia positivista.

A filosofia positivista e seus reflexos na Geografia

A revolução quantitativa na Geografia foi, amplamente, ainda de inspiração positivista, embora não estritamente, em numerosas questões como veremos; e mais por razões de ordem tecnológica que filosófica.

Augusto Comte, o fundador do Positivismo, se apoiava na inevitabilidade do Progresso (cujo moderno equivalente é o Desenvolvimento) e dos estágios da História, que se ajustavam a sua inspiração positivista e evolucionista. E segundo Comte, a razão científica guiaria a empresa humana e descobriria "leis" segundo as quais a história iria se movendo, inelutavelmente, de seus começos primitivos e mitológicos, para seu domínio final e magistral pela razão humana. Ver, para uma discussão mais ampla, meu artigo no Ano 50, comemorativo, da Revista Brasileira de Geografia (19).

É claro que estas leis tinham muito a ver com a filosofia evolucionista Darwiniana e traduzida para o plano social por Herbert Spencer, nas quais inter-relações e interdependência se conjugavam no contexto de um *habitat* comum, que era forjado de forma menos competitiva, internamente a este *habitat*, mais homogêneo, pelo próprio funcionamento do *survival of the fittest*, que fazia sobreviver as espécies e, eventualmente, os grupos sociais mais aptos e também, mais homogêneos, num contexto comunitário/territorial. A homogeneidade intragrupo era gerada pelo processo competitivo.

David Mercer observa (39) que: "*Spencer's ideas on social struggle, individual rights and the 'survival of the fittest' were rapidly incorporated into the ruling ideas of capitalist societies from the 1850's on, even though they were highly suspect. In time they became very influential in bourgeois social science, particularly in human geography, where they can be traced right through the Burgess model of residential structure...*". Mercer conclui que o Darwinismo Social de Spencer e outros que o endossaram, desempenharam a importante função legitimadora de "explicar" a existência e persistência de uma *weak underclass* pelo funcionamento do processo

competitivo. Veja-se neste comentário e na citação anterior, como a questão era profundamente ideológica e conceitual e que desaguava no sistema capitalista.

Onde isto parecia claro era na cidade; na realidade o modelo de Burgess, da Escola de Ecologia Humana de Chicago, se enquadrava na ecologia humana de Park (41), que percebia a ordem moral positivista nesta estrutura da cidade, o que revela primeiro a relação positivismo e capitalismo, muito antes de qualquer preocupação quantitativa, como vista nos dias de hoje. É que o *survival of the fittest* se ajustava à competição pelo uso e posse da terra de forma perfeita; e como a mesma se apoiava em processo naturalístico, era considerada uma ordem moral, eticamente compreensível e defensável, segundo a ótica positivista.

Estas idéias refletem uma tendência generalizada e destituída de autocrítica, dos cientistas sociais do século XIX, de aplicar os princípios do método científico que se generalizava no campo das ciências naturais, para o comportamento humano, a tentativa de descobrir processos evolutivos do tipo "a história se repete", etc., que robotizam o comportamento do homem e dos grupos sociais. Basta ler o livro de Rostow (embora já depois da II Guerra) e suas etapas do desenvolvimento econômico, que são muito conhecidas. É que a II Guerra Mundial exacerbou o processo tecnológico e a crença indiscriminada neste processo, de que ele resolveria todos os problemas; com isto, exacerbava a tecnocracia.

É ainda David Mercer quem observa esta tendência que ele chama de "cientismo", e que diz ser a culminação do positivismo e que postula, "inquestionavelmente":

- a — só existe um "verdadeiro" método científico;
- b — o conhecimento é neutro;
- c — os padrões de "precisão" que operam nas ciências físicas oferecem a única moldura genuinamente explanatória, para a geração do conhecimento científico".

Aí estão colocados os problemas fundamentais da filosofia positivista e o mais importante dos quais, para os problemas da Geografia Humana é o que se refere ao fato de ser o conhecimento neutro, pois isto significa dizer *que o cientista recua de seu en-*

volvimento com os problemas que ele vive no Contexto Social, para ver este mesmo contexto de uma forma neutra. E isto parece ser pedir demais a um ser humano, portanto, a um geógrafo, quantitativo ou não.

O conhecimento neutro advém da premissa de que, como observam Peter Jackson e Susan Smith (33), a realidade “existe independentemente do observador”, p. 10, uma questão fundamental para as novas posições da Geografia — Ciência Social, onde se postula que a realidade não existe independente do observador; o que significa que o observador vê a realidade com os seus conceitos, mas também, com os seus preconceitos. A isto corresponde a idéia de que a realidade é como o observador a vê e percebe.

E estes são conceitos entre os que consideramos ligados à nossa civilização ocidental, cristã e, paradoxalmente, extremamente materialista (a teoria da modernização), em termos de sua noção de progresso ou desenvolvimento e sobrevivência. Materialista e elitista, pois este progresso, inclusive o brasileiro, sempre esteve muito ligado aos objetivos de uma população minoritária, beneficiando-a sobremaneira.

Mas estes conceitos nos levam a uma reflexão sobre a natureza do papel do Estado e da Sociedade, face ao indivíduo, pois muito do planejamento tem sido pensado como uma forma de ordenar a vida das pessoas, em geral um pouco por sobre elas mesmas e suas aspirações, pois os ideais de Progresso se apoiavam no que Comte mesmo chamava de *raison d'état*, intangível.

Este conhecimento, adquirido através de métodos que, segundo Derek Gregory haviam “assegurado reconhecimento intelectual para outras ciências”, deveria funcionar para a Geografia; e o que era mais importante: estes métodos pareciam fornecer os instrumentos e bases técnicas para a elaboração de políticas públicas e privadas” (35), pp. 20, tanto que Berry dizia que a Geografia podia agora prescrever — *optimum means of achieving a given set of social objectives* —, (4), p. 80.

Apenas ficava no ar a questão, para quem? Esta pergunta ou esta resposta transcende o profissional e passa para o cidadão, ele mesmo um profissional e é por is-

so que este conhecimento, sua avaliação e suas prescrições não são e não podem ser neutras.

O Estado medeia as relações de uns povos com outros, de grupos sociais no interior do Estado, uns com os outros; e de indivíduos uns com os outros. Mas o Estado tem uma direção política, a partir do seu próprio interior e a interpretação de seu papel pode sofrer distorções, segundo os critérios e valores dos detentores desta direção política, ao lado de um certo “*managerialismo*” interno à própria máquina burocrática.

A essência do processo de planejamento contém uma opção pelo bem coletivo — a transformação de conhecimento em ação — mas, a grande dificuldade deste processo coletivo é a identificação real e efetiva do bem coletivo e o ponto onde ele não oprime o indivíduo ou grupos minoritários; é que o indivíduo é a essência da Criação e para ele deve estar voltada a vontade de produzir o bem-estar, no limite em que ele, por sua vez, com este bem-estar outorgado, possa estar oprimindo a coletividade.

A compatibilização entre estas duas entidades — o coletivo e o indivíduo — constitui a mais importante tarefa da definição de objetivos e de etapas, no processo de desenvolvimento; e estes objetivos e etapas, como se sabe, não transcendem ideologias e culturas, mas, por isso mesmo, têm muito a ver com os detentores do poder político.

E estes aspectos todos nos levam a considerar, quem sabe, como afirma Gregory, de que — “na medida em que uma preocupação exclusiva com a sobrevivência da disciplina pode requerer um grau de pragmatismo que possa implicar ou ser entendido como um abandono de princípios” (26) podemos estar deformando a disciplina e com ela seus praticantes, o que certamente não seria o desejável.

Gregory sugere que isto divorciou os fins dos meios, de tal forma, que os objetivos para a pesquisa seriam estabelecidos fora da profissão, por aqueles que pagaram por ela (26, p. 21), o que ocorre, muitas vezes, mas nem sempre é tão verdade assim, inclusive porque é aí que entra aquela observação que fiz ao início, de que o comporta-

mento de algumas pessoas não reflete o *status* da disciplina.

Neste particular, é extremamente instrutiva a leitura de um capítulo do livro de Peter Gould que citamos nas primeiras linhas deste artigo: *"Three doubled-edged swords"*, p. 127-160 (24), que comentaremos mais amplamente, dada sua importância e pertinência para o caso.

O capítulo discute as várias fontes de financiamento de pesquisas, provavelmente nos Estados Unidos; e as três espadas de dois gumes são as organizações militares — o que não significa que a Geografia serve ou serviu para fazer a Guerra —, mas significa que, como diz Gould, que *"research funds from any source always constitute both a benefit and a danger"* p. 166, para, a seguir, mostrar como instituições civis fazem mais ou menos a mesma coisa, o que o leva ao terceiro item, o dos grandes institutos e escritórios — que ele chama de *"The beltway bandits"*. Gould narra uma experiência pessoal de consultoria para o Banco Mundial, em Ghana, onde ele havia passado algum tempo antes, em pesquisa acadêmica.

O que se pedia dele naquele momento era que — mais ou menos homologasse a idéia de uma nova rodovia tipo auto-estrada, para restaurar a economia de Ghana, enquanto o que ele estava observando era a necessidade de reconstruir e manter uma antiga estrada e, sobretudo, realizar a manutenção do equipamento que existia e que estava todo parado, por falta de peças de reposição. E ele assim o fez, mas seu pagamento foi retido tendo sido chamado a Washington para discutir o relatório, que aliás, não mudou, o que lhe valeu receber uma nova consultoria somente decorridos dez anos.

Gould coloca a difícil questão de ser radical em suas opiniões, ou tentar encontrar um meio de influir, de alguma forma, ainda que fazendo concessões. Gould mesmo responde que as pessoas do mundo acadêmico têm uma responsabilidade especial a professar: *"to the best of their ability, the truth as they see it. After all, they call themselves Professors"*, p. 185. Mas ele admite que é uma questão delicada e uma decisão difícil e que em cada contexto e conjuntura, é importante avaliar o que se pode e o que não se pode conceder.

E Gould termina o capítulo dizendo que, "anos depois, ele encontrou na Suécia um qualificado consultor do Banco Mundial que havia lido seu relatório":

"— It was, he said, the best thing he had ever seen on the topic, and the Lake Volta transportation scheme had been adopted practically as I had recommended it.

— It was nice to know", conclui Peter Gould.

Ao fazer toda esta digressão sobre a experiência pessoal de um geógrafo com as qualificações de Peter Gould, um homem de esquerda claramente, tive a intenção de ilustrar, simultaneamente, as pressões que são feitas na direção de qualquer pesquisa aplicada, e do significado, em última instância, de uma atitude honesta e corajosa. Mas é preciso considerar que prejuízo teve Ghana com um retardamento de ajuda por muitos anos? O que sugere que a questão existe, mas não é tão simples de ser resolvida.

Eu mesmo poderia mencionar algumas situações que presenciei, no contexto de diversas situações, como na definição de municípios das regiões metropolitanas, política de cidades médias ou na delimitação de Estados como o Mato Grosso do Sul ou o recente Estado do Tocantins, entre outras.

O que estamos querendo dizer com esta longa dissertação positivista, ainda é, em última instância, a idéia de que primeiro vem a moldura filosófica e teórica e, com ela, os problemas políticos que a elas se associam, e depois, a metodologia.

Mas, de qualquer maneira, isto quer dizer que o envolvimento nos problemas da Sociedade implica em riscos, que contêm os dois lados da faca de dois gumes de que fala Gould. A escolha é sempre difícil, mas sempre necessária e nunca sabemos se ela foi ética e certa, pois não basta uma só das saídas. A escolha, qualquer que ela seja, nunca é feita à luz de todas as hipóteses reais e de uma perfeita avaliação de cada uma. Ron Johnston em *On Human Geography* (36), ao falar da questão democrática da escolha e do processo de decisão do indivíduo, em face das alternativas possíveis e/ou existentes, usa uma analogia entre o político e o eleitor da teoria política, com a "soberania do consumidor" da teoria econômica capi-

talista, para procurar demonstrar que tanto um, como outro (o eleitor e o consumidor), são vítimas do processo que Schattschneider descreveu em seu livro *"The Semi-Sovereign People"*, que se constitui na elaboração de programas partidários com o mesmo processo que o setor empresarial maneja sua propaganda, para vender ao consumidor o que é produzido e não necessariamente o que é desejado.

É que é mais fácil pensar num processo democrático, e socialmente justo, do que praticá-lo em toda sua extensão e significado e é mais fácil falar da soberania do consumidor, que vê-la praticada.

Toda esta discussão da filosofia do positivismo, como aplicada às relações sociais, mostra bem que, quantitativo ou não, se adotamos esta perspectiva, quase que somos levados ao sistema capitalista, cuja essência é *"o survival of the fittest"*.

E aí, ao examinarmos as relações cidade-campo, cidade-cidade e as relações entre indivíduos, estaremos movidos pelo lucro, que está inserido, por exemplo, na teoria de localidades centrais; ou entre um núcleo desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida; mas, é neste momento que precisamos discernir entre o modelo teórico — que pode ser capitalista ou não — e a reflexão e adaptação deste modelo de análise, aos objetivos da Sociedade a que pertencemos como cidadãos e que pode contemplar outras funções que não a maximização do lucro.

Mas, por outro lado, o cientificismo gerado pela aliança conceitual entre positivismo e naturalismo obviamente abria caminho para um intensivo uso do chamado método científico, como mencionamos antes, método científico este, em que as técnicas estatísticas e matemáticas caíam como uma luva. É a crença na tecnologia como capaz de superar todos os problemas, num mundo de tecnocratas.

Mas, os pressupostos eram da filosofia positivista, embora tais métodos contivessem os seus próprios pressupostos, mas intrínsecos ao método, como procuraremos ver a seguir.

O cientificismo, a metodologia quantitativa e seus pressupostos

Parece-me importante ressaltar as questões extremamente relevantes que o movi-

mento teórico-quantitativo fez emergir, e que passavam, por assim dizer, despercebidas ou ignoradas, com os métodos tradicionais e convencionais. Isto constitui, legitimamente, o "o que foi" a Geografia Quantitativa. Isto não quer dizer que a Geografia convencional de outros tempos não tenha significado uma contribuição importante e científica. Significa, apenas, que o processo de mudança na Sociedade e as transformações cognitivas nas ciências em geral e, portanto, na Geografia, afetam a própria qualidade da pesquisa.

Estes são problemas metodológicos e em alguns casos filosóficos.

Não é fácil separar formalmente o filosófico do metodológico, pois, como observava Harvey no seu clássico de 1969 (31), a filosofia mostrava o rumo a seguir, enquanto a metodologia dava o impulso para caminhar naquele rumo. Por isso, a simples observação da paisagem, ou o uso de dados estatísticos, levava a algumas indagações sobre estas mesmas questões, extremamente relevantes, para os resultados da pesquisa.

Uma questão que surgiu quase que automaticamente foi a da representatividade das observações. E aí em dois planos:

A REPRESENTATIVIDADE DO CONJUNTO DE OBSERVAÇÕES NO CAMPO, ESPECIALMENTE PARA FINS DE GENERALIZAÇÕES

A pesquisa de campo constituía-se numa questão, já que era feita sem a preocupação de comparar-se a representatividade das observações, ao longo de uma rodovia e em um inquérito feito em uma fazenda, ou a extensão da predominância de uma ou algumas culturas ou métodos agrícolas, ou um certo número de medidas de inclinação de camadas sedimentares. A idéia de amostra e amostragem se efetivava, de alguma forma, pela via da percepção intuitiva do pesquisador (o estudo de casos), o que conduzia à extensão das observações a uma maior generalidade, inteiramente dependente da percepção intuitiva e em consequência da genialidade de cada um, insusceptível de verificação e comparação. Frustrava-se um dos princípios da Geografia ritteriana — o da

comparação. Era o que os estatísticos chamam de amostra intencional. Na realidade mais que se frustrava, pois a comparação era feita com bases falsas.

Por outro lado, o trabalho de campo, especialmente na Geografia Humana, em geral, implica em inquéritos junto ao trabalhador ou proprietário rural, quanto a relações trabalho, a métodos agrícolas adotados, uso de adubos, financiamentos, preços etc., para intuir as condições de vida do homem rural, ou da cidade.

Estes inquéritos, entretanto, deveriam passar por dois processos, ambos muito importantes:

a — A própria elaboração do questionário, que implica em um conhecimento prévio aproximado, para levantar as questões relevantes; de uma certa forma o questionário deve refletir uma proposição teórica, sobre a área e o tema; e

b — de novo, a própria questão da representatividade, isto é, fazer o levantamento segundo um plano de amostragem tão rigoroso quanto possível, para que os dados tabulados tenham significado e consistência, e permitam generalizações.

Estes dois são pontos fundamentais em relação ao que a adoção de uma metodologia quantitativa fez emergir como problemas; estes dois pontos são tão essenciais que qualquer conclusão tirada do trabalho de campo, sem a observância deles, padece de uma premissa de inconsistência *a priori*, e de impossibilidade de replicar ou mesmo testar sua validade.

Adicionalmente, os dados obtidos com estes levantamentos devem sofrer um tratamento adequado, o que nos leva ao item seguinte:

O USO ADEQUADO DE DADOS ESTATÍSTICOS E DE MÉTODOS DE ANÁLISE

Este segundo plano, uma espécie de extensão deste mesmo aspecto, se observava tanto no uso de dados estatísticos, como até no uso da média, sem a variância. Os dados estatísticos também eram usados sem a preocupação da representatividade — apenas a percepção intuitiva — e muitos mapas de isolinhas padeciam dos proble-

mas das interpolações, feitas mais ao sabor dos sentimentos e percepções de cada um.

A média usada sem a variância ficava à mercê do que os estatísticos descrevem nas "estatísticas descritivas" como a dispersão maior ou menor, que aumentava ou diminuía a probabilidade de erro. Na realidade, o que isto significa é que o dado estatístico era tomado como a própria realidade, sem especificação de qualidade do dado.

É claro que uma longa experiência profissional ia cobrindo estas deficiências, pela intensidade da percepção intuitiva, e é por isso que o "Mestre" na Geografia era sempre um conceito de importância transcendental. Distorções óbvias eram sempre detectadas, e é comum a observação de que o produto bruto *per capita* não representa adequadamente a riqueza dos países porque, em muitos casos, esta riqueza está muito concentrada. A renda *per capita* do Kuwait contém uma margem de erro muitíssimo maior que a da Suíça, porque a variância na primeira é enorme e na segunda, bem pequena.

O curioso é que algumas das críticas feitas ao movimento quantitativo era de que ele obscurecia o qualitativo e que o comportamento do homem era qualitativo e não podia ser quantificado. Aí, como em numerosas instâncias de crítica anti ou de fervor quantitativo, peca-se pelos excessos. De um lado, a negação da quantificação, que às vezes era acusada até de distorção ideológica (e aí havia muito do "não comi e não gostei"), simplesmente porque o centro de difusão quantitativa era anglo-saxônico, principalmente norte-americano; de outro lado, a deificação desta mesma quantificação, em que qualquer atributo do grupo social era colocado em termos de uma variável quantificada, ou então seria descartada.

Mas, na medida em que o uso adequado dos dados é feito, não nos contentamos com médias e variâncias, pois essencialmente estamos à procura de inter-relações. E nesta linha das inter-relações, além da correlação pura e simples, a Análise Fatorial e suas várias modalidades penetrou na Geografia de uma forma muito profunda.

O uso da análise fatorial ficou muito difundido na Geografia, principalmente por-

que um dos complementos estatísticos da análise fatorial é o cálculo do *score*, isto é, a posição da observação num dado vetor da análise. O fator, em si mesmo, mostra uma combinação de variáveis (que se hipotetizava adequadamente e com relevância teórica, descreve um dado conceito abstrato), como o tamanho de uma cidade, o nível de desenvolvimento de uma unidade observacional ou outra dimensão teórica qualquer; e isto coloca uma enorme ênfase na formulação de uma base teórica que passa a ser condição fundamental de sucesso da metodologia. O *score*, posiciona a unidade observacional neste vetor, obtido como demonstração de validade ou não da formulação teórica definida, ou até mesmo de uma hipótese inicial.

É importante ressaltar o como a análise fatorial contribuiu para forçar a definição e especificação de conceitos, às vezes vagos, como tamanho de uma cidade, nível de desenvolvimento, grau de industrialização etc., que uma vez descritos adequadamente, permitiam uma compreensão mais clara do fenômeno, de vez que dificilmente estes conceitos podem ser enunciados à base de um único indicador.

A análise fatorial havia sido tomada emprestada à Psicologia, mas outros métodos foram surgindo derivados às vezes da própria análise fatorial (correlação canônica) ou da regressão (*Trend Surface Analysis*), e uma transformação do *Trend Surface* produzida pelo grupo da Universidade do Estado de Ohio e que Howard Gauthier trouxera para o Brasil (*Optimal Origin Point*).

A *Trend Surface* constituía uma sucessão de regressões, que calculando o *score* dos pontos usados na análise, por exemplo, construía uma superfície linear por sobre estes *scores* e que poderia ser entendida como uma superfície de desenvolvimento. É um método essencialmente espacial, que analisa uma série de pontos numa área, desenhando uma superfície sobre esta área. É claro que partia-se de distâncias calculadas a partir das coordenadas geográficas de cada ponto, constituindo assim uma distância em linha reta. Por isso, a extensão de análises deste tipo, a superfícies muito grandes, distorceriam as

distâncias de forma incontrolada e, portanto, inadequada.

Mas, o *Trend Surface* não para aí, e faz uma nova superfície a partir dos resíduos da regressão, que são, como se sabe, tão importantes quanto os valores estimados, pois são eles que descrevem as irregularidades na superfície. E, em geral, interrompe-se a análise neste ponto, porque a interpretação dos resíduos começa a ficar difícil, embora muitos geógrafos tenham estendido esta análise até se atingir um percentual próximo do zero dos resíduos; é isto que se poderia chamar de a quantificação pela quantificação, o que no jargão dos entendidos se costuma chamar "GIGO" (Garbage In Garbage Out), como Gould os chama (24).

A correlação canônica que não conseguimos introduzir no DE GEO, foi usada por Mauricio Abreu (1), e o *Optimal Origin Point* foi usado sobre um conjunto de cidades brasileiras, por mim (21), no contexto da idéia de Pólos de Desenvolvimento (que seriam pontos ótimos de origem, naturais, para a difusão do desenvolvimento), constituindo, assim, um modelo de aplicação da função distância.

É claro que muitos destes métodos foram desenvolvidos porque os conceitos que os motivavam eram os da eficiência econômica, portanto, de base essencialmente capitalista.

Por isso, examinamos a seguir alguns destes pressupostos. É claro que o objetivo aqui não é, obviamente, explicar o sistema capitalista mas, apenas, aquilo que apresenta conotações com metodologias aplicadas.

O sistema capitalista e os pressupostos que ele colocou para a explicação do processo sócio-econômico e espacial

O sistema capitalista se apóia em alguns pressupostos básicos:

a — de um lado, a propriedade privada e a sua transmissão por hereditariedade. Uma grande discussão se travou a respeito do papel ou da função social da propriedade privada; de um lado, a sua intangibilidade e, de outro, a idéia de que no fundo não somos mais que arrendatários de um bem, mas es-

ta discussão é interminável, porque ambos os conceitos estão associados a visões do mundo, bem diferentes, uma da outra. A essência deste postulado é, entretanto, a acumulação de capital. E numerosas teorias e métodos conseqüentes surgiram para demonstrar a eficiência do postulado, a começar com teoria locacional, importante na Geografia. Mas, sobretudo, ele coloca a questão do valor da qualidade da terra, no caso rural, como instrumento de produção, às vezes tomado como dado, que alguns economistas americanos denominaram *unearned increment*.

b — O primado do lucro pelo capital investido, que traz consigo a competição e com ela todos os processos de *merchandizing*, que deveriam privilegiar o primado do consumidor — o que significaria que todo o processo produtivo giraria em torno das necessidades deste consumidor o *merchandizing* fez exatamente o contrário, colocando o consumidor à mercê do produtor, porque este é mais forte e organizado, o que constitui uma das deformações do sistema capitalista, quem sabe, o chamado “capitalismo selvagem”. De novo, a teoria locacional e todo o arcabouço da teoria de localidade central.

Destas duas premissas fundamentais resultou que a Geografia foi, com muito maior intensidade, uma Geografia do processo produtivo, com base na eficiência econômica e destinada a maximizar a geração de lucros. O consumidor foi sempre levado a consumir o que era produzido, o que representava a falácia do postulado “o reinado do consumidor”.

Mas o sistema capitalista evoluiu, sobretudo, ao longo deste século, e mais nitidamente após a Segunda Guerra Mundial, para se transformar num poderoso e quase incontrolável sistema global de produção, finança, distribuição e já, hoje em dia, com uma componente transnacional mais poderosa que a maior parte dos países do mundo atual.

Esta sobrevivência do mais apto leva à chamada eficiência econômica, na qual se baseavam numerosas teorias econômicas, inclusive locais, que acabaram por ter profunda influência em teorias geográficas, a começar pela teoria de localidade central, e outras.

A consagração da idéia da eficiência econômica levou a teoria locacional, uma teoria de fundamental importância para a Geografia, a adotar os princípios da planície isotrópica e o conjunto de premissas da teoria de localidade central, o que faz dela uma teoria capitalista de localização urbana e de distribuição de bens e serviços.

Este processo resultou num desenvolvimento econômico material nunca antes atingido, gerando, porém, uma profunda divisão no mundo, com uma parcela altamente desenvolvida e a grande maioria altamente subdesenvolvida. Constitua-se essencialmente, na apropriação do valor adicionado pela transformação industrial por parte de uma minoria — pessoas e países —, que procurava se apoiar tanto na lógica positivista como em seu corolário de Darwinismo social, para justificar a sobrevivência do mais apto.

Este sistema capitalista assumiu, assim, uma posição no Projeto Global, e se expandiu de forma tal que sua unidade básica de funcionamento passou a ser o globo terrestre e a economia mundial.

Esta expansão global e, mais que ela, os métodos usados para alcançá-la geraram enormes desequilíbrios em todos os níveis, ao mesmo tempo que profundas frustrações e insatisfações.

E a reação a estas frustrações fez afundar com elas, a base positivista e surgir uma preocupação mais humanística e mais social, com os problemas do espaço e da Sociedade. Aí está, de um lado, a origem do movimento radical na Geografia, e de outro lado, a do movimento humanista.

O primeiro deixou marcas profundas na Geografia brasileira, inclusive pelo apelo ideológico de fora da discussão geográfica, enquanto que o segundo ficou um pouco diluído. Como se trata do que veio depois, voltaremos ao assunto nas considerações finais.

Com isto, podemos voltar para uma discussão de alguns conceitos críticos do tipo espaço e região, ao mesmo tempo que a teoria espacial e as questões que a metodologia quantitativa fez emergir.

E, aí, vamos verificar que as relações espaço — sociedade vão ser a constante em

teoria espacial, como temos seguidamente salientado.

As repercussões, conceitos críticos e a Geografia Regional: Espaço, Teoria espacial e Região

As repercussões foram de natureza conceitual e metodológica e se fizeram sentir nos conceitos críticos à própria identidade da Geografia.

Espaço e teoria espacial e região são conceitos que estão associados aos próprios estágios do desenvolvimento da Geografia; e o reviver do *pays* e a noção de território e territorialidade são outros conceitos que estão surgindo ao longo desta mesma evolução do pensamento geográfico.

Pode-se afirmar que uma das componentes destas transformações, relativa à identificação da Geografia como uma ciência do espaço, — como as estatísticas que Peter Gould mostra em seu livro e que citamos logo de início, — deixam isso bem claro.

O espacial passava a ser a identidade da Geografia, o seu campo de trabalho, a partir do que Berry chamou de a “desaprovação” do modelo determinista, sem ter sido, na opinião de Berry, cientificamente rejeitado, talvez porque nunca havia sido demonstrado.

E era uma mudança de fundamental importância que estava contida na noção de espaço, em face da noção de lugar: a primeira, contida nas críticas de Frank Schaeffer e desenvolvida amplamente no bojo da reformulação teórica que se processava simultaneamente; a segunda, que constituía o cerne da concepção hartshorniana e mesmo vidalina, como discutiremos a seguir, sendo comum, às duas concepções, a idéia de que localização continuava sendo um conceito fundamental e inerente à própria Geografia.

Mas, no contexto desta identificação do espacial como o objeto da Geografia, o sujeito ficou sendo a forma espacial; e levou (e ainda está em processo de mudança) tempo para se perder o receio da identidade (implícito na idéia do conceito gêmeo espaço/sociedade), e se evoluir para a idéia de uma combinação espaço e social, para explicação.

O conceito de espaço e a questão espacial

A noção de espaço — a Geografia uma ciência espacial — tem sido um dos grandes pomos de discórdia conceitual, pois que faz girar a questão em torno da explicação do processo pela via da forma espacial ou do processo espacial, quando uma hipótese alternativa seria a interação entre um processo espacial no âmbito de um outro social, ou vice-versa, geradores de uma forma espacial. Esta é a essência da idéia de Geografia, uma ciência social, e do conceito de que o espaço é socialmente organizado. Não existe ambigüidade no vice-versa, pois a relação homem-meio é regulada por um processo social, pelo que Preston James chamava de objetivos e habilidades técnicas, que fazem do nativo de Borneo um quase escravo do meio e do agricultor ou industrial alemão ou japonês (ou outros) um quase *master* de seu ambiente, que transcende os seus limites mais estreitos.

Recorde-se o argumento de Brian Berry, que mencionamos antes, relativo ao chamado fantasma de Galton. Uma estrutura espacial pode derivar de processos e mecanismos que, às vezes, são exógenos ao espaço estudado e difundidos por processos temporais, e a explicação tem que ser procurada neste processo, que é temporal.

Se a metodologia quantitativa colocou numerosas questões teóricas para a formulação de teorias na Geografia, o reverso, também, é verdadeiro. Uma das premissas essenciais da maioria dos métodos de inferência estatística — especialmente os de base de relações lineares entre variáveis — é a da independência entre as observações; mas uma premissa fundamental da análise espacial é a de que o efeito de proximidade e de contigüidade faz com que haja interdependência entre as observações, exatamente pelo efeito de proximidade, que faz lugares próximos parecidos. Peter Gould ressaltou, mais de uma vez, como o fizemos em outro lugar (20), que a essência da análise geográfica se concentra nas inter-relações entre atributos dos lugares, no contexto das relações entre os lugares, que forma a base de teoria espacial. E como o importante é a teoria, daí decorrem grandes dificuldades operacionais, como discutem longamente

Cliff e Ord (13) e Sibert (45), em sua *spatial auto correlation*.

Teoria espacial

Tudo isto tem muito a ver com o desenvolvimento de teorias na Geografia, já que o movimento era, simultaneamente, teorizante e quantificador, como temos reiteradamente mencionado.

Segundo Berry (8), o determinismo geográfico havia sido a primeira tentativa de estabelecimento de uma teoria e de um paradigma na Geografia, e à medida que ele se esvaiu, as várias tentativas de colocar a geografia num contexto puramente empiricista, como a *areal differentiation* de Hartshorne, pareciam significar o abandono de um modelo causal, por uma mera curiosidade científica. O próprio conceito de Vidal de La Blache, o *pays*, tinha uma clara conotação naturalista e idiográfica, que agora se procura resgatar com o sentido, talvez, de algo parecido com a região historicamente definida de Friedmann, aproximando-se mais do conceito de territorialidade e regionalismo, do que de regionalização (Ver a discussão em Faissol, 20). Mas, num determinado momento, o conceito de *pays* era uma combinação especial e única de condições físicas, gêneros de vida e padrões culturais, insuscetíveis de serem replicados e, provavelmente, incapazes de serem definidos de forma exaustiva, cobrindo todo o território nacional. O que entendo hoje, entretanto, é que neste conceito, pode estar embutida a idéia da territorialidade e de unidade política, importante no processo de desenvolvimento.

Mas, onde se fez uma das mais extensas e abrangentes discussões, da questão espaço, foi num livro relativamente recente (1985), e do qual já citamos dois autores (43 e 47), Andre Sayer e Edward Soja, discutindo a questão espacial no contexto do social.

Os editores do livro — Derek Gregory (geógrafo) e John Urry (sociólogo), ao descreverem rapidamente as grandes mudanças na estrutura da Sociedade, nestes últimos 30 anos, observam que: “como resultado destas mudanças, a estrutura espacial é agora vista não somente como uma arena onde a vida social se desenvolve mas, ao

contrário, em um meio através do qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas”. É neste sentido, talvez, que a Geografia Humana e a Sociologia podem estar se confrontando com um (que não pode ser considerado como não clássico) “problema de ordem”. Este “problema de ordem” consiste no que o próprio título do livro descreve *Social relations and spatial structures*, que alguns dos “fetichistas espaciais” poriam como *spatial structures and social relations*, vale dizer, o que vem primeiro: se o espaço ou a sociedade.

Na longa lista de *papers*, os editores procuraram agregá-los a cada uma das linhas principais do livro: a — as implicações de uma filosofia realista da ciência para estas novas estratégias analíticas; b — as consequências da incorporação de espaço em teoria social marxista e não-marxista; c — a estruturação espacial de classes e outras forças sociais; e, d — a significação de tempo — geografia e suas extensões para teoria social propriamente contextual.

A essência da visão contida neste livro é que a dicotomia espaço e sociedade, que John Urry considera “um engano de categoria elementar” (e o que é importante destacar), descarta, também, a explicação do processo espacial, pela forma espacial. Veja a discussão deste aspecto em meu livro (20).

Mas, no bojo de toda a discussão relativa a espaço e sociedade, fica embutida a questão do conceito de região e em seu bojo a questão da contigüidade e do próprio método regional.

A região, o modelo e a questão da contigüidade;

If everithing occurred at the same time there would be no development. If everything existed in the same place there could be no particularity. Only space makes possible the particular, which then unfolds in time ... to let this space conditioned particularity grow without letting the whole run wild — that is political art.

August Losch: “*The economics of location*, p. 508, 1939”.

Uma das dicotomias clássicas da Geografia foi a sistemática regional que o próprio Hartshorne tratou longamente (30), com

um capítulo sob o título *Is Geography divided between "Systematic" and Regional Geography?* E bastaria citar uma expressão de Hartshorne para ilustrar todo seu conteúdo teórico: "O complexo geográfico completo só pode ser estudado em um ponto", p. 121. O que o leva a considerar a Geografia Regional como um detalhamento, em termos de integração, da Geografia Sistemática.

Preston James, um expoente da geografia americana positivista, escreveu: "O conceito regional e o método regional envolvem a generalização de fenômenos numa área" (34), quando em 1954, foi, juntamente com Clarence Jones, editor do volume comemorativo do 50º aniversário da Associação dos Geógrafos Americanos; nesta época, eu era seu aluno em Syracuse, onde o livro estava sendo editado.

James, acrescenta que: era necessário definir categorias, em termos de critérios selecionados, que fossem relevantes, para um problema particular, p. 9, o que equivalia a dizer, teoria sobre região.

James prossegue dizendo que "Um sistema de divisão regional é justificado, se ele ilumina os fatores ou elementos de um problema; não é justificado, se obscurece estes fatores e elementos".

E a região era uma:

- a) área de qualquer tamanho;
- b) homogênea em termos de critério específico; e
- c) distinguível das áreas próximas por uma espécie de associação particular de fenômenos, na área em questão e, em consequência, possuindo uma espécie de coesão interna.

A contigüidade estava aí, implicitamente prevista, como "a coesão interna" ou seja, a força integradora. A questão era sempre a especificação, que deixava isto ao subjetivo de cada um, portanto, deixando a questão da coesão interna, importante na noção de espaço, sujeita a uma certa ambigüidade.

Esta era a questão da região, como concebida por Hartshorne (30), como uma divisão de um dado território, até mesmo segundo uma infinidade de características — a *checklist* — tais, que ela acabaria por ser única e excepcional. George Cressey escreveu, certa vez, um artigo, "autobiografia de

um grão de areia", em que observa que a um nível de extremo detalhe na Geografia, nenhum grão de areia seria igual a outro, o que constituía o paroxismo do idiográfico. Já a região, percebida como um agrupamento de lugares, se inseria no processo classificatório, que Harvey indicaria como essencial ao processo científico (31).

O problema da região, que David Grigg já havia colocado como um conceito especificado no contexto de um método classificatório (o que Harvey reitera, como sugerimos acima), dada sua importância na geografia, foi um daqueles problemas, em que a metodologia quantitativa fez emergir numerosas questões. Harvey diz que "*I believe that the most important effect of quantification has been to force us to think logically and consistently where we had not done so before*". Existe um capítulo de seu livro, sobre a questão da classificação (31, p.327-349), que como dissemos, segue a linha de Grigg (28 e 29).

Aí se coloca um tipo de especificação estatística, que informa que a região/classe é *um conjunto de unidades observacionais, na qual a variância interna é menor que a variância entre outras regiões*, isto é, tomando-se uma área qualquer para estudo, ao dividir-se esta área em regiões, para que elas sejam homogêneas, é necessário que a variância intragrupo seja menor que a variância intergrupo.

Assim, colocar o conceito de região derivado do processo classificatório (partir da junção de unidades observacionais pequenas), trouxe a taxonomia, para a Geografia, e a seguir, métodos estatísticos, que operacionalizassem este conceito. O próprio Berry escreveu um artigo que se tornou clássico no uso de análise multidimensional (essencialmente análise fatorial e de agrupamento), para operacionalizar o conceito de região, mas neste momento parece-me importante ressaltar alguns aspectos que o uso da metodologia quantitativa e os conceitos em que ela se baseou, fizeram emergir.

O primeiro, é o da própria unidade de observação usada como a base do processo taxonômico.

Trata-se da unidade elementar, que deve ser em número tal que seja representativa

de uma área determinada e heterogênea. Por igual, deve ser intrinsecamente homogênea, para que os dados usados — de valores médios para unidade taxonômica — sejam descritivos de uma situação, isto é, que estes valores médios tenham uma variância que se considere desprezível. Se vamos agregar unidades pelas suas características, que façam emergir outras unidades maiores, homogêneas, segundo um dado critério necessário e inerente ao próprio processo classificatório, então estas unidades elementares devem conter um mínimo de homogeneidade interna, que assegure aquela premissa da variância desprezível.

O segundo, que já mencionamos e que ressurge sempre, é o da representatividade do número de unidades, seja do número de unidades com que se trabalha desde o início, seja do número de unidades consideradas como uma classe ou região.

Se região é um conjunto de unidades observacionais semelhantes entre si, o que acontece se existe só uma unidade? Vale dizer, se ela é diferente, o bastante, de todas as outras?

No processo classificatório podemos ter todas as unidades taxonômicas agrupadas em um só conjunto, portanto, como 100 % de generalidade; de outro lado, todas as unidades diferenciadas entre si, com 100% de detalhe. O processo estatístico de testar um ponto ótimo, partia, como se sabe, de que este ponto ótimo seria definido como aquele em que a variância intergrupo fosse maximizada, em relação seja à variância total ou à variância intragrupos. Isto satisfazia o conceito de que uma região seria um conjunto de unidades que tivessem o máximo de semelhança entre si, obviamente segundo um critério.

A Geografia tradicional aceitou sempre o critério, embora a operacionalização do critério ficasse num plano altamente subjetivo. A divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, formalmente, se baseou num conjunto de mapas — mais de uma centena — mas o detalhe concreto de agrupar municípios em uma microrregião qualquer, acabou sem uma especificação completa e objetiva, a despeito de estar baseada numa enorme soma de conhecimentos empíricos do grupo.

As longas reuniões havidas, até mesmo com os representantes dos Estados, acabavam por consagrar o princípio do único, sem ter sido formalmente explicitado. Era a reiteração da longa experiência acumulada.

A definição de região — a região homogênea é constituída de um conjunto de lugares homogêneos e contíguos

O conceito de homogêneo já ficou esclarecido, até mesmo em termos de sua especificação estatística; falta inserir, nela, a idéia de que as unidades agregadas devam ser contíguas.

Voltamos, aqui, a mencionar aquela fita magnética com uma variedade de programas cedidos por Duane Marble. Um destes programas era o de uma análise de agrupamento (*Cluster Analysis*), que continha duas modalidades, uma com uma restrição de contigüidade e outra sem esta restrição. O que estes programas colocavam, era uma discussão do conceito de região, à luz da questão da contigüidade. A contigüidade de unidades taxonômicas, identificadas como homogêneas, não era gerada no bojo da análise e pela via de atributos destas mesmas unidades taxonômicas, como seria de se supor, à base de uma teoria sobre região. Era embutida no programa, como uma variável exógena, uma matriz inserida no modelo de agrupamento, que rejeitava o agrupamento de duas unidades semelhantes entre si, no perfil produzido pelo espaço multidimensional da análise fatorial, por exemplo, porque não eram contíguas como indicado pela matriz exógena ao modelo de análise (ver (20), para uma discussão mais detalhada desta questão). Aqui, queremos salientar, entretanto, que uma condição essencial no arranjo espacial de fenômenos geográficos é a de que a proximidade é um fator importante de similaridade, pela operação do processo de difusão, de natureza essencialmente epidemiológica. Um modelo regional que contemple esta idéia — a da difusão espacial de forma explícita — poderia descrever melhor este processo.

Mas, como teoria geográfica é colocada muito em função do processo de difusão, que deriva de contactos e relações, o modelo de regiões funcionais ou nodais adquiriria

uma importância especial. Não lhe falta a metodologia adequada, que Berry empregou na Índia (Correlação Canônica), que permite identificar a composição de uma estrutura sócio-econômica através de uma matriz e a composição de uma estrutura de relações através de outra matriz. A fatorização de ambas e a regressão de uma sobre a outra permite a avaliação dos efeitos de uma estrutura sobre a outra, um instrumento de grande alcance para o planejamento.

Restaria saber se os efeitos são lineares e se os indicadores usados, suscetíveis de serem quantificados, respondem pela soma de múltiplos atributos e relações sociais, econômicas e políticas, que formam o intrincado quadro da estrutura social e territorial de uma região. Mas, este é um problema que afeta todas as ciências sociais e não só à Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE MUDOU DEPOIS? A GEOGRAFIA RADICAL? E AGORA?

A (r)evolução que se processou na Geografia, nos trinta anos decorridos entre a década de 50 e a de 80, foi da maior significação na valorização da pesquisa geográfica em si mesma; mas foi, também, de grande importância na identidade da Geografia, no contexto das ciências sociais em geral, pois deu-lhe cada vez mais uma maior especificidade, sobretudo mais uma clara inserção num contexto social e numa visão menos eficientista do mundo, e com isto, um campo de pesquisa mais claramente definido.

A sua base positivista e naturalista inicial deu-lhe foros de cientificidade, e uma bateria de técnicas estatísticas de análise, que permitiram a revelação de quadros da estrutura social e econômica que, de outra forma, ficariam obscuros ou revelados apenas pelas outras ciências sociais como Economia ou Sociologia.

É claro que existem dificuldades de quantificar o comportamento humano, não raro pela via de relações lineares entre indicadores deste comportamento; e na realidade, esta dificuldade e a crítica correspondente, poderiam se estender, como muitos geógra-

fos o fizeram no questionamento da propriedade de se usar os métodos da matemática e da física newtoniana para tal fim, como o fez Peter Gould em recente artigo (25), entre outros. Mas, o que não se pode negar, é que tais métodos contribuíram, e muito, para os questionamentos teóricos que eles ensinaram nestes trinta anos, de forma tal, que eles hoje estão incorporados ao conhecimento geográfico.

Por outro lado, a experiência de numerosos geógrafos com os problemas do planejamento e/ou com a identificação dos desníveis sociais que análises mais detalhadas e precisas revelavam, *criou uma consciência da relevância dos problemas da Sociedade, que descartava o sentido do "conhecimento neutro" positivista* e abria caminho para uma Geografia Social, comprometida e participativa, juntamente com as outras ciências sociais. O próprio Brian Berry, que com freqüência foi acusado de destituído de sentido social, dedicou boa parte de seus estudos às questões internas da cidade *Social area analysis*, onde as questões das desigualdades sociais foram longamente estudadas, como aparece em um de seus livros, de co-autoria com Kasarda (9).

Assim, vencidos os "fetichismos" tanto espacial como social, creio que a Geografia alcançou um ponto em que, aberta a interpretações diferenciadas do quadro social-espacial, e tanto pluralística como metodológica e teoricamente, está pronta a assumir, e em verdade assumiu, seu lugar dentre as ciências sociais.

Vencido foi, também, o medo à neutralidade social e ideológica, em que muitos geógrafos se refugiavam, ao mesmo tempo pelo receio de se envolver em questões não acadêmicas de natureza política e ideológica e pelo receio de que, fora do método científico naturalista/positivista, saía-se do terreno firme da investigação científica, para a elucubração abstrata e, quiçá, tendenciosa.

Com isso, o geógrafo saía de sua torre de marfim, de fora da Sociedade, para ser também ator no quadro social, viver esta realidade social e apontar as soluções que lhe pareçam mais adequadas, comprometidas com um (o seu) sistema de valores.

Isto foi o que aconteceu com o surgimento de uma Geografia Radical, em sua primeira fase, ainda não muito radicalizada e marxista.

A década de 50, e parte da década de 60, marcou a intensa movimentação quantitativa, mas, já ao fim da década de 60, era visível a insatisfação não somente com a exacerbação metodológica — esta sim estava desservindo à Geografia — mas, também, com uma estrita vinculação de objetivos de pesquisa a temas claramente não relevantes.

David Harvey quando escreveu um artigo sobre teoria revolucionária e contra-revolucionária, o fez no contexto da formação de *ghettos* nas cidades americanas, sugerindo que este era um tema mais importante e de relevância social que a distribuição de supermercados, tão caro aos fanáticos do “fetichismo espacial” e aos adoradores de teoria de localidade central e simultaneamente os seus maus aplicadores.

É claro que como a Geografia estava muito voltada para uma geografia da produção; o consumo, que significava mais o lado social do processo, era tomado como dado. Mas esta era uma evolução que se processava, simultaneamente, na economia. O próprio Brian Berry (5), já evidenciava esta insatisfação, embora de natureza mais metodológica e teórica do que ideológica, ao escrever um artigo importante “Paradigma para a moderna Geografia”, embora ele o termine com a observação de que “um problema central que as sociedades atuais enfrentam, se constitui na definição e, possivelmente, na procura de finalidades coletivas desejáveis, por parte de cidadãos conscientes das tendências atuais e capacidades de coletividades, imperfeitamente organizadas e sensíveis às necessidades, bem como suas limitações individuais” p. 20; mas muitos outros (Harvey e Peet — 42 — eram indiscutivelmente dos mais ativos nesta área) mostravam como os temas relativos a problemas que aflingiam a Sociedade deveriam obter uma prioridade absoluta, nas linhas da pesquisa geográfica. Discuto esta questão em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia (18), e no livro (20), também, sendo editado pelo IBGE e por isso dispense-me de voltar ao assunto, para não

repetir. Mas, vale a pena ressaltar o fato de que, o próprio Brian Berry em seu livro *The Human consequences of urbanization* (em que não se encontra uma fórmula sequer), já sugeria que *I perceived that the intellectual basis for much urban policy was derived from social theories written about nineteenth-century urbanization. I thus came to appreciate that many of the difficulties being experienced stemmed from a single fact: the conventional wisdom was no longer valid*, p. xii do Prefácio (6). O objetivo do livro, segundo Berry era o de “*it should be responsive to a clearly felt need throughout the world for a general overview of the substantive and ideological aspects of twentieth-century urbanization and its human consequences*”, p. x, cit.

E é por isto, que é este o sentido do que me parece ter sido a abertura que a análise quantitativa fez, para o equacionamento dos problemas sociais e sua posterior conscientização.

Isto sugere que duas discussões se processavam simultaneamente: *a da relevância dos temas tratados pelo geógrafo e a forma de tratá-los*.

Embora aqui não seja o local próprio para uma avaliação do que veio depois da ênfase quantitativa — e nem é objetivo deste artigo —, é importante considerar a questão, pois a mudança de ênfase, da direção do processo produtivo, para esta geografia radical, com a maior relevância dos problemas do consumo e da qualidade de vida, foi essencialmente produto de um momento de tempo.

Nos Estados Unidos, a crescente oposição à guerra do Vietnam, no fim da década de 60, se misturava com umas outras inquietações internas como: a discriminação racial, os direitos humanos, a pobreza, a fome e uma série de questionamentos do próprio sistema (46), como observa David Smith. “*From criticism of particular institutions in contemporary America grew a more fundamental critique of capitalism and imperialism. ...On a broader level, the end of the post war era of sustained economic growth, the emergence of interest in the “quality of life”, the rise of the pollution issue, and the beginning of the “energy crisis” all contribute to a direction of societal concern — and hence geographical inquiry*

— *toward distributional, welfare and ecological issues*”, p. 129. Esta tendência se acentua nos países desenvolvidos e são conhecidas as manifestações na Europa Ocidental, especialmente na França, começando a se tornar também importante nos países em desenvolvimento, embora com contornos diferentes.

Nestes países, ao invés de uma reação a uma política de desigualdades internas, a questão se colocava, também, e especialmente, num plano internacional, em que tanto os países como as grandes multinacionais eram visadas.

Com isto, se voltava à essência da idéia de Geografia — uma ciência social — mais voltada para os problemas da Sociedade do que para aqueles relativos à eficiência do sistema econômico. Esta foi uma mudança fundamental, porque era mais voltada para os problemas do homem, do *homo sapiens*, do que do *homo economicus*. O começo desta mudança de orientação que nada teve com a orientação metodológica e sim, com os objetivos da pesquisa geográfica e com a reação ao positivismo neutro e descompromissado com a Sociedade, foi marcado por esta insatisfação com o estado de coisas da Sociedade de pós-guerra, como discutimos em artigo recente na Revista Brasileira de Geografia (19 e 20).

Por igual, o apego à combinação Geografia Humana — Geografia Física, que enclau-

surava a Geografia Humana no processo científico-naturalista, impedia o reconhecimento da Geografia — Ciência Social.

Embora as dicotomias sempre estivessem presentes na Geografia, sempre se argumentava, também, pela unidade da geografia. E esta unidade era preservada pelo conceito de espaço.

Mas, permanecia e permanece a questão: se o espaço é socialmente produzido, se ele é um conceito simultaneamente territorial e social, onde fica a Geografia Física? Esta é uma questão crucial na Geografia atual.

Onde termina a Geografia Física, constitutiva do quadro de elementos do ambiente físico em que opera o quadro social (esta uma parte essencial da Geografia — Ciência Social) e aí incluído o território, como um elemento importante nesta organização social?

E onde começa uma Geografia Física voltada para as ciências da terra, sem a preocupação do seu significado para o homem, mas relacionada com os diferentes aspectos da estrutura da crosta terrestre e da camada gasosa que a envolve?

Da resposta e da conscientização dos geógrafos e professores de Geografia a esta questão, vai depender a composição dos Institutos de Geociências das Universidades. É a posição da Geografia no contexto acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

- 1) ABREV, Mauricio de Almeida; VETTER, David. A análise de relações entre conjuntos de variáveis na Matriz geográfica: correlação canônica. In: FAISSOL, Speridião (Org.). *Tendências atuais na geografia urbano/regional*; Teorização e quantificação. Rio de Janeiro, IBGE, 1978. p. 133-44.
- 2) BERRY, J. L. Brian. *Essays on commodity flows and the spatial structure of the Indian economy*, Research Paper n. 11, Department of University of Chicago, 1966. 334 p.
- 3) _____; MARBLE, Duane. *Spatial analysis*, Englewood Cliffs, N. Jersey, 1968.
- 4) _____. More on relevance and policy analysis. *Area*. v. 4, 1972. p. 77-80.
- 5) _____. A paradigm for modern geography. In: CHORLEY, Richard J., ed. *Directions in geography*. Metuen and Co. Ltd. 1973. p. 3-22.
- 6) _____. *The human consequences of urbanization*; divergent paths in the urban experience of the Twentieth Century. In: THE MAKING OF THE 20th CENTURY SERIES, Sta. Martin's Press, New York, 1973. 205 p.
- 7) _____. Geographical theories of social change. *Perspectives in geography*; The nature of change in geographical ideas. Northern Illinois Press, v. 3, 1980, p. 21-46.
- 8) _____. Introduction: A khunian perspective. *Perspectives in geography*; The nature of change in geographical ideas. Northern Illinois Press, v. 3, 1980, 220 p.

- 9) _____. KASARDA, J. *Contemporary urban ecology*. New York, Mac Millan, 1977, 396 p.
- 10) BILLINGE, Mark, ed. et alii. *Recollections of a revolution; Geography as a spatial science*. Mac Millan, 1984. 235 p. (The Critical Human Geography).
- 11) BUNGE, William. *Theoretical geography*. Sweden. The Royal University of Lund 1966. 289 p. (Series general and mathematical geography, n. 1).
- 12) BURTON, Ian. The quantitative revolution in geography. *The Canadian Geographer*. Toronto, n. 7, p. 151-62, 1963.
- 13) CLIFF, A. D.; ORD, J. K. *Spatial autocorrelation*. Pion Limited, 1973, 178 p.
- 14) COLE, John Peter et alii. *Quantitative geography*. John Wiley 1968.
- 15) DACEY, Michael. A probability model for central place locations. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 56, n. 4, p. 550-68. December 1966.
- 16) FAISSOL, Speridião. Problemas geográficos brasileiros; Análises quantitativas. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 1972. 271 p.
- 17) FAISSOL, Speridião. (Org.). *Tendências atuais na geografia urbano/regional; Teorização e quantificação*. Rio de Janeiro. IBGE, 1978. 302 p.
- 18) FAISSOL, Speridião. A geografia na década de 80; Velhos dilemas e novas soluções. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE. v. 49, n. 3, p. 7-38. 1987.
- 19) _____. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, p. 85-98, 1988. Edição especial.
- 20) _____. *Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, IBGE. (No prelo).
- 21) _____. et alii. A cidade como propulsora do processo de desenvolvimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). *Tendências atuais na geografia urbano/regional; Teorização e quantificação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1978. p. 148-216.
- 22) GALE, Stephen. On the heterodoxy of explanation: a review of David Harvey's explanation in geography. *Geographical analysis*. Ohio State University Press. July 1972. p. 285-322.
- 23) GEIGER, Pedro. Industrialização e urbanização no Brasil; conhecimento e atuação da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, 1988. p. 59-84. Edição especial.
- 24) GOULD, Peter. *The geographer at work*. Routledge & Kegan Paul. Londres, 1985. 351 p.
- 25) _____. The present and future being of geography as a human science. *Geoforum*, v. 16, n. 2, 1985. Special Issue: Links between natural and social sciences p. 99-108.
- 26) GREGORY, Derek. *Ideology, science and human geography*. Hutchinson University Library, Hutchinson & Co., Publishers, 1978, 198 p.
- 27) GREGORY, Derek; URRY, John, ed. *Social relations and spatial structures*. Londres, Mac Millan 1985, 440 p. (Series Critical Human Geography).
- 28) GRIGG, David. The logic of regional systems. *Annals of the American Association of Geographers* n. 55, 1965. p. 465-91.
- 29) _____. Regions, models and classes. In: CHORLEY, Richard J. and HAGGET, ed. *Models in geography*, 1967.
- 30) HARTSHORNE, Richard. *Perspectives on the nature of geography*. Chicago, 1959. 201 p. (Monograph Series of the Association of American Geographers).
- 31) HARVEY, David. *Explanation in geography*. Edward Arnold. Londres, 1969. 521 p.
- 32) _____. On obfuscation in geography; A comment on Gale's heterodoxy. *Geographical Analysis*. Ohio State University Press. July 1972. p. 323-30.
- 33) JACKSON, Peter; SMITH, Susan J. *Exploring social geography*. George Allen & Unwin Pub. Ltd., North Sidney, Austrália, 1984. 239 p.
- 34) JAMES, Preston. *American geography; Inventory and prospect*. Association of American Geographers. Syracuse University Press. 590 p.
- 35) JOHNSTON, Ron. A founding floundering in world tree. In: BILLINGE, Mark, ed. et alii. *Recollections of a revolution — Geography as a spatial science*. Mac Millan, 1984. 235 p. (The Critical Human Geography).
- 36) _____. *On human geography*. Basil Blackwell Ltd., 1986. 198 p.
- 37) LOBATO, Roberto. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: Teoria e Crítica — O saber posto em questão*. Vozes, p. 115-22.
- 38) MASSEY, Doreen. New directions in space. In: GREGORY, Derek; URRY, John, ed. *Social relations and spatial structures*. Londres, Mac Millan, 1985. p. 9-19. (Series Critical Human Geography).

- 39) MERCER, David. Unsmaking technocratic geography. In: BILLINGE, Mark, ed. et alii. *Recollections of a revolution*. Londres, Mac Millan, 1984. 235 p.
- 40) OLSSON, Gunnar. Toward a sermon of modernity. In: BILLINGE, Mark, ed. et alii. *Recollections of a revolution* — Geography as a spatial science. Londres, Mac Millan, 1984. p. 73-85.
- 41) PARK, Robert. Human ecology. *American Journal of Sociology*, v. 42, July 1936. p. 1-15.
- 42) PEET, Richard. *Radical geography; Alternative viewpoints on contemporary social issues*, Maroufa Press, Inc. 1977. 387 p.
- 43) SAYER, Andre. The difference that space makes. In: DEREK, Gregory; URRY, John, ed. *Social relations and spatial structures*. Londres, Mac Millan, 1985. 440 p., p. 49-66 (Series Critical Human Geography).
- 44) SCHAEFFER, Fred. Exceptionalism in geography. *Annals of the Association of American Geographers* n. 43, p. 226-49.
- 45) SIBERT, John L. *Spatial autocorrelation and the optimal prediction of assessed values*. Department of Geography, University of Michigan. Ann Arbor, 1975. 220 p.
- 46) SMITH, David M. *Human geography; A welfare approach*, Edward Arnold Pub. 586 p. (Ed. em espanhol).
- 47) SOJA, Edward W. *The spatiality of social life: Towards a transformative retheorization*. In: DEREK, Gregory; URRY, John, ed. *Social relations and spatial structures*. Mac Millan, 1985. p. 49-66 (Series Critical Human Geography).
- 48) WILSON, G. Alan. One man's quantitative geography: Frameworks, evaluations, uses and prospects. In: BILLINGE, Mark, ed. et alii. *Recollections of a revolution*. Londres, Mac Millan, 1984. 235 p.

RESUMO

O autor, um dos geógrafos participantes do processo de implantação de metodologias quantitativas no IBGE, mostra, neste artigo, dois conjuntos de observações: num deles, um relato dos principais fatos relativos à referida implantação; em outro, os principais problemas surgidos ao longo desta fase.

No primeiro caso, descreve as dificuldades não só de implementação de métodos quantitativos em face de resistências metodológicas e conceituais, como também, de reações de natureza ideológica; as convicções de natureza filosófica dos geógrafos tradicionais, positivistas e empiricistas, por isso mesmo, confrontavam-se com as posições teorizantes e quantitativistas dos novos métodos e técnicas. Aí, a idéia de um cientista social neutro de um lado, e as convicções tecnologicizantes e tecnocrati-zantes dos quantitativistas se chocavam, de um lado com aqueles que tinham uma visão de equidade social e territorial e de outro, com os radicais que procuravam "ideologizar" a Geografia num sentido específico. E descreve os exageros de um lado e de outro.

No segundo caso, discute as principais questões que a metodologia quantitativa foi fazendo emergir. E neste contexto, ressalta o efeito cientifizante que esta metodologia trouxe, no sentido de equiparar a Geografia às demais ciências sociais, dando-lhe *status* e individualidade, com a especificação do espacial.

UMA MEDIDA DA EVOLUÇÃO RECENTE DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO ESTADO DA BAHIA*

Sylvio Bandeira de Mello e Silva**
Jaimeval Caetano de Souza***

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A análise da organização espacial constitui o objeto central da pesquisa geográfica. Embora sendo entendidas de diversas maneiras, em função dos diferentes enquadramentos teórico-conceituais e metodológicos, as questões de organização do espaço são de fundamental importância nas atividades dos geógrafos, quer em termos de contribuição ao conhecimento da realidade quer em termos aplicados, visando à solução de problemas específicos.

Entendemos, de forma abrangente, por organização espacial a maneira pela qual uma determinada sociedade se estrutura e funciona em um dado meio, como resultado de complexos processos sociais, econômicos, culturais e políticos. Na realidade, o espaço integra todas estas categorias, dando-lhes uma expressão material mas também

atua sobre as mesmas de forma importante, com destaque para as questões associadas de localização e de interação espacial.

Na maioria das vezes, as análises espaciais abrangem uma determinada área e/ou as relações entre diferentes espaços em um dado momento. Pouco freqüentemente são desenvolvidos, na Geografia, estudos comparativos envolvendo a mesma forma de abordagem em diferentes espaços, abrangendo um determinado período, ou em uma mesma área, abarcando épocas diferenciadas. Justifica-se, portanto, a realização de um estudo com a mesma perspectiva analítica em um dado meio, em momentos diferentes, tentando implantar uma linha de trabalho sobre análise têmporo-espacial comparativa (v. Silva, 1987, como exemplo deste tipo de estudo).

Assim, o propósito deste trabalho é o de contribuir para o conhecimento da evolução recente da organização do espaço na Bahia, através de uma comparação em dois momentos: o primeiro, indicando a situação no

* Recebido para publicação em 14 de setembro de 1988.

** Professor Titular de Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia — UFBA.

*** Geógrafo, Bolsista de Aperfeiçoamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

Este trabalho contou com o apoio do CNPq. Os autores agradecem à colaboração da área de informática da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e dos profs. Hedison Sato e Hailton Mello da Silva, do Departamento de Geologia e Geofísica Aplicada da UFBA.

início da década de 70 e, o segundo, em meados da década de 80. Esta comparação foi implementada com base na aplicação, para a realidade mais recente, da mesma metodologia que foi utilizada, em 1973, no trabalho *A organização do espaço na Bahia, uma análise fatorial*, de autoria de Sylvio Bandeira de Mello e Silva e James Herbert Galbraith, publicado no livro *Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado da Bahia*, Convênio Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia — Universidade Federal da Bahia. Este trabalho tentou avaliar a organização do espaço a partir da influência das cidades, propondo uma hierarquia urbana e uma análise da distribuição espacial dos índices de desenvolvimento obtidos pelas cidades do Estado da Bahia, com a intenção de subsidiar o estabelecimento de uma regionalização administrativa, o que, efetivamente, se concretizou através do Decreto nº 23.731 de 09/10/1973.

Agora, o objetivo deste trabalho é o de comparar, através da análise fatorial, a organização do espaço na Bahia em dois períodos diferentes. O primeiro, começo dos anos 70, analisado no texto acima citado, corresponde à fase inicial das grandes transformações econômico-espaciais experimentadas pelo Estado da Bahia, após 1960, sobretudo graças ao processo de industrialização, à melhor infra-estrutura, em especial na área de transportes, à intensificação de suas relações econômicas com o Sudeste e ao dinamismo de várias regiões agrícolas (v. Silva, 1985 e Silva & Silva, 1987). A análise do período recente, meados da década de 80, irá demonstrar os efeitos diferenciados desse processo de mudanças na organização espacial do Estado da Bahia, com repercussões até nossos dias.

As questões básicas que se colocam são:

a) que mudanças ocorreram na organização do espaço na Bahia, como resultado das transformações processadas no papel das cidades mais importantes do Estado?

b) que cidades se beneficiaram mais e que cidades tiveram maior retração, em termos relativos, em função das transformações recentes?

c) como se comportou a relação entre Salvador e as cidades intermediárias no início da década de 70 e em meados da de 80?

METODOLOGIA

Pretendemos avaliar, neste trabalho, a organização espacial do Estado da Bahia, através da análise do papel das principais atividades terciárias, estudando sua distribuição nos centros urbanos, com o uso da análise fatorial. Reconhece-se, com efeito, que as complexas atividades de serviços, desenvolvidas nas cidades, exercem uma forte influência sobre o espaço geográfico, integrando as demais atividades setoriais. Neste sentido, a organização espacial aparece, portanto, como uma decorrência das relações espaciais, coordenadas pelas atividades desenvolvidas nas cidades, o que acaba por configurar aquilo que se convencionou chamar de hierarquização urbana e de regiões urbanas, com um grau determinado de interdependência.

Com base nestas considerações, o primeiro trabalho (Silva & Galbraith, 1973) definiu 13 funções urbanas, dentre as chamadas atividades de distribuição de bens e serviços (variáveis de 1 a 13) e duas variáveis indicando o grau de desenvolvimento da infra-estrutura (variáveis 14 e 15), para efeito de aplicação de uma análise que permitisse determinar os centros mais importantes e as principais áreas de influência urbana. Para fins de comparação, foram utilizadas, neste novo trabalho, as mesmas variáveis especificadas na Tabela 1.

Estas informações foram levantadas para as 87 cidades que tinham mais de 5 000 habitantes em 1970, ou seja, foram mantidas as mesmas do estudo de 1973 para fins de comparação, apesar da ocorrência de alterações no período. Com isto, o objetivo foi o de se trabalhar com o mesmo universo de análise, com as mesmas variáveis e com a mesma metodologia, possibilitando a realização de um estudo comparativo completo.

A distribuição das cidades do Estado da Bahia por grupos de habitantes, em 1970 e 1985 (projeção feita com base na média do crescimento da década 70 — 80), é mostrada na Tabela 2.

TABELA 1
LISTAGEM DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEIS	FONTE	ANO DE REFERÊNCIA
a) Funções Econômicas		
01. Número de agências bancárias	CISEM (Catálogo de Informações Sócio-Econômicas dos Municípios)	1984
02. Número de estabelecimentos do comércio atacadista	CISEM (Catálogo de Informações Sócio-Econômicas dos Municípios)	1984
03. Número de empresas com mais de 10 empregados	Ministério do Trabalho Cadastro Geral de Empregados/Desempregados	1987
b) Prestação de serviços de saúde		
04. Número de médicos	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
05. Número de dentistas	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
06. Número de farmacêuticos	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
07. Número de leitos de hospitais	CEI (Centro de Estatística e Informações — SEPLANTEC)	1984
c) Prestação de serviços de Educação		
08. Número de salas de aula do ensino médio	SEC-BA — Nº de salas de aula utilizadas por nível de ensino	1984
d) Prestação de serviços à agricultura		
09. Número de veterinários	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
e) Prestação de Serviços Profissionais Diversos		
10. Número de advogados	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
11. Número de engenheiros	IBGE — Informações Básicas dos Municípios	1982
f) Funções transportes e comunicações		
12. Número de telefones	CEI (Centro de Estatística e Informações — SEPLANTEC)	1984
13. Número de linhas de ônibus intermunicipais	STC/DDT (Secretaria de Transportes e Comunicações/Departamento de Transportes e Terminais)	1987
g) Serviços públicos indicadores do desenvolvimento urbano		
14. Número de ligações de água encanada	CEI (Centro de Estatística e Informações — SEPLANTEC)	1984
15. Número de ligações de energia elétrica	CEI (Centro de Estatística e Informações — SEPLANTEC)	1984

NOTA — Para o início da década de 70 consultar a indicação das fontes e dos anos de referência em Silva & Galbraith (1973).

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES POR GRUPO DE HABITANTES — 1970-1985

GRUPOS DE HABITANTES	NÚMERO DE CIDADES		FREQUÊNCIA ACUMULADA ABAIXO DO LIMITE SUPERIOR DE CLASSE		FREQUÊNCIA ACUMULADA ACIMA DO LIMITE INFERIOR DE CLASSE	
	1970 (1)	1985 (2)	1970	1985	1970	1985
TOTAL	336	336				
0 — 500	7	2	7	2	336	336
501 — 1 000	51	22	58	24	329	334
1 001 — 2 000	81	56	139	80	278	312
2 001 — 5 000	110	104	249	184	197	256
5 001 — 10 000	45	73	294	257	87	152
10 001 — 20 000	27	43	321	300	42	79
20 001 — 50 000	8	21	329	321	15	36
50 001 e mais	7	15	336	336	7	15

(1) 1970 com base nos dados do Censo Demográfico de 1970. (2) 1985 refere-se à projeção feita com base na média do crescimento da década 70-80, mantendo-se a mesma divisão municipal do Estado da Bahia.

Observam-se uma expressiva diminuição do número de cidades muito pequenas e um expressivo aumento do número de centros médios. Assim, o número de cidades acima de 5 000 habitantes cresce em 1985, mas, para este estudo comparativo, foram tomadas, como vimos, somente as 87 aglomerações listadas em 1973. Por outro lado, as cidades acima de 5 000 habitantes, que foram incorporadas na listagem de 1985 e que não foram consideradas neste trabalho, são, sobretudo, pequenos centros urbanos, com população bem próxima a esta cifra. Desta forma, sua inclusão não alteraria a composição da hierarquia urbana e a das áreas de influência das cidades nos níveis intermediário e superior, cuja análise é o objetivo deste trabalho.

A Tabela 3 lista as 87 cidades com as respectivas populações em 1970 e 1985.

Com a definição das variáveis e das cidades, foram levantadas todas as informações, o que permitiu construir a matriz de 87 cidades por 15 variáveis (v. Tabela 4), que foi então submetida à análise fatorial, correlacionando-se as funções e os lugares, com a finalidade de atingir os objetivos enunciados para este trabalho.

O propósito da análise fatorial, em resumo, é o de esclarecer relações específicas entre muitas variáveis, de forma que as in-

formações totais (ou a maior parte delas), sejam explicadas através de componentes ou características (fatores) pouco numerosas, os quais podem ser classificados como novas e hipotéticas variáveis. Sua grande vantagem é, portanto, a de simplificar as relações entre numerosas variáveis, permitindo uma avaliação integrada desse universo.

As observações foram feitas primeiramente sobre p variáveis (as atividades urbanas) em relação a n objetos ou eventos (as cidades), onde n deve ser maior que p , o que estabelece a matriz n por p que precisa ser simplificada e interpretada. Na análise fatorial utilizada neste trabalho, a matriz dos dados é transformada em uma matriz simétrica de correlação $p \times p$, entre variáveis oscilando entre $-1,0$ e $1,0$. A finalidade da análise fatorial é a de quebrar esta matriz de correlação $p \times p$ em uma matriz fatorial $p \times k$ ($k \leq p$ onde k é o *rank* da matriz de correlação e é determinado pelo tamanho das raízes características da matriz de correlação. A raiz é a variância (ou informação) explicada pelo componente, ou fator, a qual ele representa, e a sua soma dá a variância total ou a quantidade total de informações disponíveis explicadas. A partir daí, o próximo passo é o de estabelecer os fatores, ou seja, uma nova variável que represente um grupo de variáveis originalmente correlacionadas, através de uma

TABELA 3

CIDADES COM MAIS DE 5000 HABITANTES EM 1970 E PROJEÇÃO DE SUAS POPULAÇÕES PARA 1985

(continua)

CIDADES	POPULAÇÃO RECENTEADA 1970	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO 1985
01. Acajutiba	5 929	7 019
02. Alagoinhas	54 671	90 193
03. Amargosa	7 679	13 365
04. Barra	8 946	11 829
05. Barreiras	10 292	51 360
06. Belmonte	7 265	8 607
07. Bom Jesus da Lapa	12 757	24 781
08. Brumado	15 602	30 978
09. Buerarema	7 260	11 998
10. Cachoeira	11 712	11 391
11. Caculé	5 069	7 293
12. Caetité	6 926	9 904
13. Camacan	8 268	20 123
14. Camaçari	13 586	94 273
15. Campo Formoso	5 155	14 540
16. Canavieiras	11 901	15 189
17. Candeias	26 235	53 582
18. Cândido Sales	5 712	9 404
19. Castro Alves	9 706	12 138
20. Catu	14 011	29 163
21. Coaraci	13 940	17 688
22. Conceição do Almeida	5 465	5 794
23. Conceição do Coité	6 613	13 085
24. Conceição do Jacuípe	7 198	13 682
25. Cruz das Almas	17 371	29 194
26. Espanhada	5 586	13 004
27. Euclides da Cunha	6 491	11 825
28. Feira de Santana	129 472	300 582
29. Floresta Azul	5 684	7 321
30. Gandu	6 444	16 972
31. Guanambi	10 811	35 529
32. Iaçú	5 497	12 599
33. Ibicaraí	15 493	19 684
34. Iguaí	5 615	7 812
35. Ilhéus	59 251	78 339
36. Ipiaú	18 738	33 035
37. Ipirá	5 925	15 187
38. Irecê	10 418	46 532
39. Itaberaba	16 335	35 800
40. Itabuna	91 202	155 500
41. Itajuípe	10 082	13 225
42. Itamaraju	10 989	54 471
43. Itambé	10 247	14 802
44. Itanhém	7 904	7 348
45. Itaparica	5 207	14 613
46. Itapetinga	30 957	40 138
47. Itarantim	5 346	7 581
48. Itororó	7 860	10 456
49. Jacobina	19 211	31 431

TABELA 3
CIDADES COM MAIS DE 5000 HABITANTES EM 1970 E PROJEÇÃO DE SUAS
POPULAÇÕES PARA 1985

(conclusão)

CIDADES	POPULAÇÃO RECENSEADA 1970	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO 1985
50. Jaguaquara	5 911	21 913
51. Jequié	62 998	98 225
52. Jeremoabo	5 046	3 690
53. Juazeiro	36 409	78 590
54. Livramento do Brumado	5 541	9 770
55. Maragogipe	12 844	13 848
56. Mata de São João	12 487	24 275
57. Medeiros Neto	9 878	11 288
58. Miguel Calmon	5 718	7 595
59. Muritiba	10 159	12 925
60. Nazaré	16 505	18 871
61. Pau Brasil	5 748	10 835
62. Paulo Afonso	38 802	78 330
63. Poções	10 548	19 700
64. Pojuca	5 999	15 199
65. Remanso	7 337	17 328
66. Riachão do Jacuípe	5 024	13 340
67. Ribeira do Pombal	7 018	16 935
68. Rui Barbosa	10 198	14 868
69. Salvador	1 017 591	1 805 969
70. Santa Maria da Vitória	6 938	24 959
71. Santana	5 303	9 514
72. Santo Amaro	20 877	35 185
73. Santo Antônio de Jesus	21 500	42 269
74. São Félix	5 787	7 836
75. São Francisco do Conde	5 103	5 794
76. São Gonçalo dos Campos	6 078	6 951
77. São Sebastião do Passé	8 282	20 165
78. Senhor do Bonfim	21 741	42 151
79. Serrinha	16 187	29 067
80. Simões Filho	5 992	52 890
81. Terra Nova	5 550	7 813
82. Tucano	5 538	7 341
83. Ubatã	12 581	19 699
84. Uruçuca	5 782	12 314
85. Valença	21 018	35 666
86. Vitória da Conquista	83 814	153 600
87. Xique-Xique	10 108	23 232

TABELA 4
MATRIZ DE DADOS ORIGINAIS

(continua)

CIDADES	VARIÁVEIS														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
01	1	0	1	2	1	0	0	42	0	1	0	141	1	1 272	2 082
02	5	32	86	65	14	6	179	367	3	21	31	3 096	19	15 691	20 700
03	4	14	9	15	5	1	114	119	3	3	3	276	3	3 105	3 566
04	3	4	10	4	2	0	37	228	1	3	2	188	1	3 012	2 282
05	6	39	45	26	8	3	157	157	3	20	22	1 564	9	7 446	7 927
06	2	10	9	5	2	0	28	33	0	5	4	269	2	1 103	2 863
07	4	8	18	13	4	2	72	313	1	5	12	692	6	7 600	3 884
08	5	63	40	22	9	5	76	195	4	16	31	914	7	6 387	7 484
09	3	17	10	4	2	0	0	42	0	2	1	278	2	1 536	4 164
10	3	9	17	17	5	5	15	147	0	2	0	42	0	3 532	4 737
11	2	8	4	4	1	1	30	97	1	2	3	185	2	1 600	2 121
12	4	14	14	8	4	2	82	273	1	5	9	282	3	2 644	3 133

TABELA 4
MATRIZ DE DADOS ORIGINAIS

(conclusão)

CIDADES	VARIÁVEIS														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
13	6	33	22	16	8	0	75	77	2	12	15	567	5	3 675	5 555
14	12	23	208	115	18	2	91	194	5	2 0	30	2 774	11	17 311	26 294
15	3	13	17	9	3	2	60	302	2	4	8	399	7	2 445	4 572
16	3	18	11	9	8	2	82	78	0	7	4	538	4	3 116	5 652
17	6	24	60	45	10	5	99	175	2	12	24	825	10	8 290	11 428
18	1	17	3	1	0	0	0	78	0	1	0	134	2	2 134	2 871
19	2	7	12	6	5	1	42	244	1	5	4	278	2	3 311	3 693
20	4	11	39	27	5	1	21	153	0	6	13	931	4	5 146	7 258
21	4	24	11	7	3	2	24	82	1	12	2	567	4	3 191	4 614
22	2	9	8	2	2	2	20	104	2	2	4	143	1	1 281	2 190
23	3	31	15	10	2	3	30	82	0	12	1	552	3	2 409	4 685
24	1	0	12	3	3	2	19	90	2	3	3	268	1	1 922	3 216
25	4	21	42	22	6	2	36	153	6	10	118	1 134	2	5 841	5 976
26	3	2	9	8	2	1	82	49	3	3	8	272	4	2 170	3 181
27	4	12	10	4	5	3	88	335	5	7	17	503	5	3 257	4 548
28	13	220	497	172	55	34	112	896	11	71	41	13 205	39	46 334	58 908
29	1	5	2	1	2	0	0	60	0	1	2	102	3	1 454	1 919
30	4	17	11	8	6	1	102	105	0	8	5	566	10	2 241	3 892
31	5	66	32	20	8	3	85	61	5	11	9	1 143	7	6 097	7 246
32	2	4	4	2	0	0	0	114	0	1	3	163	1	2 814	3 414
33	4	23	15	11	8	3	50	72	1	8	4	566	1	4 591	5 331
34	2	2	3	5	3	2	53	77	1	5	1	148	0	1 741	1 810
35	11	95	178	106	37	8	647	249	8	368	134	4 938	17	17 958	24 450
36	5	38	37	25	8	5	100	107	6	19	13	951	5	6 007	7 326
37	4	10	9	10	3	1	67	303	3	7	3	398	3	3 009	4 871
38	6	47	44	20	10	1	153	361	2	8	36	901	12	8 376	13 299
39	6	36	18	16	4	1	75	199	4	17	31	901	11	7 404	6 836
40	13	170	256	158	74	33	678	365	12	91	86	9 744	55	26 546	37 020
41	4	18	13	6	4	0	30	65	0	8	1	561	1	3 332	3 699
42	6	32	46	18	4	0	99	249	4	17	8	946	12	6 285	8 193
43	2	4	7	8	2	1	44	78	3	3	2	185	2	2 751	3 299
44	3	4	4	3	3	0	15	139	1	4	3	240	4	2 320	3 233
45	1	4	8	10	3	2	30	44	0	3	0	290	11	1 033	2 936
46	6	25	45	24	12	1	137	119	22	15	14	1 733	13	8 479	9 808
47	1	1	2	3	1	1	50	64	2	0	2	167	1	1 554	1 931
48	4	17	10	6	5	1	42	90	1	5	1	283	1	2 875	3 455
49	6	54	65	26	11	4	165	442	2	11	10	1 471	20	9 217	15 174
50	3	10	11	8	2	0	124	91	1	6	7	583	4	2 979	5 263
51	8	74	106	86	30	14	328	291	21	48	25	3 850	27	18 913	23 106
52	2	1	4	6	1	0	30	164	2	2	3	187	1	1 478	3 245
53	7	88	119	63	20	5	552	257	2	23	39	108	13	15 941	19 462
54	2	2	5	0	0	1	60	202	1	6	2	284	4	1 627	2 607
55	2	2	8	1	1	0	21	201	0	0	0	276	4	4 337	4 883
56	2	5	17	28	2	2	56	67	3	1	2	564	4	3 375	4 560
57	4	3	5	5	1	0	51	110	3	4	2	374	2	2 439	3 575
58	3	5	7	6	2	0	36	112	0	2	2	179	2	1 910	2 736
59	2	2	11	10	3	2	20	128	0	2	0	1 011	1	2 432	3 336
60	4	11	13	14	4	3	111	92	1	5	6	528	4	3 148	4 462
61	2	4	2	3	4	0	0	45	0	2	2	144	2	1 744	2 073
62	5	14	54	35	12	1	187	131	1	9	51	982	4	9 630	13 157
63	2	15	9	6	3	1	93	187	1	4	2	354	4	3 985	4 267
64	1	4	18	19	4	0	132	46	0	4	9	443	2	2 469	3 439
65	3	13	9	6	3	4	92	122	0	4	3	299	0	3 872	3 177
66	3	20	9	19	6	1	23	303	1	12	4	347	2	2 170	5 268
67	4	11	11	12	3	4	58	151	3	6	22	537	3	3 156	5 753
68	3	13	7	5	5	4	109	124	6	8	5	278	3	2 085	3 854
69	121	982	3 638	3 766	1 971	1 190	8 328	3 585	410	3 145	7 641	199 289	157	250 093	404 529
70	4	32	14	7	6	5	60	134	2	8	5	474	7	5 395	3 469
71	3	6	6	10	2	2	72	100	2	5	2	302	1	2 379	2 154
72	4	16	39	56	11	4	21	192	1	6	9	749	8	9 324	10 734
73	6	38	88	38	7	7	160	193	5	5	10	1 572	8	8 961	10 149
74	3	4	7	18	1	2	64	76	0	8	0	0	4	1 830	1 878
75	1	12	17	10	3	0	21	82	0	4	15	157	3	356	3 377
76	4	12	12	8	2	1	38	105	1	5	0	261	1	1 839	2 920
77	3	1	19	32	6	2	14	103	2	3	6	482	4	3 239	5 425
78	6	34	40	23	8	1	113	276	4	11	18	1 578	8	11 252	11 282
79	4	27	27	21	9	1	158	280	2	14	4	751	6	6 198	7 197
80	5	31	144	101	46	1	22	106	1	162	130	1 841	6	3 919	9 696
81	1	0	2	3	2	0	0	46	1	2	3	79	2	952	1 791
82	3	64	2	6	2	2	53	172	0	1	4	181	1	2 447	3 430
83	3	18	8	6	4	1	0	50	0	5	1	386	7	3 969	4 163
84	2	11	6	4	3	2	6	80	0	0	5	274	2	2 107	2 821
85	5	32	51	19	7	3	158	214	0	12	14	938	8	6 888	8 773
86	12	212	223	108	44	22	670	447	28	81	101	3 926	39	26 381	32 896
87	3	8	9	6	4	0	57	275	3	11	3	445	4	4 966	4 724

matriz rotacionada, e os escores dos fatores dados pelo produto da matriz do coeficiente de regressão dos escores dos fatores, com a matriz dos dados padronizados. Assim, os passos básicos, resumidamente, são os seguintes:

- determinação da matriz dos dados originais ($n \times p$);
- determinação das correlações entre todas as variáveis ($p \times p$);
- determinação dos pesos das variáveis nos fatores ($p \times k$);
- rotação da matriz de fatores $p \times k$ a uma estrutura simples; e
- determinação dos escores dos fatores por evento (lugar).

RESULTADOS ALCANÇADOS

A aplicação do programa de análise fatorial permitiu, inicialmente, obter as correlações entre as variáveis escolhidas, onde pode ser verificado que as mesmas são altamente correlacionadas, como ocorreu também no trabalho de 1973 (v. Tabela 5). O programa utilizado foi o da SUDENE-PSUSRE com adaptações visando a seu emprego no sistema VAX-1185, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica da UFBA.

Com base na elevada interdependência entre as variáveis escolhidas, foi extraído um só fator que, sozinho, passou a explicar 97,6% da variância, ou seja, das informações totais, valor próximo ao de 1973 (98,4%). Este fator, resumindo todas as funções urbanas, também é considerado neste trabalho com um indicador do desenvolvimento urbano, ou seja, ele corresponde, sozinho, a uma medida do estágio de desenvolvimento das cidades.

A Tabela 6 mostra o peso de cada variável no fator 1 e as comunalidades que correspondem à variância de uma determinada variável contada pelo fator. Há maior uniformidade na distribuição dos pesos das variáveis neste trabalho do que no de 1973, o que aponta para uma melhor distribuição das variáveis (funções urbanas) no sistema urbano do Estado como um todo.

Já a Tabela 7 lista os escores do fator 1 para as 87 cidades, hierarquizados por ordem de escore e com a indicação da população para efeito de comparação, a exemplo do que foi feito em 1973.

Também são indicados os escores esperados segundo a população dos centros e os resíduos. Observa-se, igualmente, que não há coincidência plena entre a hierarquização por escores e a demográfica, ou seja, há ci-

TABELA 5
MATRIZ DE CORRELAÇÃO

VARIÁVEIS	VARIÁVEIS														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
01 — BNCO	1,00														
02 — CATC	0,96	1,00													
03 — EMPR	0,99	0,97	1,00												
04 — MEDI	0,99	0,96	0,99	1,00											
05 — DENT	0,99	0,95	0,99	1,00	1,00										
06 — FARM	0,99	0,95	0,99	1,00	1,00	1,00									
07 — CAMA	0,99	0,96	0,99	0,99	0,99	0,99	1,00								
08 — SALA	0,97	0,96	0,97	0,96	0,96	0,95	0,96	1,00							
09 — VET	0,99	0,96	0,99	1,00	1,00	1,00	0,99	0,96	1,00						
10 — ADVG	0,99	0,95	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,95	0,99	1,00					
11 — ENG	0,98	0,94	0,99	1,00	1,00	1,00	0,99	0,95	1,00	0,99	1,00				
12 — FONE	0,99	0,96	0,99	1,00	1,00	1,00	0,99	0,96	1,00	0,99	1,00	1,00			
13 — LBUS	0,94	0,97	0,93	0,91	0,90	0,90	0,92	0,94	0,91	0,90	0,89	0,91	1,00		
14 — ÁGUA	0,99	0,98	0,99	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	0,98	0,95	1,00	
15 — ENER	1,00	0,98	1,00	0,99	0,99	0,99	0,99	0,98	0,99	0,98	0,98	0,99	0,95	1,00	1,00

TABELA 6
PESO DAS VARIÁVEIS E COMUNALIDADES

VARIÁVEIS	COEFICIENTE DE REGRESSÃO DO FATOR 1	COMUNALIDADES
01 – Número de agências bancárias	0,07	1,00
02 – Número de médicos	0,07	1,00
03 – Número de dentistas	0,07	0,99
04 – Número de veterinários	0,07	0,99
05 – Número de farmacêuticos	0,07	0,99
06 – Número de advogados	0,07	0,99
07 – Número de engenheiros	0,07	0,99
08 – Número de salas de aula do ensino médio	0,07	0,97
09 – Número de leitos de hospital	0,07	0,99
10 – Número de ligações de água encanada	0,07	0,99
11 – Número de ligações de energia elétrica	0,07	1,00
12 – Número de telefones	0,07	1,00
13 – Número de estabelecimentos do comércio atacadista	0,07	0,98
14 – Número de empresas com 10 e mais em- pregados	0,07	1,00
15 – Número de linhas de ônibus intermunicipais	0,06	0,94
PORCENTAGEM DE EXPLANAÇÃO		97,67

TABELA 7

**ESCORES OBTIDOS E ESCORES ESPERADOS POR POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1985
SEGUNDO AS CIDADES OBSERVADAS**

(continua)

CIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ESCORES		RESÍDUOS
		Obtidos	Esperados	
01.Salvador	1 805 969	134,1850	134,1356	0,0494
02.Feira de Santana	300 528	10,0902	13,2997	- 3,2095
03.Itabuna	155 500	7,9252	5,0552	2,8730
04.Vitória da Conquista	153 600	7,1452	4,9481	2,1971
05.Ilhéus	78 339	4,0672	0,9072	3,1600
06.Jequié	98 225	2,8630	1,9593	0,9037
07.Juazeiro	78 590	1,3532	0,9205	0,4327
08.Camaçari	94 273	1,0899	1,7494	- 0,6595
09.Alagoinhas	90 193	0,9302	1,5330	- 0,6028
10.Jacobina	31 431	0,7291	- 1,5301	2,2592
11.Irecê	46 532	- 0,1378	- 0,7522	0,6144
12.Itapetinga	40 138	- 0,4795	- 1,0824	0,6029
13.Simões Filho	52 890	- 0,4890	- 0,4228	- 0,0662
14.Senhor do Bonfim	42 151	- 0,6076	- 0,9786	0,3710
15.Santo Antônio de Jesus	42 269	- 0,6442	- 0,9725	0,3283
16.Itamaraju	54 471	- 0,8069	- 0,3407	- 0,4662
17.Candeias	53 582	- 0,8953	- 0,3869	- 0,5084
18.Barreiras	51 360	- 0,9371	- 0,5022	- 0,4349
19.Brumado	30 978	- 0,9581	- 1,5533	0,5952

TABELA 7

**ESCORES OBTIDOS E ESCORES ESPERADOS POR POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1985
SEGUNDO AS CIDADES OBSERVADAS**

(continua)

CIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ESCORES		RESÍDUOS
		Obtidos	Esperados	
20.Itaberaba	35 800	- 1,0086	- 1,3057	0,2971
21.Valença	35 666	- 1,1230	- 1,3126	0,1896
22.Serrinha	29 067	- 1,2760	- 1,6513	0,3753
23.Guanambi	35 529	- 1,3298	- 1,3196	- 0,0102
24.Santo Amaro	35 185	- 1,3401	- 1,3373	- 0,0028
25.Paulo Afonso	78 330	- 1,3478	0,9068	- 2,2546
26.Ipiaú	33 035	- 1,4686	- 1,4478	- 0,0208
27.Bom Jesus da Lapa	24 781	- 1,5942	- 1,8706	0,2764
28.Euclides da Cunha	11 825	- 1,6082	- 2,5303	0,9221
29.Cruz das Almas	29 194	- 1,7636	- 1,6447	- 0,1189
30.Campo Formoso	14 540	- 1,7989	- 2,3924	0,5935
31.Santa Maria da Vitória	24 959	- 1,8548	- 1,8615	0,0067
32.Camacan	20 123	- 1,8932	- 2,1083	0,2151
33.Ipirá	15 187	- 1,9152	- 2,3596	0,4444
34.Xique-Xique	23 232	- 1,9721	- 1,9497	- 0,0224
35.Caetité	9 904	- 2,0212	- 2,6277	0,6065
36.Riachão do Jacuípe	12 340	- 2,0217	- 2,5042	0,4825
37.Gandu	18 972	- 2,0457	- 2,2688	0,2231
38.Catu	29 163	- 2,0569	- 1,6463	- 0,4106
39.Tucano	7 341	- 2,1330	- 2,7575	0,6245
40.Ribeira do Pombal	16 935	- 2,2143	- 2,2707	0,0564
41.Poções	19 700	- 2,2850	- 2,1299	- 0,1551
42.Amargosa	13 365	- 2,3138	- 2,4221	0,1383
43.Nazaré	18 871	- 2,3441	- 2,1721	- 0,1720
44.Rui Barbosa	14 868	- 2,3459	- 2,3758	0,0299
45.Coaraci	17 688	- 2,3629	- 2,2323	- 0,1306
46.Castro Alves	12 138	- 2,3917	- 2,5144	0,1227
47.Ibicaraí	19 684	- 2,4114	- 2,1307	- 0,2807
48.Canavieiras	15 189	- 2,4265	- 2,3595	- 0,0670
49.Jaguaquara	21 913	- 2,4533	- 2,0170	- 0,4363
50.Conceição do Coité	13 085	- 2,4542	- 2,4663	0,0121
51.São Sebastião do Passé	20 165	- 2,4907	- 2,1062	- 0,3845
52.Maragogipe	13 848	- 2,4925	- 2,4276	- 0,0649
53.Ubatã	16 699	- 2,4966	- 2,1299	- 0,3667
54.Barra	11 829	- 2,5260	- 2,5301	0,0041
55.Livramento do Brumado	9 770	- 2,5627	- 2,6345	0,0718
56.Mata de São João	24 275	- 2,6101	- 1,8964	- 0,7137
57.Itororó	10 456	- 2,6163	- 2,5997	- 0,0166
58.Cachoeira	11 391	- 2,6174	- 2,5523	- 0,0651
59.Remanso	17 328	- 2,6254	- 2,2507	- 0,3747
60.Itanhém	7 348	- 2,6316	- 2,7572	0,1256
61.Medeiros Neto	11 288	- 2,6370	- 2,5575	- 0,0795
62.Itajuípe	13 225	- 2,6672	- 2,4592	- 0,2080
63.São Gonçalo dos Campos	6 951	- 2,6846	- 2,7773	0,0927
64.Itaparica	14 613	- 2,7231	- 2,3887	- 0,3344
65.Esplanada	13 004	- 2,7301	- 2,4705	- 0,2596
66.São Félix	7 836	- 2,7600	- 2,7325	- 0,0275
67.Santana	9 514	- 2,7643	- 2,6475	- 0,1168
68.Miguel Calmon	7 595	- 2,7959	- 2,7447	- 0,0512
69.Jeremoabo	3 690	- 2,8292	- 2,9421	- 0,1129

TABELA 7

ESCORES OBTIDOS E ESCORES ESPERADOS POR POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1985
SEGUNDO AS CIDADES OBSERVADAS

(conclusão)

CIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	ESCORES		RESÍDUOS
		Obtidos	Esperados	
70.Muritiba	12 925	-2,8426	-2,4745	-0,3681
71.Itambé	14 802	-2,8547	-2,3791	-0,4756
72.Buerarema	11 998	-2,9035	-2,5215	-0,3820
73.Pojuca	15 199	-2,9099	-2,3589	-0,5510
74.Caculé	7 293	-2,9259	-2,7600	-0,1659
75.Conceição do Almeida	5 794	-2,9322	-2,8358	-0,0964
76.Uruçuca	12 314	-2,9336	-2,5055	-0,4281
77.São Francisco do Conde	5 794	-2,9356	-2,8358	-0,0998
78.Iaçú	12 599	-2,9734	-2,4910	-0,4824
79.Cândido Sales	9 404	-3,0225	-2,6531	-0,3694
80.Conceição do Jacuípe	13 682	-3,0552	-2,4360	-0,6192
81.Belmonte	8 609	-3,0698	-2,6934	-0,3764
82.Iguaí	7 812	-3,0872	-2,7337	-0,3535
83.Pau Brasil	10 835	-3,1497	-2,5805	-0,5692
84.Floresta Azul	7 321	-3,1633	-2,7585	-0,4048
85.Itarantim	7 581	-3,1781	-2,7454	-0,4327
86.Terra Nova	7 813	-3,2855	-2,7336	-0,5519
87.Acajutiba	7 019	-3,3647	-2,7738	-0,5909

dades que apresentam escores mais elevados do que outras, mesmo tendo população inferior, o que ocorre, a título de exemplo, com Ilhéus em relação a Jequié, Juazeiro, Camaçari e Alagoinhas.

Este aspecto pode ser analisado globalmente através da Figura 1, que mostra uma alta correlação entre os escores do fator 1 e a população. Neste gráfico, destacam-se pontos acima ou abaixo da linha de regressão, indicando os centros que apresentam escores acima do que seria esperado, considerando o seu tamanho demográfico (resíduos positivos) e escores abaixo da predição pelo modelo (resíduos negativos).

Os centros urbanos que obtiveram indicadores acima do esperado, com base na população, distribuem-se razoavelmente bem sobre todo o território, abrangendo quase todos os mais importantes núcleos, mas também alguns de menor relevância. Já os centros com escores abaixo do esperado estão bem concentrados sobretudo no Recôncavo, Litoral Norte e, com maior dispersão, na Região Cacaueira e adjacências.

Com base nos escores do fator 1, é possível também propor uma hierarquia urbana,

ou seja, uma classificação funcional das cidades, passível de ser comparada com a de 1973 (Tabela 8).

Comparando esta classificação hierárquica das cidades baianas com a de 1973, observa-se, inicialmente, que várias cidades que constaram da primeira relação das 25 mais importantes não participam mais da atual lista. São elas: Cruz das Almas, Cachoeira, Nazaré, Ibicaraí, Catu, Coaraci e Caetité. Em termos relativos, estes centros perderam na competição com outros centros, que passaram a fazer parte da lista atual. São eles: Camaçari, Irecê, Simões Filho, Itamaraju, Barreiras, Brumado e Guanambi. É significativo destacar, nas cidades que saíram da relação, a predominância de centros do tradicional Recôncavo (Cruz das Almas, Cachoeira, Nazaré e Catu) e da zona cacaueira (Ibicaraí e Coaraci, bem próximas de Itabuna). Das cidades que entraram na relação, duas delas expressam o dinamismo da Região Metropolitana de Salvador (Camaçari e Simões Filho) e, as outras, a importante retomada do crescimento regional de algumas áreas como Guanambi, Brumado e Barreiras, além da expansão de novas áreas

FIGURA 1
CORRELAÇÃO ENTRE FATOR 1
E POPULAÇÃO

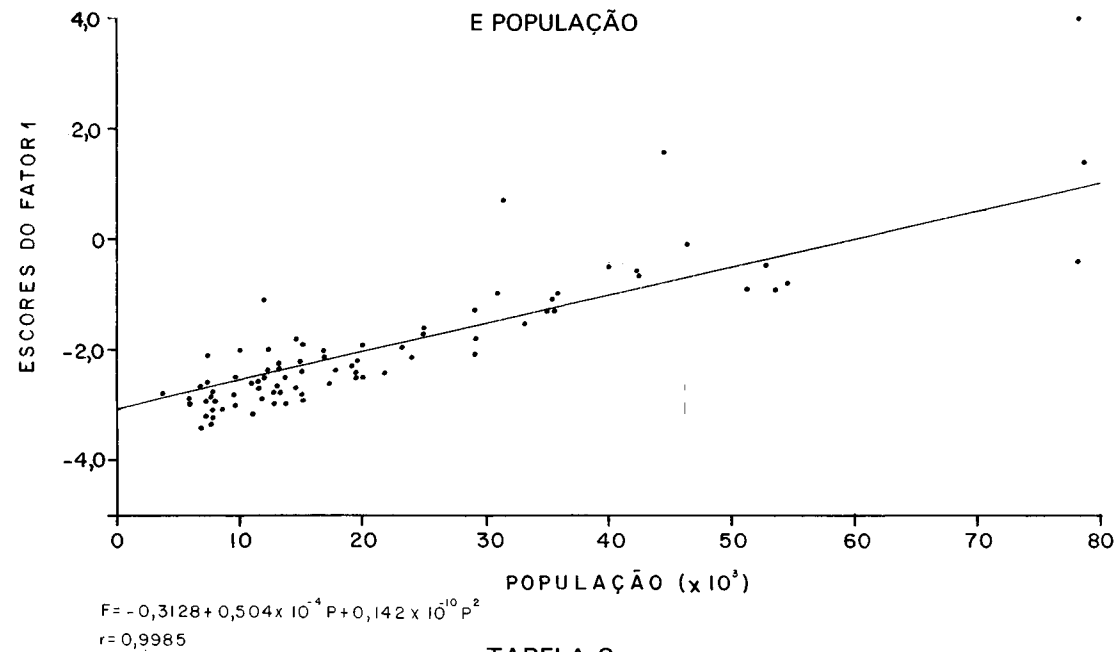


TABELA 8
PROPOSIÇÃO DE HIERARQUIA URBANA – 1985

ORDENS	CIDADES	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL
1	Salvador	Metrópole Regional
	Feira de Santana	
2	Itabuna	Capital Regional de 1ª ordem
	Vitória da Conquista	
	Ilhéus	
	Jequié	
	Juazeiro	
3	Camaçari (1)	Capital Regional de 2ª ordem
	Alagoinhas	
	Jacobina	
	Irecê	
	Itapetinga	
4	Simões Filho (1)	Centro Regional de 1ª ordem
	Senhor do Bonfim	
	Santo Antônio de Jesus	
	Itamaraju	
	Candeias (1)	
5	Barreiras	Centro Regional de 2ª ordem
	Brumado	
	Itaberaba	
	Valença	
	Serrinha	
	Guanambi	
6	Santo Amaro	Centro Regional de 3ª ordem
	Paulo Afonso	
	Ipiaú	

(1) Cidades componentes da Região Metropolitana de Salvador.

como Itamaraju (extremo sul) e Irecê (centro-norte).

Por outro lado, das cidades que permaneceram na relação dos mais importantes centros em 1973 e em 1985, quatro subiram de posição hierárquica (Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Itaberaba e Candeias) e cinco caíram de nível (Itapetinga, Santo Amaro, Paulo Afonso, Ipiaú e Serrinha), certamente expressando as Avariações no dinamismo das economias sub-regionais.

Elaboramos, também, um mapa (Figura 2) que mostra a distribuição espacial dos escores do desenvolvimento urbano, através de isocores. Considerando a relevância desse indicador do papel funcional das cidades, assumimos, como no trabalho de 1973, que a distribuição dos isocores expressa a organização do espaço na Bahia, pelos centros urbanos de melhor nível.

Da mesma forma que em 1973, observa-se, também, que a Bahia em 1985 ainda não está integrada do ponto de vista de organização do espaço, pelas cidades com expressivo tamanho funcional, mas nota-se que houve melhoria. Com efeito, a extensa região central, que em 1973 se caracterizou por ser uma área de fraquíssima integração urbana, agora melhorou sua posição em termos relativos, o mesmo ocorrendo com outras áreas do território baiano (nordeste e extremo sul). Entretanto, as áreas de menor integração localizam-se, ainda hoje, em uma pequena porção do nordeste, outra entre Salvador e Feira de Santana e em uma faixa estreita entre Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. Deve-se ressaltar, também, que esta análise é comparativa à de 1973, tomando-se, portanto, as mesmas 87 cidades que, em 1970, tinham mais de 5 000 habitantes. Se a análise fatorial fosse feita sobre todas as cidades acima de 5 000 habitantes em 1985, o padrão de organização do espaço baiano pelos centros urbanos seria mais expressivo somente nos níveis inferiores da estrutura urbana.

Constata-se, nos níveis intermediário e superior, que Salvador permanece, em nossa análise, como a cabeça do sistema urbano estadual e que, bem abaixo desse nível, destacam-se, em termos de importância, dois outros de caráter urbano-regional:

— o primeiro, formado pelas áreas de Feira de Santana—Alagoinhas, Itabuna—Ilhéus,

Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro—Jacobina;

— o segundo nível, que se destaca especialmente, é o das áreas de Irecê, Santo Antônio de Jesus, Itamaraju, Barreiras e Brumado.

Este segundo nível de subcentros regionais merece um destaque pelo crescimento atingido com relação à situação de 1973, em particular por Itamaraju e Barreiras.

Para fins de conclusão da comparação com o trabalho de 1973, elaboramos uma análise de correlação entre a população e uma das variáveis, no caso, a distribuição dos médicos, com base em uma equação de 2º grau. Observa-se que a relação entre as duas variáveis aparece como curvilínea (Figura 3), a exemplo do que foi detectado no estudo anterior, quando foi obtida uma correlação superior à atual ($r = 0,98$ contra $r = 0,93$). Considerando a posição excepcionalmente alta de Salvador, os dados da capital, em 1985, também não fizeram parte desta análise de correlação.

Esta análise permitiu o cálculo do número de médicos esperados em relação ao tamanho das cidades. A Tabela 9 cita o número de médicos esperados em 1973 e 1985 segundo determinados tamanhos de cidades e de acordo com os modelos empregados. Calculando-se a proporção entre o número de médicos segundo diversos tamanhos das cidades, constata-se que, em termos preditivos, havia um só médico para cada 2 000 habitantes em 1973, enquanto que, em 1985, esta relação subiu para dois médicos para 2 000 habitantes, o que expressa uma mudança relevante.

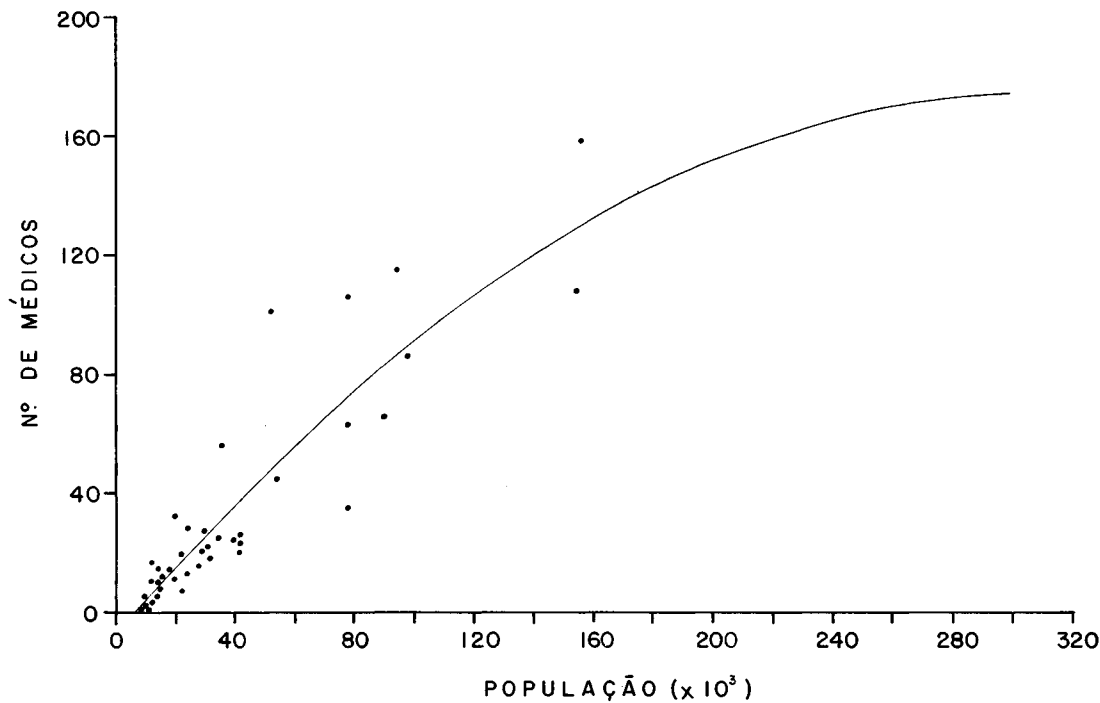
As cidades que possuem um número mais elevado estão significativamente nas regiões do Recôncavo e Cacaueira, exceção de Santana, no oeste do estado. Os núcleos com número de médicos igual ao esperado envolvem, também, as áreas do Recôncavo e Cacaueira, e os que têm um número de médicos abaixo do esperado distribuem-se sobretudo nas áreas periféricas.

Finalmente, é relevante fazer, também, uma comparação entre a proporção da população e do escore do fator 1 de Salvador e das oito cidades de maior nível hierárquico no estado, isto para o início da década de 70 e para meados da década de 80 (Tabela 10). Confirma-se, de modo absoluto, que a

FIGURA 2
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SEGUNDO ESCORES DE DESENVOLVIMENTO URBANO— 1985



FIGURA 3
CORRELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE MÉDICOS E POPULAÇÃO



$M = -7,9997 + 1,1977 \times 10^{-3} P - 1,9752 \times 10^{-5} P^2$
 $r = 0,9286$

TABELA 9

NÚMERO DE MÉDICOS ESPERADOS, SEGUNDO O TAMANHO DAS CIDADES E A POPULAÇÃO

CIDADES SEGUNDO A POPULAÇÃO	NÚMERO DE MÉDICOS ESPERADOS	
	1973	1985
10 000	4	4
15 000	7	10
20 000	10	15
25 000	13	21
30 000	16	26
35 000	19	32
40 000	22	37
45 000	25	42
50 000	28	47
55 000	30	52
60 000	33	57
65 000	36	62
70 000	37	66
75 000	40	71
80 000	42	75
85 000	44	80
90 000	45	84
100 000	49	92
110 000	52	100
120 000	55	107
130 000	58	114

TABELA 10

PROPORÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO E O ESCORE DO FATOR 1 DE SALVADOR E O DAS 8 CIDADES DE MAIOR NÍVEL HIERÁRQUICO NO ESTADO — 1973-1985

CIDADES	POPULAÇÃO 1970	PROPORÇÃO COM BASE NA POPU- LAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1985	PROPORÇÃO COM BASE NA POPU- LAÇÃO 1985
Salvador	1 017 591	—	1 805 969	—
TOTAL DAS CIDADES SEM SAL- VADOR	548 774	1,85	1 049 302	1,72
Feira de Santana	129 472	7,86	300 582	6,01
Itabuna	91 202	11,16	155 500	11,61
Vitória da Conquista	83 814	12,14	153 600	11,76
Ilhéus	59 251	17,17	78 339	23,05
Jequié	62 998	16,15	98 225	18,39
Juazeiro	36 409	27,95	78 590	22,98
Itapetinga	30 957	32,87	—	—
Alagoinhas	54 671	18,61	90 193	20,02
Camaçari	—	—	94 273	19,16

CIDADES	ESCORE DO FATOR 1 1973	PROPORÇÃO COM BASE NOS ESCORES 1973	ESCORE DO FATOR 1 1985	PROPORÇÃO COM BASE NOS ESCORES 1985
Salvador	-9,1347	—	134,1850	—
TOTAL DAS CIDADES SEM SAL- VADOR	-2,0749	4,40	35,4641	3,78
Feira de Santana	-0,6813	13,41	10,0902	13,30
Itabuna	-0,3629	25,17	7,9252	16,93
Vitória da Conquista	-0,3367	27,13	7,1452	18,78
Ilhéus	-0,2568	35,57	4,0672	32,99
Jequié	-0,2279	40,08	2,8630	46,87
Juazeiro	-0,0734	124,45	1,3532	99,16
Itapetinga	-0,0700	130,50	—	—
Alagoinhas	-0,0659	138,61	0,9302	144,25
Camaçari	—	—	1,0899	123,12

Fonte — Silva & Xavier (1973) e cálculos dos Autores.

proporção entre Salvador e as demais cidades com base no fator 1 (o indicador do desenvolvimento urbano) não corresponde, nos dois períodos, à proporção estabelecida com base na população. Isto significa dizer que a distância entre Salvador e as oito mais importantes cidades é maior quanto ao estágio de desenvolvimento urbano do que com relação à distância existente com base em uma comparação demográfica. Em outras palavras, o grau de desenvolvimento

das oito cidades não é compatível com o seu tamanho demográfico, o que corresponde a um indicador de desequilíbrio interurbano. Nota-se, também, que Itapetinga é substituída, na lista das oito cidades de maior nível hierárquico, por Camaçari, pertencente à Região Metropolitana de Salvador e sede do Pólo Petroquímico da Bahia. Por outro lado, Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro melhoraram na posição relativa a Salvador,

com relação à proporção dos escores, mesmo quando isto deixa de ocorrer com relação à proporção demográfica. Somente Feira de Santana, Vitória da Conquista e Juazeiro reduzem suas proporções com base nos critérios demográficos e de desenvolvimento urbano (escores). Isto acaba influenciando positivamente na comparação do total das oito cidades em 1970 com relação a 1980, ou seja, nesse período ocorre uma melhoria da posição das cidades intermediárias com relação a Salvador, tanto no aspecto demográfico como no de desenvolvimento urbano.

CONCLUSÕES

As análises efetuadas permitiram comprovar a validade de estudos comparativos,

realizados em diferentes épocas, sobre o mesmo espaço, com o emprego da mesma metodologia. Com efeito, com essas características, a evolução recente de elementos importantes da organização espacial pôde ser objetivamente analisada. Confirmando isto, foi possível mostrar as principais alterações na organização do espaço pelas cidades no Estado da Bahia, com destaque para as modificações na área central (Jacobina e Irecê) e nas partes periféricas (Itamaraju e Barreiras). Foi possível demonstrar, também, de forma comparativamente objetiva, as cidades que mais se beneficiaram e as que tiveram maior retração. Já a relação entre Salvador e as cidades intermediárias demonstrou uma relativa melhoria da posição dessas últimas, o que é significativo em termos de uma mais efetiva organização urbano-regional do território baiano.

BIBLIOGRAFIA

- DAWSON, J. A.; UNWIN, D. J. *Computing for geographers*. New York, Crane, Russak & Company, Inc., 1976. 362p.
- FAISSOL, S. Análise Fatorial: problemas e aplicações na Geografia, especialmente nos Estudos Urbanos. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34 (4): 77-100, out./dez. 1972.
- GEIGER, P. P. Cidades do Nordeste. Aplicação de "factor analysis" no estudo de cidades nordestinas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 32 (4): 131-172, out./dez. 1970.
- JOHNSTON, R. J. Análise dos componentes principais e Análise Fatorial na pesquisa geográfica: alguns problemas e questões. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 44 (4): 678-702, out./dez. 1982.
- KIM, J.; MULLER, C. W. *Introduction to Factor Analysis: What it is and how to do it*. Beverly Hills and London, Sage Publications, 1978 (Series: Quantitative Applications in the Social Sciences, 07-013).
- _____. *Factor Analysis: Statistical methods and practical issues*. Beverly Hills and London, Sage Publications, 1978 (Series: Quantitative Applications in the Social Sciences, 07-014).
- NIE, N. H. et alii. *SPSS — Statistical package for the social sciences*. 2. ed. New York, McGraw-Hill, 1975.
- PEDROSA, A. A.; PORCARO, R. M. O uso da Análise Fatorial na caracterização geral da área de influência de Presidente Prudente. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 35 (4): 113-136, out./dez. 1973.
- SILVA, B. C. N.; SILVA, S. C. B. de M. Urbanização e política de desenvolvimento regional no Estado da Bahia. *Geografia*, Rio Claro, 12 (23): 15—30, abr. 1987.
- SILVA, S. C. B. de M. O sistema urbano de Salvador e sua inserção no contexto nacional. *Geografia*, Rio Claro, 10 (19): 41-59, abr. 1985.
- _____. Centralidade urbana no Estado da Bahia: Um estudo comparativo. *Geografia*, Rio Claro, 12 (24): 103-118, out. 1987.
- _____.; GALBRATTH, J. H. A organização do espaço na Bahia: uma Análise Fatorial. *Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, SEPLANTEC-UFBA, 1973, p. 53-71.
- _____.; Xavier, E. de A. Considerações em torno de uma política de desenvolvimento regional para o Estado da Bahia. *Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado da Bahia*. Salvador, SEPLANTEC-UFBA, 1973, p. 107-115.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de contribuir para o conhecimento das mudanças recentes da organização do espaço na Bahia através de uma comparação em dois momentos: o primeiro, expressando a situação no início da década de 70 e, o segundo, em meados da década de 80. Esta comparação foi realizada com base na aplicação da mesma metodologia, a análise fatorial, para as duas situações. A organização espacial é assumida como uma expressão do papel das cidades, analisando-se a distribuição das funções urbanas com uso da análise fatorial. Os resultados obtidos permitiram mostrar as principais alterações na organização do espaço no Estado da Bahia, com destaque para o crescimento observado na área central (Jacobina e Irecê) e nas partes periféricas (Itamaraju e Barreiras). A relação entre Salvador e as cidades intermediárias demonstrou uma relativa melhoria da posição destas últimas, o que é significativo em termos de uma mais efetiva organização urbano-regional no território baiano.

ABSTRACT

A MEASUREMENT OF THE RECENT EVOLUTION OF THE SPATIAL ORGANIZATION OF THE STATE OF BAHIA

The aim of this paper is to contribute for better understanding of the Bahia through a comparison of a dual stage evolution. The earlier one showing the situation in the beginning of the 1970's and the second in the middle of the 1980's. This comparison was made through an application of the same methodology — the factor analysis — for both the periods. The spatial organization is assumed as an expression of the coordination role of cities which determined the analysis of the urban functions by means of the said method. The obtained results led to conclude that the most important growth changes in the spatial organization of Bahia occurred mainly in the central area (Jacobina and Irecê) and in the peripheral zones (Itamaraju and Barreiras). The relation between Salvador and the secondary cities showed a relatively better improvement of the latter, which is significant in terms of a more effective urban-regional organization in the State of Bahia.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DIFUSÃO ESPACIAL DE UTILIDADES DOMÉSTICAS NO BRASIL: A PROPAGAÇÃO DAS MODERNIZAÇÕES EM REGIÃO PERIFÉRICA (NORDESTE DO PAÍS)*

Nilson Crocia de Barros **

INTRODUÇÃO

As modificações na composição dos bens e serviços produzidos no Brasil, nas últimas décadas, envolveram significados sócio-espaciais notáveis, particularmente acentuados, se se leva em consideração um dos caracteres centrais do país, a saber, a sua complexidade espaço-estrutural.

No que se reporta ao processo de industrialização/urbanização, e organização espacial do país, a literatura é ampla (Cano, 1977; Oliveira, 1977; Singer, 1977; Becker, 1982). Examinando-se o problema pelo aspecto do consumo, se é levado a admitir desdobramentos deste processo, pelo território brasileiro; sem dúvida, a expansão espacial do consumo, propiciada por várias circunstâncias, ajuda no entendimento da própria mencionada industrialização.

O presente trabalho procura, à maneira de ensaio, combinando informações obtidas através dos Censos Nacionais (IBGE) e de

levantamento direto, investigar padrões e processo de difusão de bens de uso doméstico (Pedersen, 1970: apud: Santos, 1979b: 35), no território brasileiro, orientado pelo pressuposto do importante papel desempenhado pelas disponibilidades de renda nas absorções diferenciais de utilidades, pelos núcleos familiares em países pobres (Santos, 1979a: 29).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DIFUSÃO ESPACIAL DE INOVAÇÕES

O termo "difusão" foi cunhado por Tylor (1871), significando a propriedade de denominar processos de homogeneização cultural por propagação de elementos. Inscreve-se, assim, na tradição antropológica, como paradigma de entendimento das mudanças culturais, por via da extensão de elementos de uma cultura para outra. A ênfase é menor em invenções independentes em culturas paralelas que em presença ou não de

* Recebido para publicação em 30 de junho de 1988.

Trabalho apresentado ao "Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano", outubro de 1987, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE.

O autor agradece à CAPES, pelo auxílio à pesquisa.

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. *R. bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 51 (4): 71-78, out./dez. 1989

transmissões, interinfluências. Da escola difusionista alemã histórico-cultural ou histórico-geográfica, ou austro-alemã, em cujos estudos F. Ratzel participara (Santos, 1979b: 30; Correa 1986:85-6), advém a imagem dos *Kulturkreise* — círculos culturais. Nos Estados Unidos, o pensamento difusionista é sistematizado por Franz Boas, em perspectiva de rigor descritivo e indutivo, apoiada em trabalhos de campo, no que se fixaram conceitos de amplo uso antropológico, como padrão cultural — “área cultural” — entendida como: pequenas unidades geográficas baseadas em elementos culturais, teoricamente circulares (Harris, 1968: 373).

O acervo de contribuições geográficas ao tema se distingue, a princípio, pelo estudo de disseminação de plantas, animais (ora em perspectiva zoológica e botânica, ora agrícola), difusão de raças, religiões, técnicas de produção, e outros elementos (Santos, 1979b: 29; Chisholm, 1979: 131-4). Poder-se-fa intuir que a idéia de “difusão” carregava consigo oposição ao “localismo” — equilíbrio homem/meio isolado —, idéia, por conseguinte, talvez perturbadora da rotina dos gêneros de vida ambiental que se delineiam na obra de La Blache (1954).

O trabalho clássico, comumente referido na tradição geográfica, pertinente ao assunto é de Sauer (1952), aplicado ao estudo da difusão de plantas cultivadas, animais domésticos, técnicas agrícolas etc. A partir da década de 20, a Geografia das paisagens culturais, de Sauer, confunde-se com os progressos de Geografia Cultural, particularmente com a superação do enfoque de percepção simples, pela incorporação no aparelho explicativo da recorrência à história das civilizações (Claval, 1974: 127-8; Chisholm, 1979: 134), após os trabalhos associados deste autor, com Kroeber (1939).

Recebendo estudo sistemático, o assunto da difusão geográfica de inovações, desenvolve-se com os estudos de Hägerstrand (1952), na Suécia, com preocupações construtoras de seus modelos (modelos de Monte Carlo) (Claval, 1974: 197-8; Santos, 1979b: 31-2). Simplificadamente, o elemento geografizador da difusão é a distância — d —, estando a força da propa-

gação correlacionada negativamente com ela (Diniz, 1984: 221). Assemelha-se ao modelo gravitacional, dependendo da função distância-declínio (Chisholm, 1979: 134), ou função-proximidade (Santos, 1979b: 261-2). A difusão se processaria em uma “superfície” que receberia o “início” a partir do centro difusor, a “aceleração”, e o “declínio” ou saturação do evento-propagação. Este movimento poderia ser expresso por uma curva logística ou em forma de S (Chisholm, 1979: 135). Posteriormente, agregou-se ao raciocínio das difusões espaciais o papel das localidades centrais, pelos estudos de Hudson (1969) e Berry (1971), i. é, vinculando as noções contágio-vizinhança e filtração hierárquica (Chisholm, 1979: 134).

Certamente, neste âmbito, se há de considerar a influência de trabalhos de talhe sociológico, acerca de sociedades com alto nível de consumo ou “sociedades de massa” — *mass society*, *Massengesellschaft* —, cujo marco é a obra de Mannheim (1935). As sociedades de massa sofreriam uma dissociação da estrutura social derivada das mudanças profundas nas condições de vida (Ropke, 1957: 20-1). Sobreeleva-se a dimensão “consumo”, no sistema social, e se desenvolvem estudos que ora enfatizam a soberania do consumidor — este independente e de comportamento racional —, ora a sua manipulação pelo aparelho publicitário (Galbraith, 1966) e o efeito — demonstração (Veblen, 1966).

Rostow (1965) procurou identificar etapas que as sociedades percorreriam, da tradicional à era do alto consumo de massas ou sociedades de afluência, atingidas por poucos países, situação final, esta, afirmada também por Katona (1968).

A concepção do campo de difusão espacial de inovações como uma superfície aberta e detentora de arranjos pretéritos, de maneira a gerar interatuações entre condições pretéritas e novas variáveis, i. é, as “rugosidades do espaço”, deve-se a Santos, 1978; 1979, a,b). O consumo tenderia atingir, ainda que parcial e ocasionalmente, as populações pobres dos países subdesenvolvidos (Santos, 1979 a: 20), mas como a difusão se opera em contexto de ampla desigualdade social, se constituiriam por mecanismos de seletividade econômica, dois circuitos

(idem, ibidem). O espaço destes países é visto não a partir de superfícies hipotéticas, mas de uma superfície concreto-histórica, e tempo social plural (Santos, 1978: 203), o que o conduz a indagar: difusão de inovações, ou estratégia de vendas? (Santos, 1979 b:29). À tendência difusora das inovações, de interesse dos grupos oligopólios, se articularia, causalmente, o recuo do consumo de produtos locais (Santos, 1979: 28).

Particularmente, sobre agricultura no Brasil, observe-se o estudo de Ceron & Halbsgut (1978), utilizando a análise de superfície de tendência (*Trend surface analysis*) (Diniz, 1984: 219).

Nas condições brasileiras, a produção de bens industriais se concentra no grande núcleo urbano-industrial de São Paulo/Rio de Janeiro — macrometrópolis (Faissol, Ferreira, Moreira: 1986:116) — *heartland*, no modelo *heartland-hinterland* (Perloff, Dunn, Lampard, Muth: 1960, apud: Manzaol, 1985: 176). Daí partem os impulsos de modernização — *spread effects* (Myrdal, 1957, apud Becker, 1982: 17). A outra fração do território, examinada neste trabalho, quanto à difusão do consumo de utilidades domésticas, se insere no que Becker denomina "regiões periféricas deprimidas" (1982: 23-5), onde prevalecem os *backwash effects* (Myrdal, 1957, apud Becker, 1982: 23) e se observa uma dotação mais reduzida de modernizações (Faissol, Ferreira, Moreira. 1986: 128-9). Entre outras características, a área se distingue pela volumosa emigração, particularmente para o

grande núcleo urbano-industrial mencionado.

Neste último contexto, realizaram-se as investigações primárias.

DIFUSÃO DA DISPONIBILIDADE DE UTILIDADES DOMÉSTICAS DE ORIGEM INDUSTRIAL NO BRASIL E DESDOBRAMENTOS ESPACIAIS EM REGIÃO PERIFÉRICA

O que se vem verificando no quadro brasileiro é um aumento substancial na disponibilidade de utilidades domésticas advindas do sistema industrial, nas unidades residenciais. Este processo global comporta uma hierarquia de bens, no que tange ao seu grau (ou estado) de difusibilidade, — bens mais ou menos difundidos pelas residências no território do país —, observando-se, ainda, uma relação inversa entre a situação hierárquica do bem, quanto ao estado de difusão (em 1970), e à velocidade de sua difusão no período de 1970/1980.

Reenfocando a disseminação de eletrodomésticos, agora quanto aos desdobramentos territoriais da mesma, constata-se a profunda diferenciação de disponibilidade entre o *heartland* e a "fração periférica em exame" (Tabela 1). A diferença mencionada é tão mais vincada quanto menos difuso for o bem no conjunto do país, e o mesmo pode ser dito quando se confronta a fração periférica referida à situação média do país (Tabela 1). Constata-se, ainda, que na

TABELA 1

SITUAÇÃO DE DIFUSÃO DE UTILIDADES EM RESIDÊNCIAS, NOS ANOS CENSITÁRIOS, E SUA EVOLUÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDAS — BRASIL 1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ESCOLHIDAS	DOMICÍLIOS COM RÁDIO (%)			DOMICÍLIOS COM GELADEIRA (%)			DOMICÍLIOS COM TELEVISOR (%)		
	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80
Brasil	58,92	75,76	28,6	26,07	49,51	89,9	24,11	54,92	127,8
São Paulo	80,54	86,37	7,2	46,28	73,97	59,8	49,73	82,30	65,5
Paraíba	35,99	67,71	88,1	7,69	20,04	160,6	4,09	24,90	508,8

FONTE — IBGE. Censo Demográfico do Brasil — 1970, Tabulações avançadas do Censo Demográfico do Brasil — 1980.

década em exame (70/80) a difusão faz-se mais acelerada no *hinterland* considerado.

A Tabela 1 permitiria ajuizar no sentido de que, enquanto o rádio, no ano inicial, apresenta níveis de saturação de difusão apenas no *heartland*, decorridos dez anos, intervalo de forte difusão na fração periférica — incremento na disponibilidade relativa, de 88,1% —, a saturação parece atingir o *hinterland*. O caso do televisor apresenta a natureza da vertiginosa difusão na década (70/80), contudo, incomparavelmente mais acelerada — em termos de disponibilidade relativa —, na periferia.

Tais observações advertem acerca da utilidade, como princípio das generalizações a respeito de "momentos de difusão", que compreenderiam uma "situação original" — onde se verifica contraste acentuado entre o(s) centro(s) emissor (es) e as zonas adjacentes periféricas —, um "amortecimento da diferenciação" e, enfim, um momento de saturação (Griliches; 1957; Brown e Moore, 1968, apud: Santos, 1979b: 41).

Generalizações confirmadas à escala nacional, se reiteram — a nível elevado de abstração — quando se operam observações em escala mais dimensionada (micro-espaco). Além de uma "saturação" (tendência à) mais rápida nos centros hierarquicamente mais elevados no sistema urbano, a velocidade da difusão — relativa — no período (1970/1980) é tanto mais acentuada quanto mais rural a área que se investiga ou menor a aglomeração (Tabela 2). Estas considerações sugerem a incorporação à análise espacial das difusões, da noção de hierarquia urbana, não só no que diz respei-

to à intensidade de múltiplos contactos interpessoais mas, também, pela concentração dos rendimentos e formas destes contactos. Para modernizações em contexto agrícola, Diniz insiste nesta hipótese de hierarquia à rede urbana (1984: 232). No caso dos bens em exame se hão de levar em conta as distribuições de infra-estruturas complementares, como rede de energia elétrica, estações retransmissoras, assistência técnica etc., as chamadas "inovações empresariais" (Pedersen, 1970: 205, apud: Santos, 1979b: 35).

Se se examinam na década de 70, as modificações na estrutura energética doméstica, no que toca à preparação dos alimentos, — cocção —, conclui-se da penetração rápida do uso do gás (de botijão, GLP) nas áreas mais ruralizadas, e tendência à saturação no município mais urbanizado, capital da Unidade da Federação (Tabela 3). Ainda assim, é muito disseminado o padrão de uso da lenha/carvão, e mesmo (ainda que menos, posto que a energia elétrica permite revenda de energia interunidades residenciais — uso clandestino — e seu custo é menor) da iluminação a querosene, o que confere a certas áreas de periferia, à noite, em Campina Grande (PB), uma paisagem de luzes e sombras, oscilando.

Evidenciou-se, também, para o ano de 1970, a dominância na Unidade da Federação "supra" dos aparelhos receptores de imagens de TV preto e branco (Tabela 4) e dominância tanto maior quanto mais ruralizada a área, ou menor o centro urbano. Pesquisa de campo, junto a pequenos comerciantes, — ambulantes, camelôs — na cida-

TABELA 2

SITUAÇÃO DE DIFUSÃO DE UTILIDADES EM RESIDÊNCIAS, NOS ANOS CENSITÁRIOS, E SUA EVOLUÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS — PARAÍBA — 1980

MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS	POPU- LAÇÃO URBANA 1980	DISPÕE DE RÁDIO (%)			DISPÕE DE GELADEIRA (%)			DISPÕE DE TELEVISOR (%)		
		1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80	1970	1980	1970/80
João Pessoa	335 205	61,80	67,78	9,7	34,74	59,40	70,9	23,97	68,06	183,9
Campina Grande	235 385	57,13	70,47	23,4	18,57	38,18	105,6	12,44	54,24	336,0
Cajazeiras	32 253	41,76	70,53	68,9	10,94	26,86	145,5	2,74	28,30	932,9
Mogéiro	2 488	23,85	73,60	208,6	1,25	4,13	230,4	0,60	6,18	930,0

FONTE — IBGE. Censo Demográfico da Paraíba — 1970, Censo Demográfico do Brasil — família e domicílios — 1980, Sinopse preliminar do Censo Demográfico da Paraíba — 1980.

TABELA 3

**SITUAÇÃO QUANTO AO TIPO DE COMBUSTÍVEL EMPREGADO PARA COZINHAR EM
RESIDÊNCIAS NOS ANOS CENSITÁRIOS, E SUA EVOLUÇÃO, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS — PARAÍBA — 1970-1980**

MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS	POPU- LAÇÃO URBANA 1980	1970		1980		CRESCIMENTO DO USO DO GÁS (%) 1970/1980
		Gás (%)	Lenha/ Carvão (%)	Gás (%)	Lenha/ Carvão (%)	
João Pessoa	335 205	64,74	35,26	82,12	17,88	26,9
Campina Grande	235 385	44,39	55,61	66,92	33,08	50,8
Cajazeiras	32 253	14,75	85,25	28,81	71,19	95,3
Mogei-ro	2 488	2,45	97,55	7,57	92,43	209,0

FONTE — IBGE. Censo Demográfico da Paraíba — 1970, Censo Demográfico do Brasil — família e domicílios — 1980, Sinopse preliminar do Censo Demográfico da Paraíba — 1980.

TABELA 4

**ESTADO DA PARAÍBA, MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS, RESIDÊNCIAS COM APARELHOS DE
TELEVISÃO POR NATUREZA DA IMAGEM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS
PARAÍBA — 1980**

MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS	POPU- LAÇÃO URBANA 1980	NATUREZA DA IMAGEM		
		Total (%)	Cores (%)	Preto/Branco (%)
João Pessoa	335 205	100,00	26,02	73,98
Campina Grande	235 385	100,00	10,26	89,74
Cajazeiras	32 253	100,00	8,46	91,54
Mogei-ro	2 488	100,00	5,84	94,16

FONTE — IBGE. Censo Demográfico do Brasil — família e domicílios — 1980 e Sinopse preliminar do Censo Demográfico da Paraíba — 1980.

de de Campina Grande, apontou no mesmo sentido, para os que possuíam televisor (91,43%), em 1986. Cerca de 78% dos aparelhos apresentavam este tipo de imagem.

A investigação primária cuidou de aferir, entre as unidades residenciais deste último segmento sócio-profissional que dispunham de quatro utilidades (Tabela 5) elétricas, as importâncias da "forma" ou "estado de aquisição" do bem: "usado", ou "novo". Nota-se uma hierarquia de bens, no que concerne à forma de adquirir, ou seja: não somente se verifica uma segunda circulação comercial dos bens, ou "circuito inferior" (Santos, 1979a), mas também a inten-

sificação da comercialização de certos produtos usados, em momentos de difusão rápida em áreas periféricas, acompanhada de lançamento de modelos novos ("maquiagem" de produto) que são adquiridos pelas camadas de população de renda mais elevada.

Esta "segunda circulação" pode se verificar propiciada por contactos entre estratos da população para fins de serviços de diversas ordens — serviços domésticos, reparação hidráulica, elétrica etc. —, o que põe em ligação dois contornos específicos de renda/consumo, ou também mediante o comércio estabelecido, em geral, associado a oficinas de reparação — estabelecimentos

bifuncionais — e o comércio de rua, onde, também, é comum a bifuncionalidade. Na cidade de Campina Grande, ainda que presentes também no centro da cidade, estas barracas de eletrodomésticos usados se

concentram nas proximidades da “feira” principal, “mercado” este, expressão da ampla fragmentação estrutural do comércio (Coing, Lamick, et alii, 1982), no âmbito urbano, em questão (Fotos 1 e 2).

TABELA 5

ESTADO DA PARAÍBA, CIDADE DE CAMPINA GRANDE, RESIDÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE, SEGUNDO A DISPONIBILIDADE DE UTILIDADES ELETRODOMÉSTICAS — 1986

UTILIDADE	DISPONIBILIDADE			FORMA DE AQUISIÇÃO		
	Total (%)	Sim (%)	Não (%)	Total (%)	Novo (%)	Usado (%)
Televisão	100 00	91,43	8,57	100,00	73,02	26,98
Refrigerador	100 00	72,86	27,14	100,00	82,35	17,65
Ferro elétrico	100 00	92,86	7,14	100,00	92,31	7,69
Liquidificador	100 00	82,86	17,14	100,00	98,28	1,72

FONTE — Pesquisa direta, 1986.



FOTO 1 — Vendedores Ambulantes
Campina Grande — PB

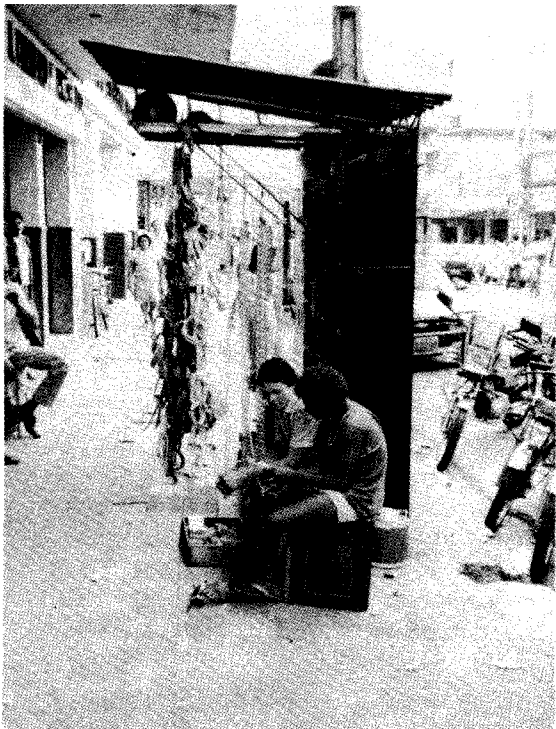


FOTO 2 — Vendedores Ambulantes
Campina Grande — PB

CONCLUSÕES

Os estudos de difusão têm o caráter de incorporar à compreensão do espaço, o papel das integrações entre frações do território, particularmente em um país, que, nas últimas décadas, é perpassado por um grande processo de reorganização regional, cujo centro são as metrópoles de São Paulo, particularmente, e Rio de Janeiro. Contrapõe-se, em alguma medida, ao enfoque endógeno, regional autonomista, que valoriza as instâncias regionais, numa ótica de permanência. As contribuições críticas à difusão espacial, por seu turno, permitem operar a apreensão da coexistência de elementos de tempos díspares.

A disponibilidade de informações censitárias e de pesquisas específicas, para o estudo da difusão ou propagação espacial das inovações, oferece possibilidades de

estudos empíricos de alcance teórico. A abordagem pode atingir as chamadas inovações mais fragmentadas, em nível doméstico inclusive, evitando-se um enfoque dual e permitindo uma visão integradora.

O elemento distância (d) pode ser relativizado ao sistema de cidades, às diferenciações regionais de renda, mas também à presença/ausência de inversões públicas ou privadas complementares. O mesmo se afirmaria acerca do que se poderia considerar área com bem em estado de saturação, cujos limiares podem sofrer modificações, em função de oscilação de outras variáveis.

Indica-se, como possível caminho de investigação, a identificação da importância, para o setor urbano-industrial, e para o das pequenas formas no Nordeste do país, da chamada "segunda circulação" de bens de uso doméstico, quer do ponto de vista econômico de mercado, quer da integração das camadas mais pobres da população à sociedade de consumo.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, BERTHA K. Política da Amazônia; a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1982. 233 p. il. mapas.
- BERRY, B. *Geographie des marchés et du commerce de détail*. Paris: A. Colin. 1971.
- BROWN, L.; MOORE, E. Diffusion Research in Geography: a perspective. *Discussion Paper 9*. D. of Geog. U. of Iowa, *Apud*: Santos, 1979 b: 41.
- CANO, WILSON. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro: Difel, 1977. 317p. (Corpo e Alma do Brasil, 53).
- CENSO DEMOGRÁFICO: 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 1, T. 9: Paraíba.
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, 1973: v. 1, T. 1: Brasil.
- _____. :1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. v. 1, T. 6: Famílias e Domicílios, Brasil.
- CERON, A.; HALBSGUT, H. Tendências espaciais na difusão dos tratores empregados na agricultura paulista a partir de 1940. *Geografia*, v. 3, N. 6, 75-88, *APUD*: DINIZ, 1984: 219.
- CHISHOLM, M. *A Geografia Humana: Evolução ou Revolução?* Rio de Janeiro: Interciência.
- CLAVAL, PAUL. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974. 240 p.
- COING, H.; LAMICK, H.; JUGON, P. et alii. *Articulation entre les formes de production: recherches a Campina Grande*. Paris: U. de Paris/I. D'Urbanisme.
- CORREA, ROBERTO LOBATO. Região e organização espacial. São Paulo: Ática. 1986, 93 p. (Série princípios).
- DINIZ, José Alexandre Felizola. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel. 1984, 278 p.
- FAISSOL, S.; Ferreira, M.; Moreira, L. O Processo de urbanização brasileiro: uma contribuição à formulação de uma política de desenvolvimento urbano regional. *Revista Geográfica*, 103, 111-57, IPGH, México.
- GALBRAIT, J. *La Sociedad opulenta*. Barcelona: Ariel.
- GRILICHES, Zvi. Hybrid Corn, an Exploration in the Economics of Technological Change. *Econometric*, 25, *Apud*: Santos, 1979 b: 41.
- HÄGERSTRAND, T. The Propagation of Innovation Waves. *Lund Studies in Geography B*, Human Geography 4.

- _____. El terreno propio de la geografía humana. In: *Nuevas Tendencias en Geografía*. Madrid, Inst. de Estudios de Administración Local.
- HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. N. York: Crowell.
- HUDSON, J. Difusion in a Central Place System. *Geographical Analysis*, v. 1, n. 1, 45-58. Apud: CHISHOLM, 1979: 134.
- KATONA, G. *La Sociedad de consumo de masas*. Madrid: Rialp.
- KROEBER, A. *Cultural and Natural Areas of Native North America*. Berkeley, U. of California.
- LA BLACHE, Paul. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos. 1954, 390 p.
- MANNHEIM, K. *Menschen und Gesellschaft in Zeitalter des Umbans*. Leiden.
- MANZAGOL, C. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: Difel.
- MYRDAL, G. Economic Theory and Underdeveloped Regions, Apud. BECKER, 1982: 17.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, NORDESTE; Planejamento e conflitos de classes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 137 p. (Estudos sobre o Nordeste; 1).
- PEDERSEN, P. Innovation Within and Between National. Urban Systems. *Geographical Analysis*, Apud: SANTOS, 1979b: 35.
- PERLOFF, H.; DUNN, S. et alii. *Regions, resources and economic growth*. Baltimore: The John Hopkins University Press, Apud: Manzagol, 1985: 176.
- ROPKE, G. *Masse und Demokratie*. Zurich: A. Hunold.
- ROSTOW, W. *Las Etapas del crecimiento econômico*. México: FCE.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: EDUSP/HUCITEC.
- _____. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- _____. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC.
- SAUER, C. *Agricultural Origins and Dispersals*. American Geographical Society.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional.
- SINOPSE Preliminar do Censo Demográfico: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. n. 10: Paraíba.
- TABULAÇÕES Avançadas do Censo Demográfico: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. T. 2: Resultados preliminares.
- TYLOR, E. *Primitive culture*. London: J. Murray.
- VEBLIN, T. *Teoria de la clase ociosa*. México: FCE.

RESUMO

O trabalho aborda a difusão de utilidades domésticas no Brasil, a partir de 1970. Para isto, baseia-se em informações censitárias de 1970 e 1980, referentes ao grau de disponibilidade de aparelhos eletrodomésticos e grau de uso do Gás Liquefeito de Petróleo — GLP como combustível para cocção de alimentos nas unidades residenciais. O estudo se desenvolve segundo o modelo centro/periferia, tomando-se como exemplo de difusão de bens em região periférica o Estado da Paraíba, e como região central, o Estado de São Paulo.

Observou-se mais uma intensa difusão dos bens já referidos, nas décadas de 70 e 80, na periferia, enquanto na região central tais bens (eletrodomésticos) achavam-se já em saturação de difusão, ou próximos a esta situação. No Estado da Paraíba, cidade de Campina Grande, procurou-se avaliar, para o segmento sócio-profissional dos comerciantes ambulantes, a importância da difusão de bens eletrodomésticos usados, mediante pesquisa direta realizada em 1986.

PROPOSTA DE DISTRITOS ELEITORAIS PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS BASES TERRITORIAIS DA BANCADA FLUMINENSE NO CONGRESSO NACIONAL*

Aluizio Capdeville Duarte**
Rubem José Leão de Magalhães***

OBJETIVOS DO ESTUDO DO TEMA NO IBGE

Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a criação da Subcomissão do Sistema Eleitoral, integrante da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, durante o ano de 1987, a questão do voto e do sistema distrital de representação na Câmara Federal voltou a ser uma das mais dinâmicas e controvertidas discussões sobre o sistema eleitoral. Nos primeiros meses dos trabalhos daquela subcomissão houve a tendência para adoção do voto distrital e, por conseguinte, da criação de distritos eleitorais no país.

Na programação anual de 1987 do Departamento de Geografia — DEGEO, da então recém-instalada Diretoria de Geociências — DGC, do IBGE, a Divisão de Estudos Territoriais — DITER considerou importante incluir no seu plano de trabalho anual um estudo

para entender as bases territoriais da representação político-partidária no Congresso Nacional. O estudo deste tema poderia fornecer subsídios e orientar a Justiça Eleitoral no estabelecimento de critérios para a definição e delimitação dos distritos eleitorais, caso os mesmos fossem adotados para o sistema eleitoral a ser incluído na nova Constituição.

Considerou-se pertinente estudar o tema, até então tratado por cientistas políticos, *porque o distrito eleitoral é um agregado espacial*. Uma das atribuições institucionais da DITER é definir, conceituar e descrever agregados espaciais de diferentes maneiras, segundo critérios específicos.

O tema, apesar das implicações políticas que envolve, no Brasil e em todos os países que adotam esta forma de representação, relaciona-se a um território, agregado ou desagregado, onde vivem eleitores, cidadãos que produzem, consomem e que constroem seu espaço geográfico. Como tal, apesar de ser um tema ainda não estudado sob este

* Recebido para publicação em 18 de maio de 1989.

Agradecemos a contribuição da geógrafa Olindina Vianna Mesquita, que, profissionalmente, fez críticas e sugestões ao ler este documento, as quais foram aceitas e incluídas no mesmo em versão final agora publicada.

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

*** Analista Especializado em Economia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (4): 79-96, out./dez. 1989

aspecto e objetivo no IBGE, merecia uma especial atenção da área da Geografia na Instituição, representada pelo DEGEO, porque o distrito eleitoral deve expressar, no Território Nacional, a instância político-partidária.

O projeto que a DITER estabeleceu para 1987 tinha como objetivo final criar uma metodologia para a definição de distritos eleitorais no Brasil. Pretendia-se estabelecer conceitos e critérios para a delimitação de distritos eleitorais, independentemente de articulações partidárias, seguindo-se critérios da legislação eleitoral, mas relacionando a identificação e os limites dos distritos às características geográficas daquele território. Partia-se, assim, da *premissa de que há uma dimensão espacial da instância política na totalidade social brasileira*. Tinha-se, porém, a consciência de que, pela legislação eleitoral vigente no país, o sistema de representação proporcional refletia muito mais, em diferentes momentos, os casuísmos partidários, os interesses de poder e a ideologia dominante. Estes tinham sido elementos condicionadores das formas de representação político-partidária. Diversos cientistas políticos e mesmo a imprensa escrita e falada têm denunciado os casuísmos na legislação eleitoral e na representação político-partidária no Congresso Nacional em diferentes épocas.

Incontestavelmente, a Federação Brasileira não está representada, ao nível da realidade demográfica, social e econômica, de maneira proporcional na Câmara Federal. Os votos dos eleitores de São Paulo, quando se verifica o número de representantes que esta Unidade da Federação tem na Câmara Federal, valem menos do que os do Acre, Roraima ou Alagoas. Isto quer dizer que para a eleição de um representante da bancada paulista é necessário um número maior de votos do que naquelas Unidades da Federação. Desta forma, no projeto, deveriam ser discutidos o conceito, o significado e a trajetória do sistema eleitoral, através do voto proporcional e do distrital. Este assunto é inserido no presente documento, na Parte 2, ficando sob a responsabilidade do analista especializado Rubem José Leão de Magalhães.

No final do ano de 1987, quando o projeto estava praticamente concluído, tendo como modelo de estudo e teste empírico da metodologia teórico-conceitual e operacional o Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte rejeitou a adoção do voto distrital na nova Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Apesar disto, a DITER considerou que o projeto não deveria ser interrompido. Foi concluído e agora é divulgado como uma contribuição da área da Geografia do IBGE a um tema de interesse nacional e que um dia poderá servir de subsídio à Justiça Eleitoral, caso o voto distrital venha a ser retomado como uma questão política e constitucional.

Neste projeto, a analista especializada Sueli Caetano de Araújo participou fazendo análise da bibliografia pertinente ao voto distrital, suas vantagens e desvantagens como sistema eleitoral e sua evolução temporal, redigindo textos técnicos para o relatório final. Coube a Sueli Sarmento Rebelo, também analista especializada, a parte referente à análise dos critérios para definição de distritos eleitorais, segundo os fatores demográficos e de cadastramento eleitoral de 1986, participando da redação do texto do relatório final apresentado em Seminário da DGC, em 15/06/88. Na parte de implantação do projeto em 1987, o analista especializado Cesar Ajara contribuiu para a formulação metodológica e participou das entrevistas e pesquisas realizadas em Brasília, em junho de 1987, no Congresso Nacional.

Este documento, agora divulgado, é uma nova versão do relatório técnico, de cunho pioneiro no IBGE, apresentado no seminário antes mencionado.

O SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL E O VOTO DISTRITAL

O sistema eleitoral brasileiro abriga duas modalidades de voto: o voto proporcional e o voto majoritário.

O voto proporcional é aquele que se pratica quando se elegem deputados federais, estaduais e vereadores. Segundo esta mo-

dalidade, as cadeiras nas Casas Legislativas são distribuídas entre os partidos em partes proporcionais ao número de votos de cada um, no total de votos válidos (votos dados aos partidos somados aos votos em branco). O número de cadeiras destinadas a cada partido obedece, então, ao critério de se apurar o quociente eleitoral (que determina o número de votos necessários para que o partido tenha direito a uma cadeira) e o quociente partidário.

Este critério, entretanto, nem sempre distribui todas as cadeiras, necessitando, portanto, da aplicação de um artifício denominado “Mecanismos das Sobras”¹.

O voto majoritário é aquele que se pratica ao se eleger senadores, prefeitos, governadores e o Presidente da República. Esta modalidade está sujeita aos critérios de maioria simples e da maioria absoluta.

O critério de maioria simples elege o candidato que obtiver o maior número de votos, enquanto que o da maioria absoluta elege aquele que tiver, no mínimo, a metade mais um dos votos. Com a nova Constituição foi adotado o majoritário, processando-se a eleição em dois turnos.

O sistema de representação distrital é um sistema de votação que consagra o voto majoritário para a eleição de deputados federais e/ou estaduais em um distrito eleitoral. Alguns estudiosos defendem o voto distrital puro, que determina um número de distritos igual ao número de cadeiras a preencher em cada distrito eleitoral.

O voto distrital misto é uma alternativa que muitos autores preferem, pois uma parte dos candidatos seria eleita no distrito e outra parte proporcionalmente.

A trajetória do voto distrital no Brasil

O voto distrital no Brasil é matéria apreciada desde o Império, ocasião em que chegou a ser adotado e vigorou por mais de 70 anos.

As motivações para a sua implantação e as conseqüentes modificações introduzidas ao longo de sua existência encontram-se na análise do sistema vigente.

O primeiro decreto eleitoral teve como modelo a Constituição Espanhola. Decretado por D. João VI em 7 de março de 1821, instituía que as populações locais, reunidas em Assembléias, escolheriam os *compromissários*, a quem cabia nomear os eleitores de Paróquia; estes escolheriam os eleitores de Comarca, que na Capital da Província, iriam eleger os deputados, caracterizando assim um processo eleitoral em quatro graus.

Na ocasião da escolha dos deputados que iriam integrar a Constituinte de 1822, esta prática foi modificada, passando para um processo em dois graus.

As primeiras eleições, após a Constituição Outorgada de 1824, foram reguladas pelo Decreto de 26 de março de 1829, segundo o qual as eleições de primeiro grau estavam sujeitas à atuação das Mesas Eleitorais, cuja composição incluía o Juiz de Fora, o Pároco e mais dois secretários e dois escrutinadores². Estas Mesas Eleitorais tinham o poder de regular todas as fases do processo eleitoral (alistamento, votação, apuração, reconhecimento e proclamação dos resultados), constituindo-se, desta forma, num “reduto de manipulações, da fraude e da violência eleitoreiras”³.

O voto distrital surgiu em meio às disputas entre os liberais, que se empenhavam em limitar o poder do Imperador, pleiteando práticas parlamentaristas e a autonomia dos municípios, e os monarquistas centralizados.

Ao conjunto de leis que tratou do voto distrital no Império e na República chama-se “A Trajetória do Voto Distrital no Brasil”, que consiste em:

A) No Império

- 1) Lei dos Círculos — N.º 842 de 19/09/1855
- 2) Segunda Lei dos Círculos — N.º 1.082 de 18/08/1860
- 3) Lei do Terço — N.º 2.675 de 20/10/1875
- 4) Lei Saraiva — N.º 3.029 de 09/01/1881

A *Lei dos Círculos* instituía que as províncias seriam divididas em distritos (círculos) que elegeriam um só deputado por maioria

¹ Ver Anexos 1 e 2.

² Juiz de Fora era o magistrado imposto pelo Rei sob a alegação de que era capaz de melhor atuar no sentido de promover melhor a justiça do que os demais do lugar.

³ Ver Raimundo Faoro —.

absoluta. Se esta não fosse alcançada, a lei determinava a realização de um segundo escrutínio com os quatro mais votados. Se ainda assim não fosse registrada a maioria absoluta, haveria um terceiro escrutínio, com os dois mais votados.

A sua principal inspiração foi a de permitir a legítima representação dos interesses locais, impedindo a ação inibidora da Província⁴.

A *Segunda Lei dos Círculos* alargou os distritos eleitorais de modo a eleger três deputados em cada um. Esta lei surgiu como resposta a uma manifestação do Imperador, que entendia que a lei de 1855 dera margem a “abusos e manipulações”⁵.

A *Lei do Terço* fez cair o distrito eleitoral abolindo o sistema de lista incompleta⁶, garantindo a terça parte da representação para o sufrágio das correntes minoritárias. A preocupação dos defensores desta lei ainda era com os abusos aludidos pelo Imperador.

A *Lei Saraiva*⁷ constituiu uma reforma eleitoral que restabeleceu o distrito, criou a eleição direta e o título de eleitor. Estes mecanismos se revelaram um avanço significativo no amortecimento das várias formas de fraude que sempre caracterizaram o processo eleitoral brasileiro.

B) Na República

- 1) Lei N° 35 de 26/05/1892
- 2) Lei Rosa e Silva
- 3) Lei Bueno de Paiva
- 4) Lei N° 21.076 de 24/02/1932

A *Lei N° 35* foi a primeira lei eleitoral da República e levou em consideração os seguintes pontos:

- a) O alistamento era preparado pelas Comissões Seccionais e organizado pelas Comissões Municipais;
- b) Os estados eram divididos em distritos eleitorais de três deputados, que deveriam ter, tanto quanto possível, populações iguais respeitando-se a antiguidade e integridade dos municípios; e

c) A apuração era feita por uma Junta Apuradora composta pelo presidente do governo municipal, cinco membros mais votados ligados ao governo e os cinco membros menos votados.

A *Lei Rosa e Silva*⁸ ampliou o número de deputados em cada distrito para cinco, manteve o voto incompleto e lhe associou o voto cumulativo (ver nota n° 6).

A *Lei Bueno de Paiva*⁹ anulou o alistamento anterior, reconhecendo o Estado como a instância de direito para regulá-lo.

Por fim, a Lei N° 21.076 de 1932 instituiu o voto feminino, baixou para 18 anos o limite de idade para ser eleitor, conferiu o alistamento, a apuração, o reconhecimento e a proclamação dos resultados à Justiça Eleitoral e adotou o Sistema de Representação Proporcional, acabando, assim, com o voto distrital.

Este breve comentário sobre a Trajetória do Voto Distrital é capaz de dar conta do conturbado processo político do Império e da Primeira República. As facções em luta valiam-se de qualquer artifício para não perder as eleições, a única vergonha reconhecida por todos.

As mudanças efetuadas na lei eleitoral tinham o objetivo de ora garantir casuisticamente a manutenção da ordem estabelecida ora coibir a fraude. Estes movimentos se davam ao sabor de mudanças nas relações políticas consubstanciadas em maior ou menor centralização.

Os projetos de restabelecimento do voto distrital¹⁰

Apesar de ter desaparecido com o Código de 1932, vários parlamentares se pronunciaram ao longo do tempo trazendo a questão do voto distrital de volta à cena política.

Os projetos Edgar Costa, de 1958, e Milton Campos, de 1960, se assemelharam na

⁴ Euclides da Cunha comentando estas intenções fez alusão a um “elemento progressista” como sendo a causa territorial, ou seja, a organização regional de se contrapor ao centralismo de ordem governamental. Ver Helvécio de Oliveira Azevedo em Themistocles Brandão Cavalcanti.

⁵ O caráter de favor pessoal, o amortecimento das convicções políticas e o incitamento ao vício do processo eleitoral. Ver Helvécio de Oliveira... (op. cit).

⁶ Lista incompleta — poder votar em vários candidatos.

Voto cumulativo — poder dar todos os seus votos a um único candidato.

⁷ A Lei leva o nome de seu criador — José Antônio Saraiva (Conselheiro Saraiva). Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho na época.

⁸ Em homenagem ao seu autor Francisco de Assis Rosa e Silva, Deputado Federal por Pernambuco, na Constituinte de 1891 — e Vice-Presidente da República no Governo de Campos Sales (1898 — 1902).

⁹ Francisco Alves Bueno de Paiva, Senador da República (1910-1923).

¹⁰ Ver Sueli Caetano de Araujo.

questão de promover uma eleição no distrito eleitoral guardando-se, entretanto, o princípio da representação proporcional. Neste caso, a votação era levada a efeito no distrito, onde concorria um candidato por partido, mas os eleitos estavam sujeitos à aplicação do critério de quociente partidário.

O projeto de 1960 permitia que um mesmo candidato se inscrevesse em até três distritos, considerando-se válido somente aquele onde fosse maior a sua votação.

Os projetos Oscar Dias Correia, de 1963, Franco Montoro, de 1964, e de Gustavo Capanema, de 1969, propunham o sistema misto (parte majoritário, parte proporcional). O primeiro mantinha a inscrição em mais de um distrito, mecanismo que Montoro abandonou em seu projeto. O de Capanema era muito semelhante ao anterior, diferenciando-se, apenas, no que diz respeito à vinculação de votos para as Câmaras Federal e Estadual.

O projeto José Sarney, de 1977, pleiteava um distrito único nas regiões metropolitanas e institua o voto distrital puro para as Câmaras Federal e Estadual.

O de Tarso Dutra, de 1979, voltava ao sistema misto, mas mantinha a região metropolitana como distrito único.

Três emendas constitucionais são de relevante importância: a de N^o 1/69 admitiu a representação proporcional total ou parcial, sugerindo, assim, a volta ao voto distrital.

A Emenda N^o 22/82 alterou o art. 148 da Constituição, que consagrava a representação proporcional, implantando o sistema misto majoritário e proporcional.

Finalmente, a Emenda N^o 25/85 extinguiu o voto distrital sem que ele sequer tenha entrado em vigor. Foi mantido, entretanto, o texto da Emenda N^o 1/69 admitindo a representação proporcional total ou parcial.

Apesar de ter sido rejeitado na Assembleia Constituinte, este projeto não deve ser descartado, porque, em 1993, como prevê a Constituição, haverá um plebiscito em que os cidadãos deverão escolher a forma de governo, se Presidencialista, Parlamentarista ou Monarquia Constitucional. O

sistema de representação distrital está associado ao Parlamentarismo, conforme declarações de parlamentares durante a votação da matéria na Assembleia Constituinte, e certamente voltará à pauta.

METODOLOGIA — BASES CONCEITUAIS E OPERACIONALIZAÇÃO

“A instância econômica condiciona o processo eleitoral e tem sua representatividade, não existindo, necessariamente, relação direta entre as mesmas.”¹¹ Esta consideração teórica é o ponto de partida para se pensar as bases territoriais dos membros da Câmara Federal eleitos em seus estados, compondo as bancadas estaduais. Ao mesmo tempo, é a linha conceitual para se pensar o distrito eleitoral como um espaço da instância política, produzido por uma sociedade local, que utiliza o poder econômico no processo eleitoral, mas que em sua representatividade político-partidária recebe influxos das outras instâncias da totalidade social, sobretudo o da ideologia dominante.

Se não há relação direta entre poder econômico e representatividade na Câmara Federal, deve-se partir para analisar e entender as outras condicionantes. Ao nível conceitual, a indagação que se coloca é a de que certos aspectos sociais, como o nível de informação que o eleitorado possui ou a que tem acesso, as relações culturais, como de compadrio e de subordinação de vizinhança, são fatores tão atuantes quanto os do poder econômico no processo eleitoral.

Outro aspecto conceitual a ser pensado é o de que se o distrito eleitoral é um território com uma sociedade que o construiu, ele deve expressar aquela sociedade em sua estrutura de classes, em sua evolução temporal, nas suas bases econômicas e relações de produção específicas. Desta maneira, considera-se que o distrito eleitoral deverá ser constituído por um território com características econômicas e sociais comuns. Ele deve expressar uma identidade espacial,

¹¹ Ver o estudo de David Fleischer.

descrevendo uma totalidade social a *nível local*¹², materializada pelas manifestações de interesses comuns. Nesta linha de idéias, considera-se que a análise da organização do espaço geográfico como uma totalidade social deva ser o fio condutor para a definição e delimitação dos distritos eleitorais, inserindo-se na Metodologia do Projeto.

Há evidências empíricas de que no atual sistema de representatividade política, isto é, através do voto proporcional, pelo menos na Câmara Federal, há uma representatividade territorial. Os congressistas são eleitos com votos oriundos de determinados territórios. É o que se chama de bases territoriais dos congressistas. Desta forma, a investigação do processo eleitoral e os resultados de um sistema eleitoral, isto é, de uma eleição, poderão identificar as bases territoriais das bancadas políticas na Câmara Federal. Entretanto, no recente sistema eleitoral brasileiro, isto é, durante o período de exceções político-institucionais, a legislação e o processo eleitoral sofreram sucessivas intervenções casuísticas. Ele tem que ser repensado, a fim de que os estudos sobre o processo político brasileiro possam responder às indagações teórico-conceituais expostas anteriormente.

Ao nível da obtenção dos dados para a metodologia operacional, fizeram-se algumas opções. Primeiramente, o processo eleitoral a ser analisado deveria ter como marco inicial a eleição de 1982, que foi a primeira após o término do bipartidarismo no Brasil, imposto ao sistema eleitoral durante o recesso democrático no país. Assim, procurar-se-ia trabalhar com os resultados das eleições de 1982 e 1986. Isto permitiria investigar o processo eleitoral para duas legislaturas e assim acompanhar a trajetória eleitoral dos deputados federais, avaliando suas bases territoriais, sua filiação partidária e a percepção do eleitorado dos espaços onde os deputados obtiveram seus votos. A fonte de dados seria o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, que dispõe de sistema de informação com arquivos dos resultados das eleições realizadas no Brasil. Este sistema apresenta possibilidades de os resulta-

dos eleitorais serem acessados, rapidamente. Desta forma, uma pesquisa direta no Congresso Nacional foi feita com esta finalidade, utilizando-se, também, o arquivo informatizado da bibliografia sobre voto distrital, sistema eleitoral e processo político-partidário no país. Outra tarefa necessária foi a de consultar o Tribunal Superior Eleitoral para se obter o resultado do cadastramento eleitoral realizado em 1986, pois, para cálculos de distrito eleitoral por número de eleitores, era necessário ter o cadastramento eleitoral por município para todo o Brasil.

Os contatos no PRODASEN levaram a se fazer modificações na metodologia operacional. Só se poderia obter para análise e tratamento dos dados os resultados das eleições de 1982. Isto porque os das eleições de 1986 ainda não tinham sido liberados pelo Tribunal Superior Eleitoral até aquela data (junho de 1987) e, por conseguinte, os arquivos com os resultados eleitorais ainda não haviam sido implantados. Foram utilizados, assim, só os resultados das eleições de 1982. Como era uma pesquisa preliminar, cujo objetivo era testar uma metodologia, conceitual e operacional, considerou-se que só se investigariam os resultados eleitorais para uma Unidade da Federação. Optou-se pelo Estado do Rio de Janeiro, na expectativa de que, posteriormente, pudessem ser obtidos, no Tribunal Regional Eleitoral do referido estado, os resultados das eleições de 1986. Ao mesmo tempo, como a metodologia teórico-conceitual exige, para a definição e delimitação dos distritos eleitorais, um conhecimento empírico da Unidade da Federação estudada em seus aspectos geográficos, a opção pelo Estado do Rio de Janeiro mostrou-se mais viável, em decorrência do conhecimento que tem sobre este estado, como profissional e como cidadão, que vivencia o processo político desenrolado no estado.

Estava-se ciente de que o sistema eleitoral vigente em 1982 apresentava um obstáculo para análise da preferência do eleitorado pelos candidatos, pois havia o voto vinculado por partido. Assim, quem

¹² Considera-se que a totalidade social não se refere, apenas, ao Estado — Nação. O conceito pode ser aplicado a diferentes escalas espaciais. Ver Aluizio Capdeville Duarte.

votasse para governador ou deputado federal num partido, teria que votar no mesmo partido para outros níveis de representatividade política. Entretanto, este fato, que foi um dos casuísmos na legislação para 1982, não afetaria a metodologia operacional como um todo, porque só se iria investigar a composição da bancada estadual na Câmara Federal para identificar as bases territoriais e os deputados distritáveis, através dos eleitos.

O PRODASEN forneceu três relatórios acessados do *Sistema de Informações Eleitorais — 1982*. Os relatórios continham os resultados por totais do estado, candidatos por municípios e votação individual. Foram selecionadas informações para a Câmara Federal, com resultados da votação dos eleitos por município e por partidos. Utilizaram-se, também, o total de votos de todos os partidos, os votos em branco e nulos por município. Um dos relatórios continha, também, a percentagem de votos obtidos pelos eleitos no total dos votos no município.

Para suprir a deficiência metodológica pela falta dos resultados das eleições de 1986, utilizou-se a publicação do Centro de Documentação e Informação, da Câmara dos Deputados, de 1987¹³, que indica o perfil político-partidário e a biografia dos deputados eleitos em 1986.

Para identificação das bases territoriais da representação político-partidária do Estado do Rio de Janeiro e a percepção da preferência do eleitorado fluminense por partidos e candidatos, elaboraram-se matrizes descritivas utilizando os dados dos arquivos do PRODASEN.

Uma das matrizes continha, nas linhas, os municípios e, nas colunas, os deputados federais eleitos por partido, com a percentagem dos votos obtidos naquele município no total de votos de todos os partidos. Esta matriz indicava as bases territoriais dos deputados eleitos, a força e preferência dos partidos naqueles territórios.

Outra matriz era constituída pelos candidatos que obtiveram mais de 50% de seus

votos em determinados municípios. Foi feito o mapeamento dos resultados, o que permitiu delinear possíveis distritos eleitorais e os deputados distritáveis.

Os dados em nível municipal foram agregados, constituindo microrregiões políticas¹⁴. Este tratamento dos dados poderia fornecer indicadores para a definição de distritos eleitorais, complementando-se com o número de eleitores cadastrados e a população existente naqueles territórios.

Desta forma, os resultados obtidos permitiram uma interpretação das bases territoriais da instância política do Estado do Rio de Janeiro e se chegar a uma proposta de distritos eleitorais para o referido estado.

BASES TERRITORIAIS DA BANCADA FLUMINENSE NA CÂMARA FEDERAL

Nesta parte considera-se a instância política e suas bases territoriais, através dos partidos e dos deputados eleitos em 1982, para a legislatura 1983-1987.

Ela será descrita em dois níveis espaciais, subdivididos em "microrregiões políticas", de acordo com quadros e mapas elaborados. Uma escala é o Estado do Rio de Janeiro como um todo; a outra escala espacial será a da Região Metropolitana, agregado espacial institucionalizado segundo a Lei Complementar que estabeleceu a fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara.

O território político-partidário do interior do Estado do Rio de Janeiro

A análise das matrizes elaboradas e do Quadro 1 permite caracterizar o Estado do Rio de Janeiro, subdividido em áreas ou "regiões" diferenciadas quanto à preferência do eleitorado pelos partidos políticos e pelos candidatos eleitos para a Câmara Federal em 1982.

¹³ Há publicações da Câmara dos Deputados para as recentes legislaturas com o perfil biográfico dos Senadores e Deputados. No ano de 1987, a mesma foi editada sob o título *Assembléia Nacional Constituinte, 1987*.

¹⁴ Muitas destas *Microrregiões Políticas* identificadas no Rio de Janeiro, neste estudo, reproduziam a Divisão Regional em Microrregiões Geográficas, projeto em desenvolvimento na DITER, em 1988.

Algumas questões conceituais, anteriormente levantadas, encontram respostas quando confrontadas com os resultados eleitorais. As áreas diferenciadas quanto à representatividade político-partidária são analisadas sob a ótica de sua estrutura econômico-social, dos processos sociais aí decorridos ao longo do tempo, evidenciando características específicas que permitem concluir que há um rebatimento espacial da instância política.

Em linhas gerais podem-se identificar três grandes áreas ou "regiões" políticas no Estado do Rio de Janeiro, excluindo o território da Região Metropolitana que será analisado à parte. As três áreas são: o Norte do Estado; o Médio Vale do Paraíba do Sul e a Periferia da Região Metropolitana.

A primeira área ou "região política" corresponde aos territórios das "microrregiões políticas" de Itaperuna, Miracema, Campos, Bom Jardim e Cantagalo (ver Quadro 1 e Mapa 1). Esta grande área do território político fluminense era o espaço da ação política de dois partidos — o Partido Democrático Social — PDS e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB. Estas duas siglas partidárias obtiveram a preferência de mais de 65% do eleitorado, quando se avaliam os resultados por microrregiões políticas. Aí, dois deputados federais, eleitos para a legislação de 1983-1987, tiveram a quase totalidade dos votos válidos do território: Carlos Peçanha, do PMDB, e Alair Ferreira, do PDS. Era uma

área político-partidária bipolarizada pelos partidos mais conservadores e tradicionais, herança dos partidos existentes no sistema bipartidário ARENA e MDB e, em um passado mais longínquo, dos partidos surgidos com a redemocratização ocorrida em 1945, a União Democrática Nacional — UDN e o Partido Social Democrático — PSD.

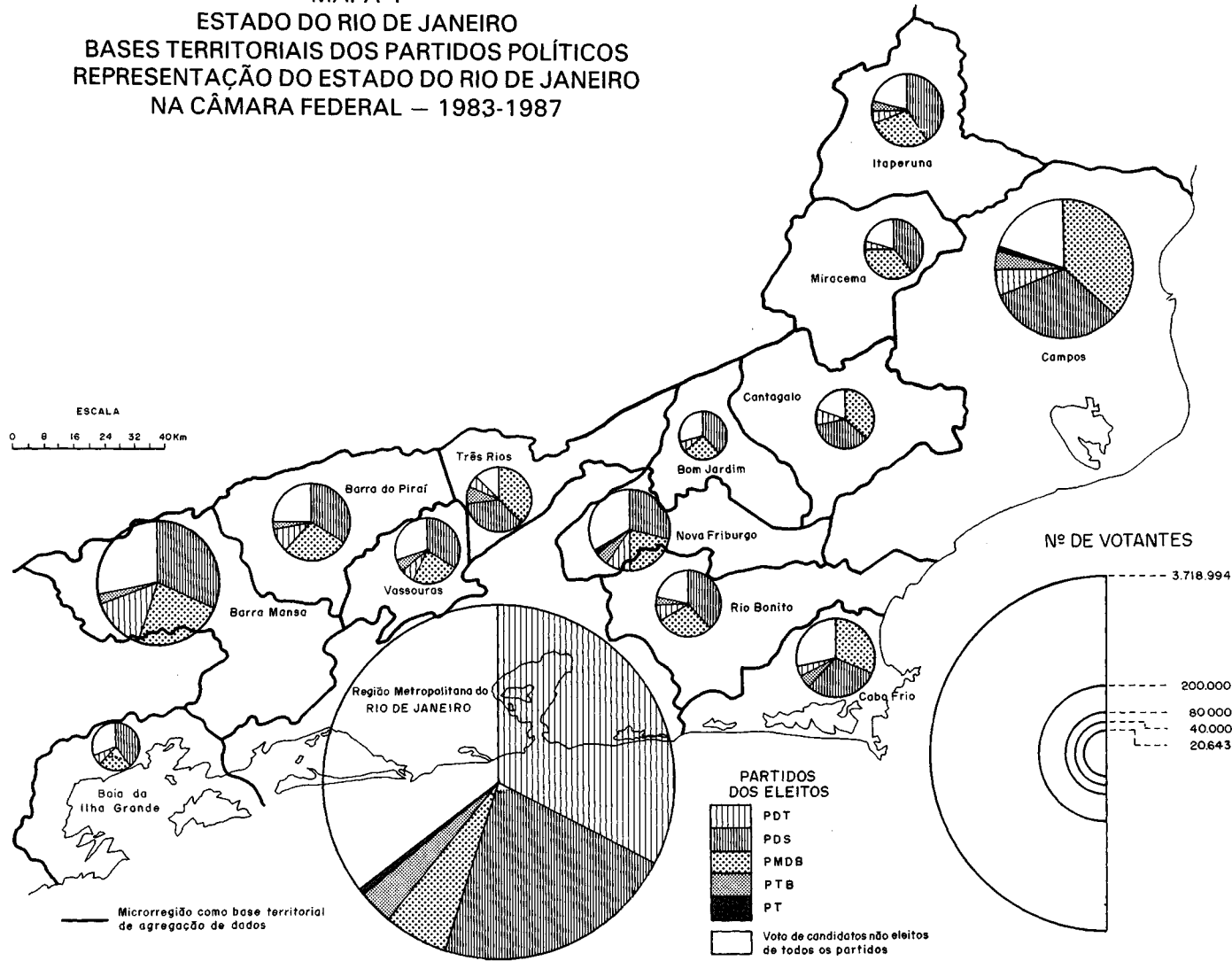
A preferência do eleitorado por dois deputados na área, concentrando o número de votos válidos, com pequena dispersão de votos em outros candidatos não eleitos (ver Quadro 1), indicou para um sistema de voto distrital que os mesmos seriam deputados "distritáveis", isto é, tinham suas bases territoriais claramente determinadas, eram políticos regionais no estado e tinham representatividade federal, pois foram eleitos para o Congresso Nacional.

A bipolarização nesta área fluminense pode ser explicada pela estrutura econômico-social característica desse espaço geográfico. É área tradicionalmente agrícola, modernizada tecnicamente, porém com relações sociais de produção baseadas em estruturas sociais arcaicas, vigentes há dois séculos. Algumas se destacam como as relações de compadrio entre fazendeiros e trabalhadores rurais. O arrendamento de terras, a existência de pequenos produtores dependendo dos grandes proprietários para comercialização da produção, a presença de pequenos fornecedores de cana para as grandes usinas completam o quadro estrutural com rebatimento na bipolarização par-

QUADRO 1
BASES TERRITORIAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PELA REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA CÂMARA FEDERAL — ELEIÇÃO DE 1982

MICRORREGIÕES POLÍTICAS	TOTAL DE VOTOS DA- DOS (= 100)	PERCENTA- GEM DE VO- TOS DE NÃO ELEITOS (%)	PERCENTAGEM DE VOTOS DOS ELEITOS POR PARTIDOS				
			PDT	PDS	PMDB	PTB	PT
Itaperuna	56 080	21,0	4,8	41,7	29,8	2,6	0,1
Miracema	43 196	22,1	1,5	38,3	36,8	1,2	0,1
Campos	219 918	20,6	5,9	32,2	35,7	5,1	0,5
Bom Jardim	20 643	30,2	1,6	40,8	26,2	1,0	0,2
Cantagalo	27 639	20,4	2,4	36,0	37,3	3,8	0,1
Nova Friburgo	91 954	33,7	8,0	27,9	23,0	6,4	1,0
Rio Bonito	45 814	22,9	8,4	38,0	29,0	1,4	0,3
Cabo Frio	76 409	27,8	3,4	30,7	31,9	5,9	0,2
Barra Mansa	203 522	28,5	14,6	31,4	23,6	1,6	0,3
Barra do Piraí	60 088	25,0	8,7	33,2	29,5	3,5	0,1
Vassouras	40 329	31,0	6,5	35,1	22,3	5,0	0,1
Três Rios	49 597	13,5	5,7	33,9	36,3	10,5	0,1
Baía da Ilha Grande	25 244	27,0	5,8	40,7	22,4	4,0	0,1
Metropolitana	3 718 994	33,6	32,6	22,7	6,4	3,8	0,9

MAPA 1
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BASES TERRITORIAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS
REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NA CÂMARA FEDERAL – 1983-1987



tidária e nos dois representantes eleitos pela área. Com exceção da cidade de Campos, que tem expressiva população urbana, os demais municípios têm pequenos centros onde as relações pessoais influenciaram a preferência do eleitorado. Vota-se nos amigos, nos compadres e não nos partidos e suas plataformas políticas.

A segunda área identificada, a do Médio Vale do Paraíba do Sul, corresponde às "microrregiões políticas" de Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras e Três Rios (ver Quadro 1) e apresenta outras características político-partidárias.

Apesar do PMDB e do PDS ainda terem obtido preferência do eleitorado, outros partidos de tendência progressista, como o Partido Democrático Trabalhista — PDT, ou com histórica tradição no Estado do Rio de Janeiro, como o Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, apresentaram resultados destacáveis. Não houve preferência por um ou dois candidatos na área como um todo; apenas Barra Mansa deu a Denisar Arneiro, do PMDB, 45% dos votos por ele obtidos para ser eleito e Volta Redonda contribuiu para a eleição de Julio Caruso, pois, lá, este obteve 24,6% do total de seus votos.

Nesta área político-partidária do Estado do Rio de Janeiro, a característica principal é a dispersão dos votos por vários candidatos e partidos, com elevada percentagem de votos válidos obtidos por candidatos não eleitos. Não é área com nítida preferência por candidatos distritáveis, com exceção de Denisar Arneiro que tem suas bases territoriais e por ela foi reeleito em 1986.

Pode-se procurar entender estas características políticas relacionando-as com a estrutura espacial. Área bastante urbanizada, com sua economia baseada na produção industrial, pequena população rural dedicada à pecuária leiteira, é uma "região" mais politizada pela presença de sindicatos, maior acesso à informação, maior proximidade da metrópole carioca. As relações pessoais entre eleitorado e candidato são dificultadas pela massa populacional, pelas atividades urbanas complexas e pelas ocupações profissionais diversificadas. As relações de compadrio são mais tênues. Os novos partidos, com suas plataformas como o PDT, passam a atrair a preferência do eleitorado

sindicalizado, mais informado, obtendo resultados eleitorais bastante expressivos nesta "região política" (ver Quadro 1).

As "microrregiões políticas" periféricas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como Nova Friburgo, Rio Bonito, Cabo Frio e Baía da Ilha Grande, constituem uma outra região político-partidária com características semelhantes às que ocorrem na Região Metropolitana. Um fato apenas afasta seu perfil político-partidário do espaço metropolitano: o PDT não foi o partido da preferência do eleitorado. Este ainda tinha, em 1982, tendência a votar nos partidos e em políticos conservadores. O PDS (ver Quadro 1) obteve acima de 27% da preferência do eleitorado da área. A Microrregião de Nova Friburgo foi o território de maior dispersão de votos pelos partidos e por candidatos não eleitos. Esta área não apresentou características de distrito eleitoral. Não houve um deputado eleito que obtivesse, na área, votação que permitisse considerá-lo como distritável. Pode-se encontrar um rebatimento desta característica política com as estruturas espaciais.

Este território político apresenta estrutura econômico-social bastante diferenciada. Apesar de ainda existir grandes propriedades rurais, estas dedicam-se à criação extensiva ou a culturas permanentes. Ambas as atividades não exigem mão-de-obra numerosa. Nelas as relações de compadrio são pouco nítidas entre patrão e empregado. Por outro lado, existe uma pluralidade de pequenos produtores, de características coloniais, como em Nova Friburgo, muito relacionadas aos centros urbanos que se industrializaram ou se tornaram centros de serviços para a atividade de turismo e lazer. Os loteamentos de antigas fazendas e de salinas incentivaram uma nova forma de ocupação da população rural: a de "caseiros". Estes empregados permanentes são influenciados por seus patrões, que vivem na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói. Estes não estão vinculados à política local. São de diferentes tendências partidárias e podem informar e opinar na preferência do eleitorado local, representado por esta população de trabalhadores que lhes serve. De certa forma, o espaço periférico à região metropolitana tem um comportamento político-

partidário diferente do das demais áreas ou "regiões políticas", anteriormente analisadas. Ele constitui uma transição do comportamento do eleitorado entre o interior agrícola e o espaço urbanizado da metrópole carioca.

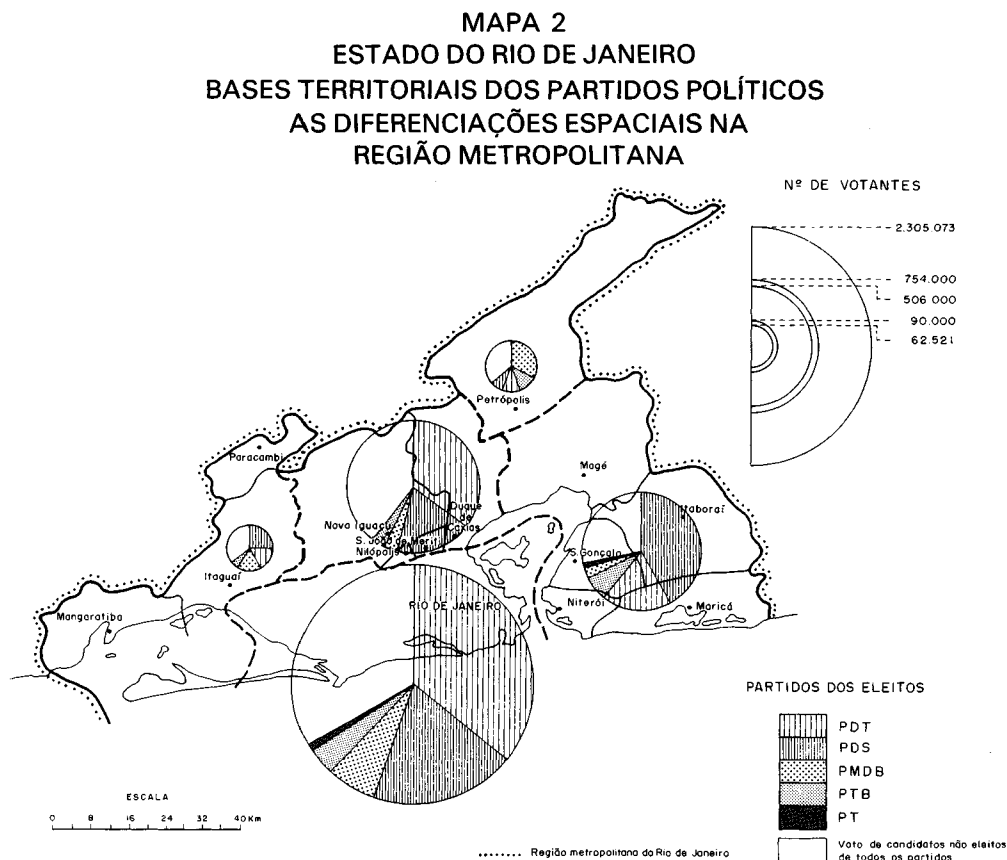
A região metropolitana como um território político-partidário

O território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com seus quinze municípios¹⁵ (ver Mapa 2) contribuiu, em 1982, com 77,4% dos votos válidos para a composição da bancada fluminense na Câmara Federal (ver Quadro 2). Da mesma forma, ela concentrou a preferência do eleitorado pelo PDT. Este partido e o PT obtiveram na região metropolitana a quase totalidade (mais de 90%) dos votos que os eleitores do estado lhes deram no total geral dos votos válidos. O PMDB, aí, teve pequena expressão relativa, apenas 45,5% do total es-

tadual. O PDS e o PTB alcançaram expressiva preferência do eleitorado no território metropolitano, obtendo entre 72% e 78% de seus votos totalizados no estado.

Ao nível da totalidade territorial, em valores absolutos e relativos, os resultados obtidos pelo PMDB, em 1982, evidenciaram que ele não era o partido de preferência dos eleitores fluminenses, pois alcançou, apenas, 521 008 votos que representavam 16,35% do total dos votos dados aos candidatos eleitos. Se considerarmos os votos dos eleitos pela região metropolitana, a contribuição do PMDB foi ainda mais inexpressiva, pois alcançou somente 9,60% do total dos votos que elegeram os representantes fluminenses na Câmara Federal.

Quando se desdobra a análise dos resultados da eleição de 1982 pelos segmentos espaciais da região metropolitana, como são apresentados no Quadro 3, surgem diferenciações quanto à preferência dos eleitores por partidos e por candidatos.



¹⁵ Conforme a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, que estabeleceu a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

QUADRO 2
BASES TERRITORIAIS DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO NA CÂMARA FEDERAL — ELEIÇÃO DE 1982

DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS	PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA NO CONJUNTO DO ESTADO		
	Total do Estado (= 100)	Região Metropolitana	
		Absoluta	Relativa (%)
Total de votos	4 679 879	3 718 994	79,5
Total de votos dos eleitores por partidos	3 187 425	2 467 179	77,4
PDT	1 283 865	1 210 925	94,3
PDS	1 165 726	845 159	72,5
PMDB.....	521 008	236 832	45,5
PTB.....	180 812	141 542	78,3
PT.....	36 014	32 721	90,9

QUADRO 3
BASES TERRITORIAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PELA REPRESENTAÇÃO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO NA CÂMARA FEDERAL — ELEIÇÃO DE 1982

A REGIÃO E SEUS SEGMENTOS ESPACIAIS	REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (As diferenciações intra-regionais)						
	Total de Votos (= 100)	Porcentagem de Votos de Não-eleitos (%)	Porcentagem de Votos dos Eleitores (%)				
			PDT	PDS	PMDB	PTB	PT
REGIÃO	3 718 994	33,6	32,6	22,7	6,4	3,8	0,9
Município do Rio de Janeiro	2 305 073	33,5	35,6	19,5	6,8	3,4	1,2
Baixada Fluminense	754 323	37,9	35,5	21,9	2,5	2,0	0,2
Zona de Niterói.....	506 381	27,4	20,0	40,9	4,4	6,5	0,8
Município de Petrópolis.....	90 696	36,5	9,7	8,1	31,9	13,5	0,2
Segmento restante	62 521	34,7	18,3	25,3	17,3	4,3	0,1

De imediato, conclui-se que o eleitorado da Baixada Fluminense, o tradicional território dos Municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, se bipolarizou por partidos de ideologias antagônicas, pelo menos como se apresentavam em 1982, isto é, o PDT e o PDS.

Há evidências empíricas de que o eleitorado brasileiro vota muito mais em pessoas do que em políticos e nas ideologias partidárias. As plataformas eleitorais e os programas partidários não são bem conhecidos pelos eleitores.

É de domínio público que pessoas vinculadas à contravenção do jogo dão apoio fi-

nanceiro a políticos, sem distinção de ideologias político-partidárias. Sabe-se, também, que aquelas mesmas pessoas fazem parte de direção de escolas de samba e que políticos e candidatos aí têm suas bases partidárias.

Apesar de os eleitores da Baixada Fluminense serem trabalhadores de baixa renda, em 1982 não se sentiram atraídos pelos programas do PT e de seus candidatos. Este partido teve baixa aceitação junto aos moradores da Baixada Fluminense. A preferência destes foi pelo candidato Agnaldo Timóteo, do PDT, que foi eleito com 503.455 votos e 89% destes foram dados

pelo Municípios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

Na denominada Zona de Niterói, constituída pelo município e sua periferia imediata (São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Magé), a preferência foi pelo PDS, partido do então candidato Moreira Franco, que ficou em segundo lugar nos resultados finais. Pode-se entender o fato também porque o PDS era o partido liderado por Amaral Peixoto, de grande "cacife" eleitoral no antigo Estado do Rio de Janeiro e sogro do referido candidato. É preciso lembrar, ainda, que Moreira Franco tinha sido prefeito de Niterói e ali tinha suas bases eleitorais sedimentadas. O PDS alcançou, na "Zona de Niterói", 40,9% da preferência do eleitorado, enquanto que o PDT obteve a metade dos votos, 20%. O PTB, partido de Getúlio Vargas e Roberto da Silveira, teve expressiva preferência neste território eleitoral, comparando com outros segmentos espaciais, tanto metropolitano como estadual.

O Município de Petrópolis teve um perfil diferente das demais partes da Região Metropolitana. Foi onde o PMDB teve a preferência dos eleitores em todo o território metropolitano, alcançando 31,9% do total dos votos válidos de todos os cinco partidos. O PTB, aí obteve o segundo lugar com 13,5%, distanciando-se muito do PDT e do PDS. Não houve um candidato à Câmara Federal que se destacasse na preferência do eleitorado petropolitano. O mais votado foi Leônidas Fernandes do PMDB que, aí, obteve 18,7% de seus votos em todo o estado. A vinculação partidária pode explicar a expressiva preferência pelo PMDB porque o prefeito eleito era do PMDB e os votos dados a este partido para a Assembleia Legislativa foram muito numerosos, se bem que pulverizados por vários candidatos não eleitos.

O segmento espacial restante, abrangendo Mangaratiba, Itaguaí e Paracambi, deu uma pequena margem de preferência pelo PDS que obteve 25,3% dos votos válidos. O eleitorado se dispersou votando tanto no PDT como no PMDB. Igualmente votou no PTB, confirmando a tradição do trabalhismo muito ligado à memória de Roberto da Sil-

veira, nos municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro.

O PTB só não teve expressão no território metropolitano no segmento da Baixada Fluminense, espaço, desde a década de 40, muito vinculado à metrópole carioca, que em 1982 deu sua preferência ao PDT, que obteve 35,6% do eleitorado.

OS DISTRITOS ELEITORAIS PROPOSTOS

Na Parte 2 deste documento foi esclarecido que há dois tipos de sistema distrital de representatividade. O mais comum é o sistema puro, isto é, através do voto distrital é feita a composição da Câmara Federal. Cada deputado é eleito por um distrito. O outro sistema é o misto. A representação é feita cinquenta por cento pelo voto distrital e o restante pelo proporcional.

Neste estudo considerou-se o voto distrital puro e conceituou-se que o distrito eleitoral é um determinado território constituído por um ou mais municípios contíguos, contendo um número médio de eleitores, sendo a média variável para cada Unidade da Federação.

No caso do Estado do Rio de Janeiro o eleitorado médio foi determinado considerando-se, segundo a legislação eleitoral da época (1987), que o número de representantes da bancada fluminense na Câmara Federal era de 46 cadeiras.

Para determinar a média de eleitores por distrito, dividiu-se o número de eleitores cadastrados no total do estado em 1986 (7 138 362 cidadãos) pelo número de cadeiras na Câmara, para a bancada estadual (46). O eleitorado médio foi de 155 182 eleitores.

A legislação eleitoral, então em vigor, previa uma variação de 15% para mais e para menos a partir da média estadual, isto para atender às peculiaridades sociais da Unidade da Federação¹⁶.

A base teórico-conceitual formulada neste estudo considerou que o território distri-

¹⁶ Ver a Dissertação de Mestrado de Icléa Hauer da Silva, sob o título *O Voto Distrital*, submetida à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aprovada em Dezembro de 1985.

tal deveria ser uma unidade espacial entendida como uma totalidade social. Como tal, o distrito eleitoral deveria expressar uma organização espacial onde as instâncias econômica e política interagissem e a sociedade, que aí se moldou ao longo do tempo, formasse uma unidade com contrastes sociais que teriam rebatimento no espaço distrital e poderiam ser submetidos à análise empírica.

Nesta linha metodológica, ao definir um distrito, o mesmo deveria ser submetido às análises da estrutura econômica, social e política. Este estudo enfatizou a instância política, vista sob a ótica dos resultados das eleições de 1982, utilizando como parâmetro a composição da bancada fluminense por partidos e candidatos. A existência de outros estudos, já publicados sobre a estrutura econômico-social e sobre os processos sociais ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, tornou desnecessárias as análises empíricas destes elementos metodológicos para a identificação de espaços geográficos que poderiam ser distritos eleitorais. Eles foram utilizados para atender o objetivo final do projeto, isto é, fazer uma proposta para o Estado do Rio de Janeiro de distritos eleitorais, segundo uma metodologia em que a instância política fosse um rebatimento da organização do espaço geográfico.

Desta forma, identificaram-se distritos eleitorais e suas delimitações, não apenas a partir da média eleitoral do estado. Utilizou-se este parâmetro, com as variações previstas por lei, mas, sobretudo, consideraram-se as características econômicas, sociais e preferência político-partidária dos municípios fluminenses segundo a eleição de 1982.

O Quadro 4 descreve a proposta elaborada com número de distritos e seus municípios. O Mapa 3 permite a visualização da mesma.

Alguns aspectos da proposta merecem, à guisa de conclusão, um destaque para reflexão pelos interessados na questão do voto distrital e sua implantação no país.

No caso dos municípios de grande população e eleitores, como é o caso do Município do Rio de Janeiro que seria representado por 21 deputados federais e que teria 21 distritos eleitorais, como seriam identifica-

dos e delimitados tais distritos? A metodologia utilizada neste documento e que se refere à Unidade da Federação como um todo poderia ser aplicada a um município que seria subdividido em distritos? O município, por suas dimensões demográficas, econômico-financeiras e sociais, passaria a ter a hegemonia política na Unidade da Federação. O que seria da representação da população interiorana na política estadual, representada na Câmara Federal? Ao nível intra-estadual estaria acontecendo uma representatividade que foi evitada até agora, ao nível da Federação.

Estas questões são levantadas e poderão ser temas de outras pesquisas e estudos em áreas acadêmicas, mas que terão importância fundamental para a sociedade civil brasileira como um todo, quando chegar o momento do plebiscito previsto na Constituição recém-promulgada.

Nosso estudo poderá subsidiar a Justiça Eleitoral para tomadas de decisão, independentemente das particularidades e interesses partidários, para se tentar evitar, no Brasil, o que tem acontecido em países onde o voto distrital foi adotado e onde o conceito de distrito eleitoral se relacionava apenas aos elementos numéricos da população eleitoral. Os interesses político-partidários às vezes não explicitados, em alguns países e em determinados momentos, prejudicaram uma forma de representação que para muitos cientistas políticos é a mais democrática e na qual o cidadão, como eleitor, tem um contato direto sobre seu representante na Câmara Federal, observando-o, orientando-o e, sobretudo, defendendo os interesses comunitários de segmentos espaciais.

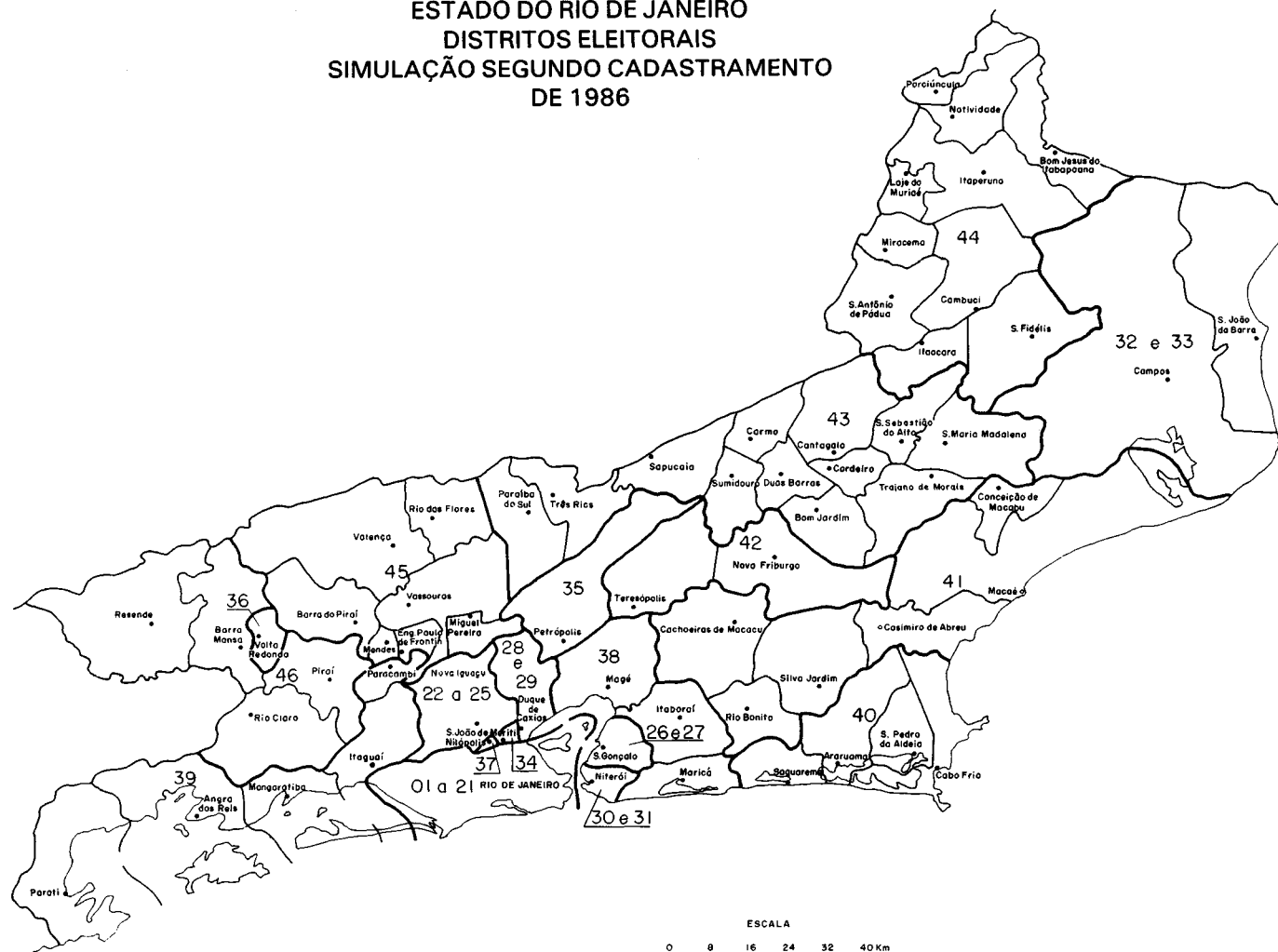
A instância política sinaliza para uma representação capaz de desenvolver a prática da cidadania. Esta impõe um melhor conhecimento da realidade social, econômica e política para que seja verdadeiramente eficaz o exercício da participação nas grandes decisões da sociedade civil, representada por todos os seus segmentos.

A Geografia pode participar nesta linha de reflexão e o IBGE pode informar, como se tentou mostrar neste estudo, contribuindo para as decisões futuras dos cidadãos brasileiros.

QUADRO 4
ESTADO DO RIO DE JANEIRO — SIMULAÇÃO DE DISTRITOS ELEITORAIS

DISTRITOS ELEITORAIS		MUNICÍPIOS INTEGRADOS	ELEITORES EM 1986
Quantidade	Denominação		
21.	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3 624 870
04.	Nova Iguaçu.....	Nova Iguaçu	609 113
02.	São Gonçalo	São Gonçalo	377 303
02.	Duque de Caxias	Duque de Caxias	338 007
02.	Niterói.....	Niterói	282 586
02.	Campos.....	Campos — São João da Barra	245 707
01.	São João de Meriti.....	São João de Meriti	228 172
01.	Petrópolis	Petrópolis.....	141 966
01.	Volta Redonda.....	Volta Redonda	130 050
01.	Nilópolis	Nilópolis.....	96 749
01.	Itaboraí.....	Itaboraí — Magé — Maricá	188 188
01.	Sul Fluminense	Itaguaí — Mangaratiba — Paracambi — Angra dos Reis — Parati.....	116 627
01.	Região dos Lagos.....	Saquarema — Araruama — São Pedro da Aldeia — Cabo Frio.....	130 988
01.	Rio Bonito.....	Rio Bonito — Cachoeiras de Macacu — Silva Jardim — Casimiro de Abreu — Conceição de Macabu — Macaé	132 799
01.	Norte Fluminense.....	São Fidélis — Itaocara — Cambuci — Santo Antônio de Pádua — Miracema — Laje do Muriaé — Itaperuna — Natividade — Porciúncula — Bom Jesus do Itabapoana	166 287
01.	Baixo Médio Paraíba.....	Paraíba do Sul — Três Rios — Sapucaia — Sumidouro — Carmo — Cantagalo — Duas Barras — Cordeiro — São Sebastião do Alto — Bom Jardim — Trajano de Moraes — Santa Maria Madalena	145 258
01.	Médio Paraíba	Rio das Flores — Valença — Barra do Piraí — Vassouras — Mendes — Engenheiro Paulo de Frontin — Miguel Pereira	163 652
01.	Barra Mansa.....	Resende — Barra Mansa — Rio Claro — Piraí	155 753
01.	Serrana	Teresópolis — Nova Friburgo	144 535

MAPA 3
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DISTRITOS ELEITORAIS
SIMULAÇÃO SEGUNDO CADASTRAMENTO
DE 1986



ANEXO 1
Voto proporcional — nº de cadeiras por partido — eleição para a Câmara Federal — 1982 — RJ

VOTOS VÁLIDOS = DADOS AOS PARTIDOS + VOTOS EM BRANCO

Votos válidos em 1982 — 5 167 541

PDT 1 581 636 PTB 501 027
PDS 1 399 748 PT 140 366
PMDB 1 057 102

— Quociente eleitoral

$\frac{\text{votos válidos}}{\text{quociente eleitoral}} =$		$\frac{\text{votos dados ao partido}}{\text{votos válidos}}$	X nº de cadeiras	
PDT	$\frac{1\,581\,636}{112\,337,84}$	= 14	PTB	$\frac{501\,027}{112\,337,84} = 4$
PDS	$\frac{1\,399\,748}{112\,337,84}$	= 12	PT	$\frac{140\,366}{112\,337,84} = 1$
PMDB	$\frac{1\,057\,102}{112\,337,84}$	= 9		

ANEXO 2
Voto proporcional — nº de cadeiras por partido — eleição para a Câmara Federal — 1982 — RJ

MECANISMOS DAS SOBRAS PARA 6 CADEIRAS RESTANTES

a) MÉDIA = $\frac{\text{votos dados ao partido}}{\text{nº de cadeiras conquistadas} + 1}$	b) MÉDIA ₂ .
PDT $\frac{1\,581\,636}{15} = 105\,442,4 (3^{\circ}) + 1.$	PDS $\frac{1\,399\,748}{14} = 99\,982 (5+) + 1.$
PDS $\frac{1\,399\,748}{13} = 107\,672,92 (1^{\circ}) + 1.$	PMDB $\frac{1\,057\,102}{11} = 96\,100$
PMDB $\frac{1\,057\,102}{10} = 105\,710,2 (2^{\circ}) + 1.$	PDT $\frac{1\,581\,636}{16} = 98\,852 (6+) + 1.$
PTB $\frac{501\,027}{5} = 100\,205,4 (4^{\circ}) + 1.$	PTB $\frac{501\,027}{6} = 83\,504$
PT $\frac{140\,366}{2} = 70\,183$	PT $\frac{140\,366}{2} = 70\,183$

Nota: As cadeiras são preenchidas por aqueles que obtiverem a maior média. O PT obteve média abaixo daquelas obtidas pelos demais partidos, mesmo quando da aplicação da segunda rodada de cálculo, razão pela qual não conseguiu nenhuma das seis cadeiras restantes.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Sueli Caetano de. *Os Projetos de Restabelecimento do Voto Distrital no Brasil*. Relatório de Pesquisa DEGEO/DITER. Arquivo Técnico da DITER jan./88. Datilografado.
- BRASIL — Assembléia Nacional Constituinte — 1987. Repertório Biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Brasília. Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. 1987. 796 p.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. *O Voto Distrital no Brasil: Estudo em torno da viabilidade de sua adoção*. FGV. Rio de Janeiro. 1975.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. O Conceito de Totalidade Aplicado à Identificação de uma Região. *Revista Brasileira de Geografia* 50 (2): 99-106, abr./jun., Rio de Janeiro. 1988.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do Patronato Político Brasileiro*. 6ª ed. Ed. Globo. Rio de Janeiro. 1984. 750 p.
- FLEISCHER, David. *O Regionalismo na Política Brasileira: As Bancadas Nordestinas na Câmara Federal* (1983). Rev. Cienc. Pol. 28(1): 3-25. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1985.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 5ª edição. Ed. Alfa — Omega. Rio de Janeiro. 1986. 276 p.
- REVISTA de Informação Legislativa. Abr./jun. 1983. Ano 20. Nº 78.
- SILVA, Iclea Hauer. *O Voto Distrital*. Dissertação de Mestrado submetida à Banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aprovada em dez. 1985. Inédito. Cópia xerox.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo tecer considerações no sentido de fornecer subsídios e orientar a Justiça Eleitoral no estabelecimento de critérios para a definição e delimitação dos distritos eleitorais. A relevância do tema diz respeito ao fato de que o distrito eleitoral é um agregado espacial, merecendo, portanto, a atenção da área da Geografia. Em sua conclusão apresenta uma proposta de distritos eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro, à luz da metodologia apresentada.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO*

Maria Therezinha Segadas Soares**

O número, a dimensão e a intensidade das mobilizações populares urbanas têm aumentado em vários países. Essas mobilizações constituem uma nova forma de conflito social, ligada diretamente à organização coletiva do modo de vida.

Assiste-se, assim, ao surgimento e generalização de movimentos sociais urbanos, sendo que um deles — o que se vai analisar — é a mobilização dos favelados e o aparecimento de associações de moradores de favelas e, até mesmo de uma Federação de Associações. “Elas constituem um sistema de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem social estabelecida, a partir das contradições que apresentam” (Castells, 1974).

Numa sociedade regida por leis que protegem a propriedade da terra, uma população numerosa e de baixa renda se instala nessa terra e, apesar das tentativas de expulsão e remoção, ela resiste, de modo variado, a essas ações e se torna, com o tempo, tão numerosa que passa a ser um grupo de

pressão e de peso político-eleitoral, invertendo a ordem estabelecida. Na base do movimento coletivo dos favelados está a necessidade de morar e de reivindicar melhor qualidade de vida para seu lugar de moradia. “Desemboca-se na exigência historicamente definida de uma série de direitos à vida (casa, serviços, saúde, cultura, etc.) cujo tratamento social, à medida que transcorre o tempo, se torna cada vez mais coletivo e interdependente” (Castells, 1974).

O MOVIMENTO SOCIAL URBANO

Segundo Castells (1974), o movimento social urbano resulta da coincidência de três elementos fundamentais:

- a) Um conteúdo social sem ambigüidade.
- b) Uma base social homogênea.
- c) Uma organização política, cujos militantes vivem no local, assumem a coordenação da luta e estão vinculados à base social.

* Recebido para publicação em 20 de junho de 1989.

** Professora Adjunta do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. Pesquisa patrocinada pelo CNPq.
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (4): 97-108, out./dez. 1989

Estes três elementos serão analisados no decorrer do trabalho em relação ao movimento das associações de moradores de favelas.

a) A existência de um conteúdo social sem ambigüidade, isto é, onde os diversos atores são claramente identificados.

No caso em pauta, de um lado estão os proprietários ou pseudo-proprietários de áreas urbanas, ocupadas pelos favelados, inclusive o Estado-proprietário. Do outro lado, uma massa crescente de população carente, em busca de um teto, que constrói suas habitações em terrenos dos quais não é proprietária. Um grande peso é dado ao Estado que, de início, considerou a favela como um aglomerado temporário e, ao constatar que, não só era permanente, mas que crescia cada vez mais, atuou contra ou a favor dos favelados, conforme as diretrizes políticas do momento.

b) Uma base social homogênea que, aos poucos, vem aumentando o seu grau de conscientização e de mobilização na defesa de seu teto.

Essa população, que hoje atinge mais de 750 mil pessoas e 377 favelas (Classificação das Aglomerações de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro, 1982, v. Bibliografia), é oriunda da própria cidade ou da migração que para ela se dirige ou já se dirigiu em décadas passadas. Assim, no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro pode-se reconhecer a existência de um "espaço legal", onde a propriedade do solo é condição imprescindível e um "espaço ilegal", que é também parte integrante do espaço da cidade. O "espaço ilegal" é constituído pelas favelas, caracterizadas, em 1980, pelo IBGE como aglomerados urbanos especiais, onde a população não possui a propriedade da terra e existe grande precariedade de infra-estrutura.

O sítio do Rio de Janeiro favorece a instalação destes aglomerados subnormais. Constituído de montanhas, de pequenos maciços rochosos litorâneos, de planícies pontilhadas de morros e de numerosos rios, permitiu que as populações carentes se localizassem nessas áreas desprezadas, em grande parte, pela "cidade legal". As favelas procuraram sempre situar-se próximo a áreas densamente ocupadas da cidade, on-

de residência e/ou comércio e indústria coexistem, gozando, assim, das vantagens locais que estas áreas lhes oferecem (mercado de trabalho, serviços e transporte). As favelas do rio, devido às peculiaridades do relevo, constituem múltiplas "periferias" de baixa renda ao lado de vários "núcleos" da cidade legal. Das 377 favelas da cidade do Rio de Janeiro (Classificação das Aglomerações de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro, 1982, v. Bibliografia), só dez estão afastadas da área urbanizada ou de sua vizinhança imediata, situando-se essas próximas aos valões da planície costeira.

Algumas considerações serão feitas sobre o crescimento, o número e a localização das favelas no Rio de Janeiro. A favela é bem antiga no Rio, sendo que, em 1920, já eram assinaladas 20 favelas (Parisse, 1969; Abreu, 1987) nas seguintes RAs atuais: Portuária, Rio Comprido, Botafogo, Copacabana, Lagoa, São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel e Ilha do Governador, isto é, no núcleo da cidade, onde se encontrava a indústria de construção, o comércio e os serviços. A população favelada instalava-se, então, próxima a essas áreas, conjugando emprego e moradia e para isso contribuía o sítio da cidade.

A partir de então, as favelas se expandiram, tanto em número como em área de ocorrência, atingindo em 1987 (IPLAN-RIO) um total de 478 favelas.

Toda a planície norte, pontilhada de morros, as encostas do Maciço da Tijuca e os pequenos maciços do litoral atlântico viram aumentar o número de favelas. Ao mesmo tempo, as favelas proliferavam e cresciam na zona sul, acompanhando a expansão da cidade nesta direção. Hoje são encontradas, também, na Barra da Tijuca, Baixada de Jacarepaguá e Baixada de Sepetiba (Tabela 1).

Essa tabela mostra que os períodos de maior proliferação de favelas, quer no núcleo como na periferia, foram as décadas de 40, 50 e 60, momento de grande crescimento da cidade e de intensa migração para ela. O Censo de 1948 da Prefeitura do Distrito Federal mostra que 52% da população favelada era constituída por migrantes.

c) O embrião de uma organização política — a União dos Trabalhadores Favelados —

TABELA 1
NÚMERO DE FAVELAS NO ESPAÇO
URBANO EM DIFERENTES PERÍODOS DE
OCUPAÇÃO — 1900-1981

PERÍODOS	NÚMERO DE FAVELAS NO ESPAÇO URBANO	
	Núcleo	Periferia
TOTAL	117	260
1900 a 1920	14	9
1921 a 1930	16	14
1931 a 1940	17	34
1941 a 1950	22	49
1951 a 1960	21	63
1961 a 1970	13	51
1971 a 1975	5	13
1976 a 1978	2	12
1979 a 1981	2	1
Sem informação	5	14

FONTE — IPLAN-RIO, 1982.

UTF — as primeiras lutas. À medida que proliferavam em toda a cidade as favelas, estas entravam em conflito com os proprietários de terras ou com a própria União, já começando a surgir grupos para lutar por seus interesses unindo, inicialmente, um grande número de favelas — a União dos Trabalhadores Favelados — que iria estimular a criação de Associações de Moradores em numerosas favelas.

Não houve propriamente uma organização política coordenando a ação, mas vários elementos que pertenciam ao movimento sindicalista, já existente, que tinha uma experiência de organização e luta. Muitos deles moravam nas favelas e se empenharam na organização e difusão do movimento associativo.

É importante que o primeiro movimento coletivo em defesa das favelas não surgiu com o aparecimento de Associação de Moradores em cada favela e, sim, com a criação de uma entidade de caráter mais amplo, que tentou reunir representantes de várias favelas: a União dos Trabalhadores Favelados — UTF, cujo estatuto foi feito por um advogado — Dr. Margarinos Torres. Esta entidade maior surgiu diante da ameaça de expulsão feita a várias favelas, decorrente da criação de uma Comissão para Erradi-

cação de Favelas (1950). Essas favelas foram as do Catumbi, Borel e Dona Marta, onde houve até luta armada contra a polícia. O movimento favelado, assim, desde o início, caracterizou-se como um movimento social urbano, visando preservar a moradia no local em que ela se encontrava. "O efeito urbano (manutenção nos locais) e o efeito político (mobilização e organização dos habitantes da favela) se reforçavam ou se debilitavam segundo uma dialética. Existe uma regularidade do efeito político a partir da satisfação ou do fracasso da reivindicação urbana, do nível de mobilização da população e da organização" (Castells, 1974). Este excelente trecho de Castells resume as condições para as fases de crescimento ou retração das Associações de Moradores, que corresponderam a determinados momentos políticos e a relações de força em cada uma dessas fases. No decorrer do trabalho será visto como essa correlação de forças foi importante na evolução das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Tabela 2).

O embrião da organização coletiva dos favelados surgiu no Morro do Catumbi, na luta daqueles contra a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, proprietária do terreno. Havia, aí, áreas vazias que chamaram a

TABELA 2
EXPANSÃO TEMPORAL DAS
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES
1920-1981

PERÍODOS	EXPANSÃO TEMPORAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	
	Núcleo (número de associações)	Periferia (número de associações)
TOTAL	79	102
1920 a 59	9	4
1960 a 64	19	12
1965 a 69	13	26
1970 a 74	5	7
1975 a 79	15	19
1980 a 81	14	34
Sem informação	4	1

FONTE — IPLAN-RIO.

atenção dos migrantes e dos removidos de outras favelas da cidade, particularmente do Morro de Santo Antônio.

A primeira bandeira que polarizou os favelados foi a luta pela bica de água. Inicialmente, eles procuravam os políticos para pedir a instalação de água e outras benfeitorias. Em 1947, época da criação da Fundação Leão XIII, órgão religioso, objetivando o auxílio às populações faveladas, as autoridades despertaram para o problema crescente das favelas. Até então, o morro era considerado como lugar de moradia provisória pelos órgãos oficiais. Só com o passar do tempo, com as lutas das novas gerações pela permanência e melhoria do local, é que a favela começou a ser vista como ameaçadora, sendo considerada um problema para as autoridades e, também, para os especuladores imobiliários.

A repressão à favela começou a funcionar com remoções, expulsões e prisões, sendo criados, como uma primeira solução para erradicar as favelas, os parques proletários (três parques) em pleno Governo Vargas, o que representou uma primeira tentativa de política habitacional realizada por um governo populista e autoritário. Com o aumento do número de favelas, os políticos começaram a interessar-se pelas mesmas como fonte de votos nos períodos eleitorais. O novo governo criou uma comissão para acabar com as favelas, fazendo até mesmo um recenseamento das mesmas (1948). Nesta mesma época, a Ordem Terceira tentou a expulsão dos favelados do Catumbi esses, juntando-se aos moradores do Morro de São Carlos, Coroa e outros, organizaram uma passeata que teve bom resultado, pois o governo, ainda apoiado em bases populistas, entendeu-se com a Ordem e sustou o despejo.

A paz não durou muito, pois a Comissão para a Erradicação de Favelas, apesar de sua inoperância devido a interesses políticos, era sem dúvida, uma ameaça. O estopim necessário para a criação de um organismo de defesa dos favelados explodiu no Borel no início dos anos 50. O terreno fora comprado pela Seda Moderna, o que trouxe grande insegurança para os moradores desse morro. Aos favelados do Borel se juntaram os de outras áreas também ameaçadas.

Procurando um advogado que tinha fama de “amigo dos pobres” fizeram freqüentes reuniões em casa dele. Aí foi criada, por sugestões do advogado Margarinos Torres, uma entidade que representasse os favelados diante das autoridades — a União dos Trabalhadores Favelados — UTF. Várias tentativas de expulsão foram realizadas contra o Borel, Quartel General da UTF. Margarinos Torres foi preso e o presidente da UTF convocou os favelados para uma passeata que polarizou grande multidão, com faixas, exigindo a libertação do advogado. No meio da agitação, o presidente da UTF também foi preso. O Borel era o núcleo central da organização (UTF) havendo núcleos (futuras Associações de Moradores) em Mata Machado, Santa Marta, Dendê, União, Juramento, Jacarezinho, Formiga, Cerro Azul, Brás de Pina, Morro Azul, Querozene, Catumbi, Providência, Pasmado, Esqueleto e Telégrafo. Cada favela tinha seu presidente eleito e era filiada à UTF.

A partir daí, o movimento coletivo das favelas prosseguiu com altos e baixos, conforme a política governamental e a própria disputa, entre as favelas, pelo poder. Entendimentos entre a Arquidiocese e a Prefeitura fizeram com que a Fundação Leão XIII, de 1947 a 1957, pudesse atuar em 34 favelas, criando Centros de Ação Comunitária (ambulatórios e escolas). Em 1955 surgiu a Cruzada São Sebastião que além de construir, para os favelados, um conjunto residencial em área altamente valorizada do Leblon, realizou melhorias em 12 favelas.

O interesse pelas favelas cresceria no início da década de 60 quando, no Governo Lacerda, o Coordenador de Serviços Sociais — Arthur Rios — ajudou a formar Associações de Moradores e assinou convênios de melhorias em 80 favelas. Com o estímulo dado pelo Coordenador, aumentava o número de Associações de Moradores de favelas. Passados quase dois anos de atuação de Arthur Rios, que tratou as comunidades faveladas como integradas à cidade, várias favelas tiveram ligações de água, luz e as primeiras casas de alvenaria foram construídas por favelados mais seguros de sua situação. Surgiu, então, um novo personagem, o poder militar: dois coronéis protestaram em entrevistas a jornais, contra a

existência de favelas em terras do Exército, declarando que as associações de Arthur Rios não passavam de aglomerados subversivos — “Ligas Arturinas”.

A partir desse conflito, Arthur Rios começou a perder o apoio do Governador Lacerda. Em entrevista coletiva aos jornais, Rios declarou que “a idéia de acabar com as favelas só terminará quando todos compreenderem que os favelados são organizados e podem participar de qualquer empreendimento e quando não se encarar mais o morro como sinônimo de criminalidade. As favelas não devem ser removidas. Os terrenos particulares devem ser desapropriados gradualmente”. Nesse manifesto foi profetizado o fracasso de Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Progresso, construídas pelo Governador Lacerda, devido às prestações a serem pagas e aos gastos com os transportes. No dia seguinte, os jornais publicavam a entrevista de Rios e, ao mesmo tempo, a sua exoneração do cargo. As favelas do Rio entrariam em novo período de luta pelo direito de morar, o que se chocava com grande número de interesses. A nova coordenadora, Sandra Cavalcanti, ainda no Governo Lacerda, começou as remoções com força total, iniciando-as com a remoção e incêndio da Favela do Pasmado.

Com o correr do tempo, a União dos Trabalhadores Favelados foi-se enfraquecendo pelas próprias ações urbanizadoras anteriores e lutas internas, dando lugar, em 1963, à Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara, num momento em que se temia qualquer forma de organização, pelo que ela pudesse trazer de ideologia. A FAFEG foi acusada publicamente por ser composta por um grupo de comunistas.

A REVOLUÇÃO DE 1964 E A POLÍTICA DE CONTROLE DAS AMs

A revolução de 64 esvaziou o papel político das AMs, ao mesmo tempo que eram tomadas medidas visando o domínio das mesmas, e colocando as associações sob o controle da Secretaria de Serviços Sociais e das

Administrações Regionais. Seguiram-se várias remoções de favelas principalmente na zona sul (Favelas da Ilha das Dragas, Largo da Memória, Praia do Pinto, Catacumba e outras), todas em áreas muito valorizadas, com o protesto da Igreja, Imprensa e prisão por 26 dias, de líderes favelados.

Durante três anos, ninguém quis assumir a presidência da FAFEG, iniciando-se um período de Juntas Governativas, à frente da Federação. Nesse ínterim, havia surgido a CHISAM, que, pelo Decreto 870, de junho de 1967, reconhecia as Associações de Moradores e seu papel de representantes das comunidades, junto ao Estado, mas advertia que, quando não fosse cumprido qualquer dispositivo do estatuto ou quando fosse apurado algum ato que desvirtuasse a finalidade das mesmas, haveria intervenção. Muitas intervenções aconteceram nas Associações de Moradores e esse foi um período de não surgimento de novas (Tabela 2).

Só no fim do regime militar é que as associações ressurgiram em número e atuação, tendo até sido organizado um grande congresso das AMs, com remessa de uma pauta de reivindicações ao então Governador Leonel Brizola. Esse já se havia declarado favorável a uma Política de urbanização por razões eleitorais e populistas. Pela magnitude do problema e o montante financeiro necessário para uma política de construção de habitações populares, essa ação limitou-se a uma modesta política de instalação de certos serviços de consumo coletivo em algumas favelas.

AS CÉLULAS DO MOVIMENTO: AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Até agora se procurou mostrar como o movimento favelado preencheu as condições para que pudesse ser considerado um Movimento Social Urbano, apesar de ter sido uma longa e difícil marcha no sentido de preservar o local de moradia dos favelados, marcha com recuos e vitórias que, na realidade, ainda não terminou. A FAFERJ e as Associações de Moradores que a compõem realizaram mais um congresso em 1984 e o documento tirado termina assim:

“É necessário promover e controlar o solo urbano de maneira que beneficie a todos, tanto os pobres como os ricos, tanto os favelados como os não-favelados. Acreditamos que a infra-estrutura dos serviços urbanos pode acompanhar a ocupação do solo urbano, visto que faz parte da vida de uma cidade e é a cidade, por natureza, o lugar privilegiado da convivência humana.”

Um dos temas mais enfatizados no IV Congresso de Associações de Favelas, realizado em 1984, foi a necessidade do não engajamento das entidades faveladas na política, posição difícil de ser mantida, pois os próprios políticos tiveram como área de sua maior propaganda eleitoral as associações e os favelados, nas recentes eleições de 1985. Esse congresso da FAFERJ reuniu os presidentes das Associações de Moradores, assim como quem mais fosse convidado.

O grau de conscientização das AMs constatado é hoje muito grande, na tentativa de resolver os problemas da comunidade, apesar das constantes lutas intra-associações. Hoje, as diretorias das AMs fazem parte do Conselho-Comunidade das Regiões Administrativas, às quais dirigem suas reivindicações e reclamações, que são encaminhadas aos órgãos competentes pelas Regiões Administrativas. Em 1987, quatro grandes favelas — Rocinha, Jacarezinho, Alemão e Maré — foram reconhecidas como Regiões Administrativas. Sem dúvida, as Associações de Moradores Favelados constituem hoje a base do movimento, verificando-se, também, que há um maior grau de associativismo (criação de AM) no núcleo da cidade. À medida que vai se afastando espacialmente deste núcleo, ocorre uma diminuição do número de AMs. As favelas situadas no núcleo apresentam, quase todas, mais de 50% de associações, em relação ao total de favelas. Esse alto grau de associativismo registrado nessa área deve-se a esse núcleo ser o de maior poder econômico e, também, de mais alto padrão cultural do município. Por serem essas favelas periferias imediatas dos vários bairros que constituem o núcleo, ocorre, aí, maior conscientização da população favelada e mesmo um certo efeito-demonstração. Já nas áreas mais distantes, isto é, na peri-

feria do município, todas as RAs apresentam cifras abaixo de 50% da AM, mostrando o mais baixo grau de associativismo que no núcleo (Tabela 3 e Mapa 1).

Quanto à expansão espacial da AM do Município do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que ela se deu do núcleo para a periferia do município. Até 1964, 63,6% das AMs existentes estavam localizadas no núcleo e, a partir de então, a situação se inverteu, sendo que até 1982 (período de realização do cadastro do IPLAN), já se contavam 56,3% de AM na periferia do município. A multiplicação das Associações de Moradores nessa periferia se explica, em parte, pela própria expansão da “cidade legal” para essa área e pelos problemas vivenciados com as remoções no núcleo. A defesa da favela contra as remoções e em prol da melhoria da qualidade de vida foi a grande bandeira das associações que tiveram seu momento de maior surgimento em 60-64, no núcleo — 19 associações criadas — e em 65-69 na periferia — 26 associações criadas —, número que cai para cinco no núcleo e sete na periferia, em função do agravamento do regime militar. Após a gradativa abertura política do país, reergueu-se o movimento associativista dos favelados com a criação de 14 associações no núcleo e 34 na periferia, no período 1980/81.

ESTUDO DA ATUAÇÃO INTERNA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FAVELA

As AMs das Favelas têm, como principais funções, definir os problemas e prioridades, tentando buscar soluções mais adequadas aos interesses da favela e representar a população favelada perante os poderes públicos para a obtenção de melhorias, tais como: luz, água, entre outros.

Além dessas funções básicas, as AMs das Favelas, tomam parte de outras ocorrências do cotidiano das populações faveladas, como a regulação de conflitos e divergências de diferentes tipos entre os moradores, a prestação de várias modalidades

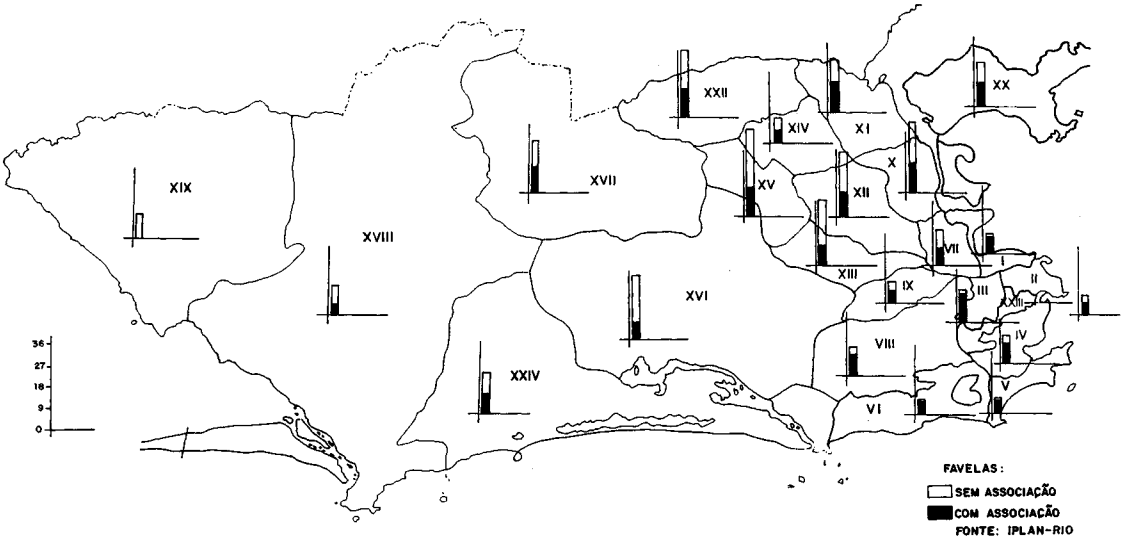
TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DE FAVELAS E DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SEGUNDO AS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS – 1981

REGIÕES ADMINISTRATIVAS		DISTRIBUIÇÃO DE FAVELAS E DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES		
		Número de Favelas	Número de Associações de Moradores	Rela- tivo (%)
Nome	Número			
TOTAL		377	181	48,0
Portuária	I	8	7	87,5
Centro	II	0	0	0
Rio Comprido	III	14	12	87,5
Botafogo	IV	12	8	66,6
Copacabana	V	6	5	83,3
Lagoa	VI	6	5	83,3
São Cristóvão	VII	15	7	46,6
Tijuca	VIII	13	9	69,2
Vila Isabel	IX	9	5	55,5
Ramos	X	29	12	41,3
Penha	XI	23	13	56,5
Méier	XII	27	12	44,4
Engenho Novo	XIII	27	9	33,3
Irajá	XIV	11	5	45,5
Madureira	XV	36	12	33,3
Jacarepaguá	XVI	26	7	26,9
Bangu	XVII	22	11	50,0
Campo Grande	XVIII	12	4	33,3
Santa Cruz	XIX	10	0	0
Ilha do Governador	XX	18	12	66,6
Anchieta	XXII	28	12	42,8
Santa Teresa	XXIII	8	5	62,5
Barra da Tijuca	XXIV	17	7	41,1

FONTE – IPLAN-RIO, 1982.

MAPA 1

FAVELAS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS



de serviços, proporcionando a assistência social e até mesmo assistência jurídica.

As Associações de Moradores agem no Controle Urbanístico e no Controle das Transações Imobiliárias nas favelas, sendo essas as suas mais importantes formas de atuação.

Nas questões do Controle Urbanístico (construção de novos barracos e aspectos ligados à urbanização de favelas) — (Tabela 4) — e do Controle das Transações Imobiliárias (compra, venda, aluguel e reforma de

barracos) — (Tabela 5) —, não se verificam grandes diferenças entre núcleo e periferia, notando-se, entretanto, tendências ligeiramente opostas. Na região do núcleo, de um total de 79 associações, 43 ou 54,4% delas exercem Controle Urbanístico e 30 ou 37,9% exercem controle sobre as transações imobiliárias, ambos percentuais não muito altos, entretanto aí, cinco Regiões Administrativas se destacam por terem percentagens bem acima dos valores já apresentados. Na questão do Controle Urbanís-

TABELA 4
CONTROLE URBANÍSTICO

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	CONTROLE URBANÍSTICO		
	Total de Favelas	Núcleo	
		Subtotal	
		Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	79	43	54,4
I Portuária	7	1	14,2
III Rio Comprido	13	6	46,1
IV Botafogo	8	4	50,0
V Copacabana	5	4	80,0
VI Lagoa	5	4	80,0
VII São Cristóvão	8	5	62,5
VIII Tijuca	9	5	55,5
IX Vila Isabel	5	3	60,0
XX Ilha do Governador	12	8	66,6
XXIV Barra da Tijuca	7	3	42,8

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	CONTROLE URBANÍSTICO		
	Total de Favelas	Periferia	
		Subtotal	
		Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	102	40	39,2
X Ramos	12	3	25,0
XI Penha	13	6	46,0
XII Méier	12	6	50,0
XIII Engenho Novo	9	4	44,4
XIV Irajá	5	2	40,0
XV Madureira	12	5	41,6
XVI Jacarepaguá	8	2	25,0
XVII Bangu	11	4	36,3
XVIII Campo Grande	4	2	50,0
XIX Santa Cruz	0	0	
XXII Anchieta	12	5	41,6
XXIII Santa Teresa	5	1	20,0

FONTE — IPLAN — RIO, 1982.

TABELA 5
CONTROLE DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	CONTROLE DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS		
	Total de Favelas	Núcleo	
		Subtotal	
		Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	79	30	37,9
I Portuária	7	1	14,2
III Rio Comprido	13	2	15,3
IV Botafogo	8	6	75,0
V Copacabana	5	2	40,0
VI Lagoa	5	2	40,0
VII São Cristóvão	8	5	62,5
VIII Tijuca	9	2	22,2
IX Vila Isabel	5	2	40,0
XX Ilha do Governador	12	8	66,6
XXIV Barra da Tijuca	7	0	0,0

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	CONTROLE DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS		
	Total de Favelas	Periferia	
		Subtotal	
		Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	102	43	42,1
X Ramos	12	3	25,0
XI Penha	13	3	23,0
XII Méier	12	8	66,6
XIII Engenho Novo	9	5	55,5
XIV Irajá	5	4	80,0
XV Madureira	12	4	33,3
XVI Jacarepaguá	8	2	25,0
XVII Bangu	11	3	27,2
XVIII Campo Grande	4	2	50,0
XIX Santa Cruz	0	0	—
XXII Anchieta	12	7	58,3
XXIII Santa Teresa	5	2	40,0

FONTE — IPLAN — RIO, 1982.

tico, as RAs de Copacabana e Lagoa apresentam índices de 80%, o que deve estar ligado à escassez de novas terras para construção de novos barracos e a uma maior intensidade no trabalho de urbanização dessas favelas. São áreas já muito povoadas, disputadas por sua localização, onde a construção de novo barraco tem de ser autorizada pelas AMs. Na questão do Controle das Transações Imobiliárias, o próprio "mercado da terra" das favelas tem de ser

controlado pelas AMs, pois as transações imobiliárias são freqüentemente fontes de lucro para "tubarões", que construíam barracos onde havia ainda lugar e os alugavam, morando, geralmente, fora da favela. O aluguel de barracos é muito comum e é muito freqüente o favelado não ser o proprietário da casa e sim inquilino (Tabela 4). Por exemplo, na Favela de Dona Marta dotada de excelente localização, mas comprimida entre duas áreas, cujos donos zelam pela

sua propriedade, a construção de novos barracos só é permitida pela AM à família de membros da comunidade, como por exemplo, novos casais.

Na periferia, de um total de 102 associações, 40 delas, isto é, 39,2% exercem Controle Urbanístico e 43 delas ou 42,1%, exercem controle sobre as transações imobiliárias. Nota-se, na periferia, um maior equilíbrio dos dois tipos de controle, já que a diferença percentual entre esses é menor que a observada no núcleo. Esses números mais baixos, aí encontrados, podem ser explicados, por essa área periférica não apresentar uma pressão imobiliária tão grande.

A DEFESA DA FAVELA E O IV CONGRESSO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE FÁVELAS DE 1984

Por tudo que foi acima assinalado, constata-se que o Movimento Social Urbano, gerado pela carência de uma grande parte da população do município aliada à sua necessidade de ter, ao menos, um teto para morar e, concretizado pelo surgimento e grande crescimento de favelas e de Associações de Moradores, gerou até mesmo um tipo de organização de nível mais elevado: a Federação das Associações de Moradores de Favelas. Pode-se constatar que o movimento das AMs teve capacidade de organização, apesar de sua longa duração e das lutas e períodos difíceis por que passou. O resultado dessa longa marcha foi, sem dúvida, positivo, o que é comprovado pela realização, ao longo do tempo, de vários congressos de AM, sendo que o último, o IV Congresso realizado em 1984, do qual o nosso grupo de pesquisas participou, como observador convidado, deu origem a um documento que bem mostra o grau de conscientização dessas organizações.

Dos inúmeros temas e reivindicações tratados, assinalar-se-ão abaixo alguns que demonstram um real conhecimento da situação, por parte das AMs:

1) Cobrança de apenas 50% da tarifa de luz e a não cobrança de multa de 10%, em caso de atraso, baseando-se essa reivindicação

na diferença dos benefícios públicos recebidos pela favela e pelo "asfalto".

2) Plano de Saúde Integrado, isto é, atendimento no INAMPS, Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde, qualquer que seja a situação do favelado.

3) Instalação de escolas públicas de 1º e 2º graus nas favelas "com a participação e discussão dos moradores e das associações".

4) Maior participação nas decisões governamentais que dizem respeito às favelas.

5) A não execução de obras nas favelas, sem consulta às Associações de Moradores.

6) O imposto recolhido do comércio existente na favela, deve ser aplicado em trabalhos sociais na própria favela.

7) Código de obras específico para as favelas.

Dois itens dessa pauta, porém, causaram grande controvérsia: a subvenção, pelo Estado, para as AMs e a instalação de posto policial nas favelas. A subvenção, para muitos, é uma forma de atrelamento ao Estado. Quanto ao posto policial, foi colocado que a polícia não iria defender o favelado e, ao invés disso, seria mais uma forma de exploração do favelado. Apesar disso, esses dois itens foram aprovados para serem incluídos na carta a ser remetida ao Governador.

CONCLUSÃO

Por tudo que acima foi referido, constata-se que o movimento social que se originou da necessidade de moradia, por parte de uma crescente população carente e sem terra, após uma longa marcha, muitas lutas e períodos difíceis, teve um saldo positivo, principalmente porque as Associações de Moradores de Favelas constituíram-se como uma realidade, conhecidas pela população, em geral, e reconhecidas pelo poder público. Esse movimento social urbano contém todos os elementos apontados por Castells (1974): um conteúdo social sem ambigüidade, uma base social homogênea e uma organização política.

O movimento cada vez mais se consolida, lutando todos pela urbanização das favelas e pela propriedade da terra onde estão suas casas.

O crescimento numérico das Associações de Moradores, sua existência em quase todas as favelas do município e sua atuação, até mesmo política, fez com que se tornassem forte grupo de pressão política, com constante presença na Imprensa.

Seria de esperar uma vitória desse movimento social quanto ao problema da legalização da propriedade da terra por ocasião da elaboração da Carta Magna do país de 1988. Realmente, foi aprovado o artigo 183 que reconhecia o usucapião urbano.

Esse artigo define que "aquele que possuir como sua área urbana de até 250 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (...) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião".

Essa vitória ainda está muito longe de se concretizar, pois não só a comprovação da

posse é difícil, como o "rito" jurídico é muito lento e oneroso. Oitenta e sete favelas (do total de 367 cadastradas em 1982 pelo IPLAN-RIO) desconhecem o proprietário, além de 175 pertencerem à União, pois estão à margem de rios, canais e lagoas. As demais sabem quem é o proprietário da terra, onde estão estabelecidas. Além disso, o que impedirá que novas favelas se instalem em outros pontos da cidade?

Se a resistência e a luta dos favelados — agora organizados em Associações de Moradores, fruto da conscientização gradual de sua condição — foi longa e difícil, essa população, que constitui um quinto da população do Município do Rio de Janeiro, transformou-se num grupo de difícil controle, de forte peso político e cada vez mais capaz de assumir o seu próprio destino e expor, através de seu órgão máximo — a FAFERJ — os seus problemas e reivindicações.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IPLAN-RIO, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- ABREU, M.; BRONSTEIN, O. *Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição da População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro*, IBAM, Rio de Janeiro, 1986.
- BLAY, E. A. *A luta pelo espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BOSCHI, R.; VALLADARES, L. *Movimentos Associativos das Camadas Populares: análise comparativa de seis casos*. Seminário de Estudos Urbanos, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.
- CASTELLS, M. *Movimientos Sociales Urbanos*. Siglo Vientiuno, Espanha, 1974.
- CLASSIFICAÇÃO das Aglomerações de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, IPLAN-RIO, Rio de Janeiro, 1982.
- DINIZ, E. *Favela: associativismo e participação social*. Seminário de Estudos Urbanos, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.
- FAVELAS do Censo de 1980: Avaliação de Cobertura. Rio de Janeiro, IBGE, 1984.
- GOULART, J. A. *Favelas do Distrito Federal*. Estudos Brasileiros Nº 9, Ministério da Agricultura, Distrito Federal, 1957.
- GRABOIS, G. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1973 (Dissertação de Mestrado).
- GUIA prático de favelas. Secretaria de Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1976.
- GUIMARÃES, A. *As favelas do Distrito Federal*. Revista Brasileira de Estatística, Distrito Federal, 14 (55), 1953.
- _____. *Habitação Popular no Rio de Janeiro*. Seminário de Estudos Urbanos, IUPERJ-IBAM, Rio de Janeiro, 1984.
- MARICATO, E. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- NUNES, G. *Favela, Resistência pelo Direito de Viver*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro*. caderno do CEMPHA, Rio de Janeiro, nº 5, 1969.
- PERIMAN, J. *O Mito da Marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- QUATRO Estudos. Secretaria Municipal de Planejamento, IPLAN-RIO, Rio de Janeiro, 1986.
- REZENDE, J. *Como se Faz uma Luta de Bairros*. Petrópolis, 1986.
- SANTOS, C. N. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *Quando a Rua Vira Casa*. PROJETO, São Paulo, 1986.
- _____. *Varal de Lembranças: Histórias da Rocinha*. SEMEC-FNDE, Rio de Janeiro, 1983.

RESUMO

Os movimentos sociais urbanos constituem uma nova forma de conflito social, ligada à organização da vida coletiva. O caso aqui focalizado é o das favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde população de baixa renda construiu suas casas, em terrenos alheios localizados em encostas íngremes ou à margem de rios. Aí os favelados gozam de vantagens locacionais, decorrentes da vizinhança da "cidade legal". Essa ocupação, iniciada nos primórdios do Século XX, já em 1982 atingia 377 favelas e um total de 720 000 habitantes.

A ameaça constante de expulsão deu origem a um movimento coletivo dos favelados, constituído pela formação de numerosas Associações de Moradores, tendo como órgão coordenador a Federação das Associações de Favelas.

Foi uma luta longa e difícil, com vários episódios de expulsão ou remoção para áreas distantes. Apesar disso, as favelas sobreviveram e proliferaram, aumentando grandemente em número e população. Diante do grave problema social e do peso eleitoral dessa população, a política do governo, nos últimos anos, tem sido a de "urbanizar" as favelas, o que foi sendo realizado, lentamente, devido a seu alto custo.

Diante da impossibilidade financeira de uma política habitacional, a Constituição de 1988 aprovou um artigo, criando o usucapião urbano, lei de difícil concretização, principalmente pelo lento e complexo procedimento jurídico que ela implica.

ABSTRACT

This article analyses the urban social movements focused on Rio de Janeiro's shantytowns, a type of housing that has appeared since the end of nineteenth century occupying the hills and marshes of the city. The shantytowns were 59 at 1950 (160 000 inhabitants), but in 1984 were 377 with 720 000 people.

Submitted to public policies aiming their expulsion or remotion to far neighborhoods, favela's people organised themselves firstly in "União dos Trabalhadores Favelados", and after in "associação de moradores" under a federation, the "Federação das Associações dos Moradores de Favelas" (FAFERJ).

Under political pressures public policies have changed. The so-called "urbanization" policy was envisaged as a solution to the favela problems. However this policy failed because urbanization cost were very high.

The new 1988 Brazilian Constitution, approved the "usucapião" law which permits access to the land if anyone living in a favela proves that lives there at least for five years. However the implementation of this policy is very difficult.

OS CENTROS DE GESTÃO E SEU ESTUDO *

Roberto Lobato Corrêa * *

Os estudos sobre os centros de gestão das atividades econômicas foram, a partir da década de 60, progressivamente mais numerosos. O aumento do número destes estudos traduz, sem dúvida, o reconhecimento da importância crescente da concentração espacial das atividades de controle e decisão, e a simultânea dispersão das unidades produtivas que refletem, por sua vez, a progressiva importância das corporações multifuncionais e multilocalizadas, bem como a magnitude da concentração-centralização do capital, da acumulação capitalista e de seus centros de gestão.

O processo de concentração-dispersão da produção, paralelo à concentração-centralização do capital, afetou o poder econômico e político de diversas burguesias regionais sediadas em centros urbanos que tiveram eclipsado ou diminuído seus papéis como pontos focais da gestão do território. Isto suscitou o interesse de se estudar as cidades como centros de controle e decisão das atividades econômicas. Os estudos empreendidos não são, em sua grande maioria, críticos, mas colocaram em evidência um aspecto fundamental da dinâmica do capita-

lismo, aí incluída as repercussões no que se refere ao controle e decisão das atividades, possibilitando extrair deles valiosas informações sobre a temática em pauta.

Possivelmente, o primeiro estudo explícito sobre o tema foi o de Labasse, publicado em 1955, que focaliza o papel da cidade francesa de Lyon como centro de gestão das atividades do Banco Crédit Lyonnais. Sua expansão econômica e territorial a partir do Século XIX transformou Lyon em centro de gestão de ampla hinterlândia. A magnitude de sua atuação fez Juillard referir-se a ela, e a outras cidades do gênero, como *villes urbanisantes*, capazes de criarem atividades em suas respectivas áreas de atuação e de urbanizarem o campo.

É com Gottmann que o tema passa a ter alguma sistematicidade. De fato, a expressão "atividades quaternárias", criada por ele, implica um refinamento conceitual, pois desagrega do setor terciário as atividades vinculadas ao controle e decisão da vida econômica e política.

Os estudos, considerando o conjunto de centros urbanos de um dado país, focalizam o tema segundo duas vias principais. De um

* Recebido para publicação em 25 de agosto de 1989.

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

lado, consideram a importância dos diferentes centros urbanos em termos de decisão e controle, medida através do número de sedes sociais que concentram e do montante de capital fixo que controlam: os setores controlados (indústria, comércio, bancos etc.) são discriminados e, na maioria dos casos, considera-se a variação temporal da função de gestão em dois ou mais momentos do tempo.

Entre os estudos, segundo esta via de abordagem, incluem-se os estudos de Pred relativo ao papel dirigente das cidades norte-americanas nos anos de 1960 e 1972, o de Strickland e Aiken em relação às cidades da Alemanha Ocidental nos anos 1950, 1960, 1970 a 1982, o de Taylor e Thrift para as cidades australianas nos anos de 1953, 1963, 1973 e 1978, e o de Cordeiro para as cidades brasileiras e referentes aos anos de 1968 e 1984.

De outro lado, está a abordagem que considera o papel de gestão das cidades através de sua atuação espacial, medida pela localização das filiais e pelo número de empregados localizados no espaço de ação das sedes sociais das empresas, e delas dependentes. É do estudo de Fillâtre, comentado por Rochefort e Hauteux, que emerge o conceito de "assalariados externos", isto é, os empregados que trabalham em estabelecimentos (fábrica, filial varejista, agência bancária etc.) pertencentes a uma empresa cuja sede social está localizada em outro lugar que o do estabelecimento: os empregados das agências de Salvador, Recife e Fortaleza, por exemplo, do Banco Itaú S.A., sediada em São Paulo, são assalariados externos da metrópole paulista.

Entre os estudos no âmbito desta abordagem, estão aqueles realizados por Corrêa, que analisa as metrópoles brasileiras segundo seus assalariados externos industriais, e o já mencionado trabalho de Pred, onde é estimado o número de empregos controlados pelas cidades norte-americanas nos mais diferentes lugares,

Os estudos realizados, tanto em uma abordagem como em outra, apresentaram resultados que, tendo em vista contribuir para a compreensão do tema, merecem ser comentados. Primeiramente abordar-se-á aqueles referentes a diversos países e, em seguida, os que analisaram o Brasil.

OS ESTUDOS EM OUTROS PAÍSES

O grau de concentração espacial do poder de decisão e controle nos diferentes países é muito variável. Há países onde ele é enorme, como se exemplifica com os casos da França e Inglaterra. Assim, segundo Pred, Paris, a capital francesa, concentrava em 1965 a sede de 90 das 100 maiores organizações industriais, 36 das 50 maiores varejistas e atacadistas, e 19 dos 30 maiores bancos comerciais, enquanto o segundo mais importante centro de gestão, Lille-Roubaix, controlava, do universo de 180 organizações, apenas seis, e Lyon, o terceiro, somente cinco. Em menor proporção, mas ainda revelando um forte grau de concentração, está a Grã-Bretanha: Londres sediava em 1971-1972, 532 das 1 000 maiores organizações industriais e de serviços, uma grande diferença para as 66 organizações controladas por Birmingham e as 45 de Manchester, respectivamente o segundo e terceiro centros de controle e decisão (Pred).

Em outros países, a concentração espacial é grande, porém razoavelmente dividida entre duas grandes metrópoles. O exemplo australiano é, neste sentido, notável. Considerando as 100 maiores empresas do país, Taylor e Thrift mostraram que entre 1953 e 1978 as metrópoles e Sydney e Melbourne controlavam entre 87 e 91 dessas empresas, verificando-se, durante o período, uma progressiva maior importância da primeira sobre a segunda enquanto centro de gestão.

Países como a Alemanha Ocidental apresentam, ao contrário, uma forte dispersão no que se refere às atividades de direção e controle. Esta dispersão tem apresentado uma forte persistência ao longo do tempo, não possibilitando que nenhum centro aparecesse como o principal foco de gestão das atividades econômicas: o maior deles, Hamburgo, sediava apenas 10% das 500 maiores empresas do país. Contudo, entre 1950 e 1982, os cinco maiores centros de gestão passaram a controlar, em conjunto, um maior número das empresas mais importantes. O quadro a seguir, extraído de Strick-

QUADRO 1
NÚMERO DE EMPRESAS CONTROLADAS PELOS CINCO MAIORES CENTROS DE
GESTÃO DA ALEMANHA OCIDENTAL: 1950 A 1982

REGIÕES METROPOLITANAS	NÚMERO DE EMPRESAS CONTROLADAS			
	1950	1960	1970	1982
TOTAL	164	168	180	189
Hamburgo	40	42	43	50
Frankfurt	29	30	44	42
Dusseldorf	33	38	43	40
Munich	33	22	28	31
Essen	29	36	22	26

FONTE — Strickland e Aiken, 1984.

land e Aiken, indica a importância das cinco maiores regiões metropolitanas em relação ao controle das 500 maiores empresas.

No caso norte-americano, os estudos foram mais detalhados, envolvendo, no conjunto, um período de tempo que se estende de 1920 a 1980. Além do já mencionado trabalho de Pred, merecem menção, entre outros, os de Borchert, Goodwin, Semple e Phipps, e Semple, Martz e Green. Os resultados obtidos revelam enorme complexidade no que se refere à espacialidade da função de decisão e controle e sua dinâmica. Podem ser assim sumariados:

a) A função de decisão e controle das atividades econômicas é eminentemente metropolitana, ainda que não exclusiva. New York é o mais importante centro de gestão das atividades, ainda que não apresente uma poderosa concentração como ocorre com Paris e Londres. Segundo Pred, das 1 000 maiores empresas industriais do país em 1972, a metrópole nova-iorquina sediava 255, sendo seguida por Chicago com 99, Los Angeles com 46, Cleveland-Akron com 41 e Philadelphia com 33. Sediando entre 10 e 30 empresas havia 10 centros metropolitanos, enquanto que com até nove empresas industriais havia 37 outros centros. Por outro lado, 171 das 1 000 maiores empresas industriais estavam sediadas em centros com população inferior a 500 000 habitantes.

O mesmo se pode dizer da gestão das atividades do setor terciário: New York sediava 72 das 300 maiores, Chicago 27, Los Angeles 22 e Philadelphia 17;

b) Verificou-se uma relativa descentralização do poder de decisão e controle, de

modo que a importância relativa de New York declinou a partir da década de 60. O mesmo se verificou em relação a centros como Philadelphia e Boston, enquanto centros como Los Angeles, Houston, Dallas e Atlanta ampliaram seus papéis de gestão econômica. Por outro lado, cidades menores, mas próximas de New York, foram beneficiadas pela descentralização de sedes de empresas oriundas de New York: Stamford, Fairfield, Greenwich, Wetsport, Wilton e Middlebury, todas no Estado de Connecticut.

Semple, Martz e Green argumentam que esta mudança deve-se a uma maturidade do sistema urbano norte-americano, gerando um significativo processo de realocação das sedes das grandes empresas. Vários centros urbanos passam a oferecer vantagens às atividades de direção, ao mesmo tempo que cidades como New York passam a apresentar deseconomias de escala, para manterem ali as sedes sociais de grandes empresas. Esta mudança, por outro lado, deve-se a um contínuo processo de perdas e ganhos da função de direção em razão de fusões, falências e criação de novas empresas.

Os mencionados autores apresentam, então, um modelo formal que descreve o que seriam as etapas locacionais da função de gestão econômica. Trata-se de uma curva em forma de sino, à semelhança de uma "curva normal", que indica uma fase inicial de dispersão de função de gestão, sua progressiva concentração em um centro qualificado como *corporate primate city* e, a seguir, um processo de descentralização;

c) um centro de direção de um dado tamanho demográfico pode controlar atividades localizadas em centros do mesmo tamanho e mesmo maiores. Assim, segundo Pred, em Baltimore havia estabelecimentos industriais controlados por cidades como Indianapolis, Columbus, Toledo, Omaha e Richmond, entre outras, todas menores que aquela. Chicago, por sua vez, controlava 70 fábricas localizadas em New York, empregando um total de cerca de 35 000 pessoas; Los Angeles controlava 34 fábricas que empregavam cerca de 15 000 pessoas;

d) a área de atuação dos centros de gestão não se limita àquela definida pelas relações comerciais vinculadas à distribuição varejista e à prestação de serviços. Deste modo, a espacialidade da função em pauta não se assemelha àquela das localidades centrais. Por outro lado, não existe uma área de atuação exclusiva de um dado centro de gestão. Assim, por exemplo, segundo Pred, em um centro metropolitano como Atlanta, no sul do país, atuam no controle das fábricas aí localizadas, centros metropolitanos como New York, Chicago, Los Angeles, Philadelphia, Detroit e, entre outras, a pequena cidade de Marshalltown, do Meio Oeste; e

e) existe uma assimetria das estruturas espaciais das grandes organizações, de modo que a localização das sedes e unidades subordinadas de produção e serviços das várias organizações não coincidem umas com as outras. No conjunto, isto gera uma certa especialização funcional dos centros, inclusive na gestão de atividades específicas, bem como uma forte interdependência interurbana.

Os estudos realizados nas duas abordagens revelam uma forte correlação entre a natureza global do sistema urbano de cada país considerado e o papel que seus principais centros desempenham enquanto locais de decisão e controle das atividades econômicas. Assim, a primazia de Paris e Londres é correlata com outros aspectos da vida urbana na França e Grã-Bretanha, assim como a bicefalia australiana e a forte estrutura decisional dispersa da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos. Admitimos que as diferenças encontradas advêm do modo como a acumulação capitalista

originou-se e evoluiu nos diferentes países, repercutindo de modo diverso na espacialidade da função de gestão dos centros urbanos.

OS ESTUDOS SOBRE O BRASIL

Em relação ao Brasil, quatro foram os estudos realizados sobre a função de gestão das atividades econômicas pelos centros urbanos. São os estudos de Corrêa e, de Magnanini e Lima e o de Cordeiro, que consideraram informações relativas às décadas de 60 e 80. Possibilitam eles uma confrontação dos resultados, inclusive em termos temporais, apesar de estarem apoiados em fontes e variáveis distintas.

O primeiro estudo de Corrêa procurou verificar o papel de comando das metrópoles brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, tanto em suas respectivas regiões de influência como no restante do país. Para isto, considerou os seus assalariados externos industriais, isto é, os empregados que trabalhavam em estabelecimentos localizados em outros municípios, que os das nove metrópoles onde situavam as sedes das respectivas empresas. Considerou-se tanto o número de assalariados externos como o grupo de indústria em que trabalhavam. Assim, se em um município de Minas Gerais houvesse uma fábrica têxtil com 537 pessoas ocupadas e a sua sede estivesse na metrópole do Rio de Janeiro, para esta metrópole seriam contabilizados 537 assalariados externos.

A fonte de dados foi o Registro Industrial do IBGE relativo ao ano de 1962, que fornece um amplo conjunto de informações para os estabelecimentos de cinco ou mais pessoas empregadas, totalizando cerca de 42 000 estabelecimentos industriais. O número de pessoas ocupadas e o grupo de indústria foram considerados sempre que o endereço do estabelecimento não coincidia, em termos de município, com o da sede social da empresa a que se vinculava. Os resultados obtidos podem ser sumariados no quadro que se segue:

QUADRO 2

OS ASSALARIADOS EXTERNOS DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS EM 1962

METRÓPOLES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS FILIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS	PORCENTAGEM NA REGIÃO (%)	PORCENTAGEM FORA DA REGIÃO (%)	PRINCIPAIS GRUPOS DE INDÚSTRIA
São Paulo	768	133 289	74,8	25,2	Diversificado
Rio de Janeiro	381	99 013	42,7	57,3	Diversificado
Belo Horizonte	83	23 681	84,9	15,1	Metalurgia; Têxtil
Porto Alegre	104	8 604	89,9	10,1	Papel; Madeiras; Têxtil; Produtos Alimentares
Curitiba	110	4 801	91,6	8,4	Madeiras; Móveis
Salvador	77	9 442	99,2	0,8	Fumo; Açúcar
Recife	73	14 928	97,1	2,9	Açúcar; Têxtil
Fortaleza	39	1 938	98,3	1,7	Óleos Vegetais; Beneficiamento de Algodão
Belém	22	1 237	100,0	—	Madeiras; Borracha; Cimento

FONTE — Corrêa, 1968.

As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro caracterizavam-se por uma gestão de âmbito nacional, enquanto as demais apresentavam uma atuação espacial em termos nitidamente regionais: esta diferenciação aparece quando se consideram simultaneamente o número de estabelecimentos filiais, o número de assalariados externos, o percentual de assalariados externos dentro e fora da região de influência e os grupos de indústrias controlados.

A metrópole paulista tinha uma base regional de atuação mais sólida que a metrópole carioca, enquanto esta era, em termos relativos, muito mais nacional que São Paulo. A atuação da capital paulista fazia-se forte sobretudo no Vale do Paraíba, Baixada Santista e na região de Campinas, Americana, Piracicaba, Limeira, Rio Claro e São Carlos, no interior próximo a ela, onde atuava através de indústrias diversificadas. Por outro lado, a par de sua atuação predominantemente nacional, a metrópole carioca atuava, de modo significativo, através de empresas vinculadas ao Estado, como se exemplifica com a PETROBRÁS, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis e o Instituto do Açúcar e do Alcool: esta foi uma diferença básica entre a atuação do Rio de Janeiro e São Paulo, esta atuando sem o peso de empreendimentos estatais.

As metrópoles regionais, por sua vez, tinham uma atuação fortemente vinculada às principais atividades econômicas de suas hinterlândias, diferenciando-se muito entre si, como se exemplifica através da comparação entre Belo Horizonte e Recife.

Em termos gerais, os resultados apontaram a existência de um duplo comando das atividades industriais e uma forte correlação entre a importância das metrópoles enquanto centros de gestão e localidades centrais de alto nível hierárquico.

O estudo de Magnanini e Lima considerou os centros de gestão segundo a intensidade e especialização da função de direção e controle a partir do número de sedes sociais ali existentes e do montante de capital + reservas. A fonte de dados foi a revista *Visão* que no número de setembro de 1967 (Quem é Quem na Economia Brasileira) indicou a lista de 1 244 maiores empresas públicas e privadas do país, distribuídas pelas seguintes atividades: financeira, industrial (abrangendo 21 grupos), comercial, da energia elétrica, transportes, telecomunicações, gás e água e de publicidade. No estudo em tela, foram consideradas as cidades que controlavam pelo menos 0,1 % do montante de capital + reservas e, pelo menos, uma das 1 244 empresas: 93 cidades controlavam ao menos uma empresa, mas apenas 30 atendiam aos dois requisitos. O qua-

dro a seguir apresenta os resultados mais gerais a que chegaram as duas autoras:

QUADRO 3

PODER DE CONTROLE E DECISÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS EM 1966

CIDADES	PERCENTAGEM DO MONTANTE DE CAPITAL MAIS RESERVAS	NÚMERO DE SEDES SOCIAIS
São Paulo	44,20	627
Rio de Janeiro	34,29	324
Brasília	5,68	4
Belo Horizonte	4,15	41
Porto Alegre	2,35	50
Curitiba	0,92	21
Recife	0,87	22
Jundiaí	0,65	8
Goiânia	0,44	5
Fortaleza	0,38	2
Salvador	0,37	4
Campinas	0,35	8

FONTE — Magnanini e Lima, 1971.

São Paulo e Rio de Janeiro controlavam 78,49% do capital + reserva e 76,44% das sedes sociais das principais empresas do país. São Paulo, no entanto, tinha um peso maior que o da metrópole carioca, conforme o quadro indica nitidamente: além disto, era mais importante em 17 dos 21 grupos industriais considerados, superando o Rio de Janeiro no que se referia aos setores financeiro, comercial e de publicidade. A cidade do Rio de Janeiro era, por outro lado, mais importante que São Paulo nos setores de energia elétrica, transportes, telecomunicações, gás e água, em grande parte, graças à presença de empresas estatais aí sediadas.

O estudo em análise indicou ainda a importância da Região Centro-sul do país quanto ao controle das atividades econômicas: as metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba apareciam como sendo mais importantes que as nordestinas, enquanto Belém, a metrópole amazônica, não aparecia entre as primeiras cidades. Considerando os demais centros urbanos, a Região Centro-sul concentrava um número

muito mais elevado de cidades controladoras de grandes empresas: Jundiaí e Campinas e, ainda, São José dos Campos, Santos, Piracicaba, Joinville e Blumenau, entre outras. A posição de Brasília, por outro lado, deve-se ao seu papel como capital político-administrativa nacional, sediando empresas estatais como o Banco do Brasil e a ELETROBRÁS.

Magnanini e Lima consideraram ainda a especialização ou diversificação da atividade de direção e controle exercida pelas cidades brasileiras. Entre os centros diversificados estavam São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Curitiba, entre as metrópoles; Santos, Campinas e Ponta Grossa entre as demais cidades analisadas; entre os centros especializados apareciam Jundiaí, São José dos Campos, Joinville, Piracicaba e Blumenau, na atividade industrial; Fortaleza e Salvador, na financeira; e Goiânia e Florianópolis, na atividade de distribuição de energia elétrica.

Os dois estudos acima analisados colocaram em evidência, em primeiro lugar, a poderosa concentração bicefálica em São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que a metrópole paulista apresentasse uma maior magnitude que a carioca. A defasagem entre elas e as demais cidades é enorme. Em segundo lugar foi evidenciada a importância das metrópoles regionais, especialmente aquelas do Centro-sul. Esta região, por sua vez, concentrava um terceiro escalão de cidades que exerciam relativamente um significativo papel de centros de gestão de atividades.

O estudo de Cordeiro considerou os "principais pontos de controle da economia transacional", isto é, os centros de gestão das atividades econômicas. Foram consideradas, de um lado, as informações contidas na revista *Visão* (Quem é Quem na Economia Brasileira) relativas aos anos de 1968 e 1984, e referentes as 1 000 maiores empresas dos setores não-financeiros: cada uma delas possuía um patrimônio líquido (capital social + reservas + lucros ou perdas) superior a 1 milhão de dólares. De outro, foram analisadas as atividades financeiras a partir da mesma fonte e de informações do Guia do Banco do Brasil e da Revista Bancária Brasileira, relativas também aos mesmos anos. Trata-se, portanto, de um estudo que

permite acompanhar a dinâmica recente da função da gestão das atividades em termos de localização.

Em relação ao setor financeiro, verificou-se que houve um nítido processo de concentração espacial da gestão das atividades do setor, o qual ampliou a importância de São Paulo e Brasília em detrimento do Rio de Janeiro, de quase todas as metrópoles regionais, e dos demais centros urbanos em conjunto. A concentração espacial da gestão é, em realidade, paralela à redução do número de empresas do setor. O Quadro 4, elaborado a partir de duas tabelas do estudo em questão, é muito expressivo a este respeito.

Em relação às atividades não-financeiras, foram verificadas, em primeiro lugar, a proeminência e persistência das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro como os principais centros de gestão, apesar da importância relativa delas ter diminuído, e de ter havido um pequeno deslocamento de posição entre elas. O Quadro 5 evidencia isto muito nitidamente. Em segundo lugar, foi constatada a ampliação da importância de Brasília. Todas as metrópoles regionais, por outro lado, também ampliaram suas respectivas participações. Teria ocorrido, então uma certa descentralização da função de gestão, afetando vários centros da rede ur-

bana: isto seria evidenciado pelo fato de que em 1968 as empresas sediadas nas nove metrópoles e em Brasília concentravam 92,3% do total do patrimônio líquido das 1 000 maiores empresas, percentual este que, em 1984, decaiu para 85,5%.

Entre São Paulo e Rio de Janeiro existem diferenças, conforme aponta Cordeiro. Uma das mais significativas reside no fato de que, na metrópole paulista, estão as sedes sociais das principais empresas, enquanto no Rio de Janeiro há um enorme peso das empresas do Estado, entre elas a PETROBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

As conclusões a que a autora chegou são, em linhas gerais, as seguintes:

- a) a função de gestão das atividades está concentrada nos centros metropolitanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e em Brasília, a capital do país;
- b) verificou-se uma maior concentração da função de gestão das atividades financeiras do que das não-financeiras;
- c) São Paulo é, efetivamente, o epicentro do sistema capitalista brasileiro;
- d) as empresas do estado têm como centros de gestão o Rio de Janeiro e Brasília;
- e) as metrópoles regionais comandam atividades diferentes entre si; a importância

QUADRO 4
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS COMERCIAIS E DE SEUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS

CIDADES: SEDE DOS BANCOS	NÚMERO DE BANCOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (%)	
	1968	1984	1968	1984
TOTAL	247	108	100,0	100,0
São Paulo	66	42	30,6	36,2
Rio de Janeiro	55	15	12,6	5,9
Belo Horizonte	13	8	8,5	3,5
Recife	9	4	1,8	0,8
Porto Alegre	12	6	6,5	1,7
Salvador	9	3	3,1	2,4
Fortaleza	5	6	5,7	0,3
Curitiba	3	2	1,2	3,3
Belém	4	2	1,9	0,6
Brasília	2	2	23,6	42,8
Outras	69	18	4,5	2,5

FONTE — Cordeiro, 1986-1987.

QUADRO 5

**IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS
PRINCIPAIS CENTROS DE GESTÃO NAS
ATIVIDADES NÃO-FINANCEIRAS
1968-1984**

CIDADES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 1%	
	1968	1984
TOTAL	92,3	85,5
São Paulo	43,1	27,3
Rio de Janeiro	36,6	29,7
Belo Horizonte	4,0	6,6
Porto Alegre	2,5	3,0
Curitiba	1,0	1,3
Salvador	0,5	3,1
Recife	1,1	2,3
Fortaleza	0,3	0,6
Belém	0,1	0,3
Brasília	3,1	11,3

FONTE – Cordeiro, 1986-1987.

delas ampliou-se em relação às atividades não-financeiras; e

f) fora do âmbito metropolitano as cidades do Sudeste e Sul aparecem como relativamente importantes centros de gestão de atividades.

O estudo em pauta tem assim resultados comuns com aqueles apresentados anteriormente. Contudo, de modo semelhante, e em função do tipo de informação disponível, levou em consideração as empresas formalmente estabelecidas e não as corporações que são as unidades orgânicas que constituem a base de fato da organização capitalista em sua fase monopolista: a descentralização acima referida pode ser assim um fato aparente e não real. Tratar-se-ia, pelo menos em parte, da criação de empresas subsidiárias, juridicamente autônomas e de direito, sediadas nas metrópoles regionais; no entanto, seriam empresas pertencentes às grandes corporações sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Esta é, de fato, uma hipótese que os trabalhos considerados não permitem verificar.

O segundo estudo de Corrêa refere-se aos efeitos de concentração dos bancos comerciais sobre o número de centros de gestão da atividade bancária, ou seja, as cidades onde estão as sedes sociais dos bancos.

A partir da década de 40 verificou-se uma crescente concentração dos bancos e, ao mesmo tempo, enorme dispersão das agências bancárias: assim, o número de bancos passou de 512 em 1941 para 333 em 1961 e 90 em 1985, enquanto o número de agências passou, respectivamente, de 1 134 para 5 247 e 15 070. Esta concentração-dispersão, viabilizada pela reforma financeira de 1964-1967 implicou, entre outros aspectos, em: a) enorme redução dos centros de gestão; b) emergência de um poderoso centro de gestão de âmbito nacional, São Paulo, e perda de importância de outros; c) criação de redes bancárias nacionais e, com isto, uma efetiva integração territorial; e d) ampliação do papel do Estado beneficiando as cidades-capitais.

O estudo refere-se a estas mudanças no período 1961-1985. Assim, o número de centros de gestão diminuiu de 77 para 28, tendo havido a eliminação de numerosas capitais regionais como, entre outras, Sobral, Crato, Campina Grande, Itabuna, Governador Valadares, Uberlândia, Campos, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Londrina, Ponta Grossa, Blumenau e Anápolis. Cidades maiores como Santos e Campinas foram também alijadas da lista dos centros de gestão, o mesmo ocorrendo com centros menores como Parnaíba, Maruim, Pedra Azul, Leopoldina, Cantagalo, Americana, Mococa, Jaú, Nova Esperança, Itajaí e Catalão. Outras perderam a importância que tinham. O Quadro 6 descreve estes e outros aspectos da questão.

O quadro em questão revela a primazia da metrópole paulista que, no período de 1961 a 1985 ultrapassou a cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, estes resultados estão de acordo com aqueles obtidos por Cordeiro. De fato, São Paulo passou a ser o principal centro de gestão da atividade financeira, sediando as principais instituições do setor, entre elas, os dois maiores bancos comerciais privados, cerne de poderosos conglomerados financeiros, o BRADESCO e o Itaú, e o mais importante banco estadual, o BANESPA. A metrópole paulista controla cerca de 40% de todas as agências bancárias do país, atuando, através delas, em todo o Território Nacional.

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DAS SEDES DE BANCOS
1961-1985

CIDADES COM SEDES DE BANCOS	NÚMERO DE SEDES	
	1961	1985
TOTAL	333	90
São Paulo	74	29
Rio de Janeiro	101	8
Fortaleza	9	7
Belo Horizonte	14	6
Porto Alegre	10	6
Recife	9	4
Salvador	9	3
Goiânia	2	3
Curitiba	3	2
Brasília	2	2
Belém	5	2
Aracaju	6	2
São Luís	3	1
Natal	2	1
Vitória	1	1
Florianópolis	1	1
João Pessoa	3	1
Juiz de Fora	2	1
Mossoró	2	1
Monte Azul Paulista	2	1
Manaus	1	1
Maceió	1	1
Teresina	1	1
Sete Lagoas	1	1
Porto Velho	—	1
Rio Branco	—	1
Boa Vista	—	1
Cuiabá	—	1
Outras Cidades (53)	69	—

FONTE — Corrêa, 1989.

A primazia de São Paulo no setor financeiro é paralela à sua crescente caracterização como a grande metrópole nacional, sede das mais importantes empresas do setor privado, conforme foi evidenciado por Cordeiro. Esta primazia, por outro lado, resultou de três processos que não são mutuamente excludentes: incorporação de bancos menores, transferência da sede de um centro menor para ela e criação de agências na hinterlândia nacional.

A proeminência de São Paulo está, em realidade, associada à diminuição da importância de outros centros metropolitanos

como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Está, outrossim, associada à criação de redes bancárias nacionais — BRADESCO, Itaú, UNIBANCO, REAL — que, entretanto, não é exclusiva da capital paulista. As metrópoles de Belo Horizonte, Curitiba e Salvador também atuam nacionalmente através, cada uma, de um grande banco de expressão nacional.

A ação do Estado no setor financeiro, através da criação de bancos comerciais, transformou as capitais estaduais em importantes centros de gestão da atividade em tela. Das 16 cidades que em 1985 dispunham de uma única sede de banco, 14 sediavam bancos do Estado, excluindo-se da relação Mossoró e Monte Azul Paulista. Em relação a 1961 foram incluídas as capitais Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá e Boa Vista.

A concentração da gestão da atividade financeira está, assim, associada a um espaço monopolista e não mais ao espaço molecular, pulverizado, com um número maior de centros de gestão (Moreira). Espaço monopolista que tem como foco a metrópole paulista.

Os resultados dos quatro estudos podem ser assim sumariados:

a) a cidade de São Paulo ascende claramente à fundação de principal centro de gestão das atividades do setor privado. Isto está muito evidente tanto no que se refere ao setor industrial como financeiro. Ela é assim o centro focal do capitalismo industrial-financeiro do país;

b) a cidade do Rio de Janeiro, o segundo centro de gestão, apresentou perda de importância nesta função, especialmente no que se refere ao setor financeiro. O fato de ter sido capital do país garante-lhe, contudo, um significativo papel de gestão das atividades econômicas do setor público. Brasília, neste sentido, emerge como importante centro de gestão;

c) as metrópoles regionais constituem um segundo escalão de centros de gestão; contudo, se diferenciam entre si tanto no que se refere ao controle das atividades industriais como financeiras. A dinâmica delas quanto à gestão de atividades é também distinta; e

d) nas Regiões Sudeste e Sul aparecem centros do terceiro escalão no que tange à função de gestão. Tendem a ser especializados numa ou noutra atividade. No entanto, nestas regiões, muitos destes centros foram, no decorrer do período 1961-1985, eliminados. Hipotetiza-se que muitos outros, no entanto, emergiram e se firmaram como centros de gestão.

Todos os estudos caracterizam-se, por outro lado, como a maior parte dos estudos relativos a outros países, por serem descritivos e classificatórios, não abordando a natureza e o significado da função de controle, nem os impactos territoriais derivados da atuação das grandes corporações. Acreditamos que o Brasil apresenta-se como um vasto campo para pesquisas sobre o assunto em pauta, pelo menos, pelas seguintes razões:

a) além das grandes corporações multinacionais que atuam sobre amplo território — Bunge y Born, Nestlé e British American Tobacco, entre outras — existem grandes corporações nacionais — Votorantim, Brahma e BRADESCO, entre outras — assim como poderosas empresas e corporações do Estado, como se exemplifica com a PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce. Pode-se então investigar, por exemplo, se as práticas econômico-espaciais e os consequentes impactos são os mesmos, bem como quais são as relações político-espaciais entre os três tipos de agentes;

b) o país possui amplo território para ser efetivamente explorado pelas grandes cor-

porações, ou seja, possui uma vasta fronteira para o capital viabilizar-se, produzindo uma organização espacial de acordo com seus interesses e contradições;

c) existem, por outro lado, e sobretudo na Região Centro-sul, grupos econômicos locais e regionais que, sem se contraporem às grandes corporações, apresentam uma relativamente forte atuação em alguns espaços regionais ou locais, instaurando especializações produtivas que inserem estes espaços, de modo muito singular, na divisão territorial do trabalho. As estratégias e os impactos resultantes da ação destes grupos econômicos constituem um relevante tema sobre gestão do território.

Os estudos sobre os centros de gestão das atividades econômicas, ou seja, os centros de gestão do território, tornam-se, neste sentido, extremamente relevantes para se compreender a organização do espaço brasileiro e sua dinâmica. Deverão avaliar a força da metrópole paulista e a atuação dos outros centros de gestão: Rio de Janeiro, Brasília, as metrópoles regionais e outros centros urbanos, contribuindo, assim, para a compreensão de uma organização espacial que é, em sua natureza, dinamicamente desigual. Deverão, ainda, servir de base para estudos de casos, seja uma específica corporação seja um determinado centro de gestão. Tais estudos deverão, entre outros aspectos, avaliar os impactos sobre a organização sócio-espacial.

BIBLIOGRAFIA

- BORCHERT, J. R. Major control points in American economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 62 (2): 214-232, 1978.
- CORDEIRO, H. K. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, 16-17 (31-34), 1987, 153-196.
- CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 30 (2): 56-86, 1968.
- _____. Concentração bancária e centros de gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 51 (2), 1989.
- GOODWIN, W. The management center in the United States. *Geographical Review*. New York, 55 (1): 1-16, 1965.
- JUILLARD, E. L'urbanisation des campagnes en Europe Occidentale. *Études Rurales*. Paris, 1, 1961, 18-33.
- GOTTMANN, J. *Megalopolis. The urbanized northeastern seaboard of the United States*. New York, The MIT Press, 1961, 810 p.

- LABASSE, J. *Les Capitaux et la région. Étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*. Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1955, 534 p.
- MAGNANINI, R.; LIMA, O. M. B. Uma medida da função da direção das cidades brasileiras. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 22, 1971, 129-147.
- MOREIRA, R. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985, 215 p.
- PRED, A. L. *Major job-providing organizations and systems of cities*. Commission on College Geography, Association of American Geographers, Resource Paper 27, Washington, 1974, 69p.
- ROCHEFORT, M.; HAUTREUX, J. *La fonction régionale dans l'ar mature urbaine française*. Paris. Ministère de la Construction et de l'Équipement. 1963, (mimeografado).
- SEMPLE, R. K.; MARTS, D. J. F.; GREEN, M. B. Perspectives on corporate headquarter relocation in the United States. *Urban Geography*, Silver Spring, 6 (4): 370-391, 1985.
- SEMPLE, R. K.; PHIPPS, A. G. The spatial evolution of corporate headquarter within the urban system. *Urban Geography*, Silva Spring, 3 (3): 258-279, 1982.
- STRINCKLAND, D.; AIKEN, M. Corporate influence and the German urban system: headquartes location of German industrial corporations, 1950-1982. *Economic Geography*, Worcester, 60 (1): 38-54, 1984.
- TAYLOR, M. J.; THRIFT, N. Large corporations and concentration of capital in Australia: a geographical analysis. *Economic Geography*, Worcester, 56 (4): 261-280, 1980.

RESUMO

Este estudo constitui-se em uma revisão dos estudos sobre os centros de decisão, especialmente aqueles do Brasil, onde quatro estudos foram realizados. O primeiro deles considera dados relativos ao ano de 1962 relativos ao controle externo do emprego industrial (Corrêa, 1968), enquanto o segundo Magnanini e Lima, 1971) considera os dados relativos a 1968 sobre a localização das sedes sociais das principais empresas do país. O estudo de Cordeiro (1987) analisa a evolução da importância dos centros de decisão apoiado em dados relativos aos anos de 1968 e 1984.

Finalmente, o estudo de Corrêa (1989) considera a dinâmica da concentração bancária e seus efeitos sobre os centros de decisão.

O estudo finaliza com sugestões para futuras pesquisas.

ABSTRACT

This study is a review of the management center studies, mainly those concerned to Brazilian centers. Four studies were done. The first one considers 1962 data on external controlled industrial employment (Corrêa, 1968), the second one (Magnanini and Lima, 1971) considers 1968 data on headquarter location. The study done by Cordeiro (1987) analyses the evolution of the importance of management centers based in 1968 and 1984 data. Finally, Correa study (1989) considers the dynamic of bank concentration and its effects on management centers.

The paper ends with suggestions for further studies.

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS

Os originais entregues para publicação devem obedecer as seguintes normas:

- 1 — Texto datilografado em papel branco tamanho ofício, em um só lado, em espaço duplo, com margem de 3 cm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.

As laudas deverão ser numeradas, seguidamente, comportando até 72 batidas por linha e com 30 linhas por páginas.

OBS.: texto oriundo de autores do IBGE será datilografado em lauda-padrão fornecida pelas Diretorias. Devem ser remetidas 02 (duas) vias do trabalho;

- 2 — A primeira página do original (folha-de-rosto) deve conter título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas, dos órgãos a que estão vinculados, do endereço para correspondência, bem como, colaboradores, agradecimentos e auxílios recebidos;
- 3 — O título deve ser conciso, específico e descritivo, registrando as palavras-chave que representem o conteúdo do artigo;
- 4 — Os artigos devem ser acompanhados de um resumo informativo, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografados em espaço duplo e folha separada, em português e inglês,

contendo, aproximadamente, 200 palavras;

- 5 — As notas explicativas devem ser numeradas numa sequência única e datilografadas em folhas separadas, com indicação dos números respectivos;
- 6 — As tabelas, inseridas nos textos, devem ser apresentadas em folhas separadas e precedidas de títulos que permitam perfeita identificação dos dados, com registro dos correspondentes números de ordem, nos locais de inserção;
- 7 — No caso de listagens e tabelas extensas, e de outros elementos de suporte, podem ser empregados apêndices;
- 8 — As fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação;
- 9 — Não devem ser utilizadas reproduções de ilustrações elaboradas através do sistema "plotter";
- 10 — As fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrastadas, de preferência em tamanho 6 × 9 cm, nunca superior a 12 × 18 cm; os gráficos desenhados a nanquim, em papel branco ou vegetal: os dados e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de

acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;

- 11 — O formato de impressão máximo de encartes estabelecido para os documentos cartográficos da RBG é de 50 × 55 cm. Sempre que haja redução ou ampliação do documento cartográfico original, deverá constar deste apenas a escala gráfica.

O desenho original deve ser feito em material estável. No caso de documentação cartográfica de precisão ou, quando a densidade de informações contidas num mapa ou cartograma dificulte a sua leitura, será excepcionalmente permitida a impressão em cores. Em caso contrário, os valores cor serão substituídos por hachuras, retículas ou símbolos gráficos compatíveis com a escala.

Os documentos cartográficos devem ser precedidos de títulos que permitam perfeita identificação e em suas legendas devem constar: classificação, nomes ou siglas das Unidades da Federação representadas, ano da publicação, escala, projeção (exceto nos cartogramas) e as convenções cartográficas menos conhecidas.

A documentação cartográfica utilizada, com o nome ou sigla da fonte e outros elementos complementares compatíveis à escala, devem ser descritos de modo sucinto. No caso de mapas e cartogramas deve existir flexibilidade na disposição dos títulos, legendas e outras referências, utilizando-se os espaços vazios oferecidos pelo próprio desenho. Deve ser estabelecida uma graduação de importância, adotando-se diferentes tamanhos de tipos nos dizeres da legenda.

A moldura, em torno do desenho de um mapa ou cartograma, deve garantir uma margem no papel. Para as cartas pertencentes ao mapeamento

sistemático, devem ser obedecidas as normas e especificações inerentes a cada carta, de acordo com a escala e classificação (contatar com o órgão responsável por esse mapeamento ou com a Comissão de Cartografia). As cartas, mapas ou cartogramas, inseridos ou anexados, devem ser referenciados no texto por um número de ordem correspondente.

As legendas e outras referências devem estar destacadas do desenho e afastadas das margens. No caso de cartas do mapeamento sistemático, ver as normas e especificações de cada tipo de escala. É aconselhável que para a elaboração de uma base precisa sejam utilizados os documentos cartográficos realizados pelo IBGE ou por outros órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional;

- 12 — As citações bibliográficas no texto devem ser feitas de acordo com o Projeto ABNT 14.01.01.005 — Apresentação de citações em documentos;

- 13 — As referências bibliográficas devem ser numeradas em sequência única e apresentadas em folhas separadas com indicação dos números respectivos. Devem ser redigidas segundo a norma brasileira respectiva (ABNT — NBR — 6023 Referências Bibliográficas), contendo indicação por extenso dos títulos dos periódicos, quando se tratarem de referências de artigos. A exatidão e adequação das referências a trabalhos consultados e mencionados no texto são de responsabilidade do autor;

- 14 — Quando houver necessidade de dividir o trabalho em capítulos, seções e partes, esses devem ser numerados, progressivamente, com o objetivo único de orientar o diagramador na aplicação de recursos gráficos que permitam substituir essa numeração, ordenação de títulos e subtítulos.